

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO E DO
CONHECIMENTO

EDUARDO SANTOS ROCHA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO
BRASIL**

Belo Horizonte
2019

EDUARDO SANTOS ROCHA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO
BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Orientadora: Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira

Belo Horizonte
2019

027.481 Rocha, Eduardo Santos, 1977 –
R672a Análise das políticas públicas para Bibliotecas Públicas
2020 no Brasil / Eduardo Santos Rocha – Belo Horizonte, 2019.
129f.; il. fotos. tab., 30 cm

Orientadora: Dalgiza Andrade Oliveira, Dr^a.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

1. Políticas públicas – Brasil – Dissertação. 2. Bibliotecas
Públicas – Brasil – Dissertação. 3. Comunicação Científica –
Brasil. I. UFMG – Escola de Ciência da Informação. II.
Oliveira, Dalgiza Andrade (Orient.) III. Título

CDD – 027.481

CDU – 027.4



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO EDUARDO SANTOS ROCHA

Realizou-se, no dia 06 de agosto de 2019, às 14:00 horas, Sala 1000 - ECI/UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL*, apresentada por EDUARDO SANTOS ROCHA, número de registro 2017659309, graduado no curso de BIBLIOTECONOMIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira - ECI/UFMG (Orientadora), Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva - ECI/UFMG, Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo - ECI/UFMG.


A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 06 de agosto de 2019.


Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira


Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva


Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo



FOLHA DE APROVAÇÃO

ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

EDUARDO SANTOS ROCHA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 06 de agosto de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira (Orientadora)
ECI/UFMG

Prof(a). Marília de Abreu Martins de Paiva
ECI/UFMG

Prof(a). Marlene Oliveira Teixeira de Melo
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 6 de agosto de 2019.

Dedico essa pesquisa à minha família
e amigos

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Dalgiza Andrade Oliveira, minha orientadora, por todos os ensinamentos e pela sua dedicação às práticas docentes, sempre com muito compromisso e dignidade.

À minha esposa, Renata Vieira, pelo incentivo e apoio.

À Escola de Ciência da Informação da UFMG.

Às Professoras Marlene Oliveira e Marília Paiva pelo incentivo e pelas valiosas contribuições.

Às Professoras e Professores, funcionárias e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da UFMG.

À toda equipe da Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas pela oportunidade de atuar no mundo das Bibliotecas Públicas.

À bibliotecária Jane Rodrigues Guirado pelas contribuições que tanto auxiliaram neste trabalho.

“O saber deve ser como um rio, cujas águas doces, grossas, copiosas, transbordem do indivíduo, e se espraíem, estancando a sede dos outros. Sem um fim social, o saber será a maior das futilidades”. **Gilberto Freyre**, em discurso de "Adeus ao Colégio", novembro de 1917.

RESUMO

O estudo teve como objetivo realizar o mapeamento da comunicação científica sobre as políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. Pretendeu-se traçar um panorama da produção científica sobre a referida temática, a partir da análise das publicações científicas dos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins, entre os anos de 1988 e 2018. Trata-se de uma pesquisa quantitativa de análise de conteúdo e análise bibliométrica. Foram constatadas 36 publicações distintas. Foram analisadas as publicações disponíveis na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), que apresentou 24 publicações, Library and Information Science Abstracts (LISTA), com cinco publicações, Scientific Electronic Library Online (SciELO), com quatro publicações e Library and Information Science Abstracts (LISA) com três publicações. A base PERI não apresentou nenhuma publicação que se adequasse ao escopo do presente estudo. As publicações foram classificadas e distribuídas de acordo com as categorias pré-estabelecidas. A categoria Instituto Nacional do Livro (INL) e Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) obtiveram duas publicações cada. A categoria de Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas obteve sete publicações. A categoria Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas obteve 12 publicações, seguida pela categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura com 14 publicações. Considerando as publicações com no mínimo duas incidências por periódico e ou *anais* de encontros científicos, foram verificadas sete publicações na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, sete incidências na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, três incidências na Revista Informação e Sociedade: estudos, três incidências nos *anais* do Encontro Nacional em Pesquisa de Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB). As revistas Transinformação, Ciência da Informação e Revista online da Biblioteca Prof. Joel Martins obtiveram duas incidências de publicação cada uma. A maior concentração de publicações ocorreu no ano de 2018, com sete publicações, seguida pelos anos de 2014 com seis publicações e 2017 com quatro publicações. Nos anos de 2013, 2015 e 2016 foram constatadas três publicações, por ano. Os anos de 2000, 2005 e 2012 apresentaram duas publicações cada. Nos anos de 2001 a 2004, 2007 e 2011 não foram constatadas publicações sobre a temática do presente estudo. Foram constatadas 65 incidências de autorias, por meio da análise dos autores que obtiveram no mínimo duas publicações. Constatou-se que a autora Elisa Campos Machado obteve quatro incidências de publicações. Os demais autores que obtiveram no mínimo duas publicações apresentaram uma média de 2,5 publicações cada. Após a análise das pesquisas publicadas entre os anos de 1988 a 2018, constatou-se que a produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras vem sendo tratada com parcimônia pela agenda dos programas de Pós Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Políticas Públicas. Comunicação Científica.

ABSTRACT

The study aimed to map the scientific communication on public policies made by the Federal Government within the scope of Brazilian Public Libraries. It was intended to draw an overview of the scientific production on the subject, from the analysis of scientific publications of Postgraduate Programs in Librarianship, Information Science and related areas, between the years 1988 and 2018. This is a quantitative research of content analysis and bibliometric analysis. Thirty-six distinct publications were ascertained. The publications available in the Database of Periodicals in Information Science (BRAPCI) were analyzed, which presented 24 publications, Library and Information Science Abstracts (LISTA), with five publications, Scientific Electronic Library Online (Scielo), with four publications and Library and Information Science Abstracts (LISA) with three publications. The PERI database did not present any publication that matched the scope of the present study. The publications were classified and distributed according to the pre-established categories. The categories National Book Institute (INL) and National Book and Reading Plan (PNLL) had two publications each. The category Public Policies for Inclusion and Accessibility in Public Libraries had seven publications. The category State and Municipal Public Policies for Public Libraries obtained 12 publications, followed by the category Public Policies for Books and Reading with 14 publications. Considering the publications with at least two incidences by journal and or annals of scientific meetings, it was verified seven publications in the journal *Perspectivas em Ciência da Informação*, seven incidences in the *Brazilian Journal of Library and Documentation*, three incidences in the journal *Informação e Sociedade: estudos*, three incidences in the annals of the National Meeting on Information Science and Library Science Research (ENANCIB). The journals *Transinformação*, *Ciência da Informação* and *Revista online da Biblioteca Prof. Joel Martins* had two incidences of publication each. The highest concentration of publications occurred in the year 2018, with seven publications, followed by the years 2014 with six publications and 2017 with four publications. In the years 2013, 2015 and 2016 three publications per year were verified. The years 2000, 2005 and 2012 presented two publications each. In the years from 2001 to 2004, 2007 and 2011 no publications on the theme of the present study were found. It was verified 65 incidences of authorship, by means of the analysis of the authors who obtained at least two publications. It was found that the author Elisa Campos Machado obtained four incidences of publications. The other authors who obtained at least two publications presented an average of 2.5 publications each. After the analysis of the researches published between the years from 1988 to 2018, it was found that the scientific production on public policies within the Brazilian Public Libraries has been treated sparingly by the agenda of Postgraduate programs in Information Science in Brazil.

Keywords: Public Library. Public Policies. Scientific Communication.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Prédio da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio em 1890	24
Figura 2 - Vistas do interior da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio em 1890	25
Figura 3 - Construção da sede da Biblioteca Nacional na Avenida Central em 1908	27
Figura 4 - Biblioteca Pública da Bahia.....	30
Figura 5 - Evolução das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil.....	48
Figura 6 - Processo de desenvolvimento de uma análise de assunto.....	65
Figura 7 - Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES	69
Figura 8 - Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES	70
Figura 9 - Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES	70
Figura 10 - Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES	71
Figura 11 - Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES	71
Figura 12 - Estratégia de busca BRAPCI	73
Figura 13 - Estratégia de busca LISA.....	73
Figura 14 - Estratégia de busca LISTA.....	74
Figura 15 - Estratégia de busca PERI	75
Figura 16 - Estratégia de busca SCIELO	75
Figura 17 - Termos mais recorrentes na análise das palavras-chave	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos cursos de pós-graduação em CI e áreas correlatas no Brasil por Estados	61
Gráfico 2 - Distribuição das publicações por base de dados.....	90
Gráfico 3 – Distribuição das publicações por categoria temática	92
Gráfico 4 - Termos mais recorrentes na análise das palavras-chave.....	94
Gráfico 5 - Distribuição das publicações por periódico e ou <i>anais</i>	97
Gráfico 6 - Distribuição das publicações por ano	99
Gráfico 7 - Distribuição das publicações por autores	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil	48
Quadro 2 - Programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil	59

LISTA DE SIGLAS

ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
BN	Biblioteca Nacional
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
GT	Grupo de Trabalho
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFLA	Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias
INL	Instituto Nacional do Livro
ISI	Institute for Scientific Information
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersex
LIBRAS	Linguagem Brasileira de Sinais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica
PNLE	Plano Nacional da Leitura e Escrita
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPG-GOC	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento

SEBP	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
Scielo	Scientific Electronic Library Online
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Oliveira
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Oliveira
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade do Estado de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Problema de pesquisa.....	18
1.2 Justificativa.....	19
1.3 Objetivo Geral	20
1.3.1 Objetivos específicos.....	20
1.4 Estrutura do trabalho	21
2 BIBLIOTECA PÚBLICA	23
3 POLÍTICAS PÚBLICAS	34
3.1 Políticas públicas para as Bibliotecas Públicas no Brasil	38
4 PRODUÇÃO CIENTÍFICA	52
4.1 Produtos da ciência	54
4.2 Comunicação científica	56
4.3 Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil	58
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	63
5.1 Tipologia de pesquisa.....	63
5.2 Procedimentos de análise dos dados.....	64
5.3 Projeto de levantamento de dados.....	65
5.4 Levantamento de dados	66
5.5 Delimitação das fontes dados	66
5.6 Estratégia de busca.....	68
5.6.1 Portal CAPES.....	69
5.6.2 BRAPCI	72
5.6.3 LISA.....	73
5.6.4 LISTA	74
5.6.5 PERI	74
5.6.6 SciELO	75
5.7 Formulação da hipótese e do objetivo.....	77
5.8 Exploração do material.....	77

5.9 Categorização	77
6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	79
6.1 Identificação dos documentos pertinentes	79
6.2 Apresentação dos resultados da análise dos dados	79
6.3 Distribuição das publicações por base de dados	89
6.4 Distribuição das publicações por categoria temática.....	91
6.5 Termos recorrentes nas publicações.....	94
6.6 Concentração por periódicos da produção científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas.....	97
6.7 Concentração por período da produção científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas.....	99
6.8 Autores que mais publicaram sobre o tema políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas	100
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
7.1 Sugestões para futuros estudos	104
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A - Distribuição das publicações por base de dados.....	115
APÊNDICE B - Distribuição das publicações por periódico	125
APÊNDICE C - Apresentação da incidência de autoria das publicações que compuseram o <i>corpus</i> da pesquisa em sua totalidade	126

1 INTRODUÇÃO

A Biblioteca Pública é entendida como um espaço que deve ser democrático e aberto à comunidade, independentemente do público quanto à classe social, etnia, ideologia, gênero, faixa etária, entre outros. Ela é compreendida como um importante recurso, no sentido de promover além dos tradicionais empréstimos de livros, atividades que expressem a cultura local, graças ao seu alcance e presença nas comunidades nas quais está inserida, proporcionando ao público o acesso à leitura e à informação, além de ser um local propício à educação continuada, encontro e troca de experiências.

Apesar de se considerar a sua importância, tendo em vista o que esse valioso equipamento cultural pode oferecer em termos de recursos e serviços informacionais, historicamente, as Bibliotecas Públicas brasileiras vêm se deparando com a falta de investimentos públicos.

Nessa perspectiva, observa-se que a reduzida quantidade de políticas públicas brasileiras voltadas para essas instituições vem contribuindo para a precarização de seus serviços e de suas dependências, impactando-as de forma negativa em seu objetivo, que é proporcionar à comunidade o direito à leitura, à cultura e à informação.

Não é raro encontrar no Brasil Bibliotecas Públicas abandonadas pelo Poder Público, seja no âmbito municipal, seja no estadual ou federal. Dentre as consequências desse abandono, verifica-se, entre outros, a obsolescência dos acervos dessas instituições, devido à falta de investimentos para a sua atualização e dinamização. Outra consequência desse abandono são bibliotecas com mobília sucateada, falta de estrutura tecnológica, com ausência de computadores, acervos catalogados por pessoas inaptas à função, na maioria dos casos, com o catálogo desatualizado, além da estrutura elétrica comprometida, telhados com goteiras e outras mazelas.

Além disso, observa-se que uma considerável parcela das Bibliotecas Públicas brasileiras ainda não dispõe de mão de obra qualificada, lançando mão de leigos para a administração de seus serviços e rotinas. Há também que se considerar que algumas dessas instituições vêm interrompendo ou reduzindo seus serviços por falta de estrutura, o que compromete e prejudica a comunidade, já que, em alguns casos,

esses equipamentos culturais são os únicos recursos informacionais e culturais disponíveis nos municípios, o que acentua ainda mais a desigualdade social nestas localidades.

Diante desse cenário, diversos serviços que potencialmente poderiam ser desenvolvidos por essas instituições culturais são prejudicados, haja vista seu potencial para desenvolverem atividades culturais, como exibição de filmes, narração de histórias, rodas de leitura, apresentações teatrais, além de promoverem cursos de capacitação profissional e debates que sejam do interesse da comunidade. Outro aspecto a se considerar, no que se refere à falta de investimentos públicos direcionados para as Bibliotecas Públicas, é o comprometimento desses equipamentos culturais em disponibilizar acervos acessíveis, permitindo às pessoas com deficiência o acesso ao livro e à leitura.

Embora existam, mesmo de forma parcimoniosa, políticas públicas voltadas para o fortalecimento das Bibliotecas Públicas, compreende-se que ainda há muito a se fazer. Nesse sentido, é necessário reforçar o entendimento de que cabe ao Poder Público assumir a responsabilidade de fomentar essas instituições com políticas de Estado, no sentido de efetivar as políticas públicas voltadas para esses equipamentos culturais.

Na perspectiva deste trabalho, o referencial teórico abordou a Biblioteca Pública, as políticas públicas direcionadas para essas instituições e a comunicação científica, identificando conceitos encontrados na literatura da área. Para tanto, foram analisadas pesquisas sobre as referidas temáticas, com ênfase nos trabalhos desenvolvidos por Machado (2014), Milanesi (2013), Oliveira (1994), Oliveira (2001), Oliveira (2011), Paiva (2008), Saracevic (1996), Silva (2015), Suaiden (2000), entre outros autores, que ofereceram importantes contribuições para o presente estudo.

Pretendeu-se, portanto, estabelecer um diálogo entre autores e pesquisadores que se dedicam ao estudo das políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, com o objetivo de traçar um panorama que reflita o estado da arte, bem como as principais contribuições para o estudo e o entendimento dessa temática.

1.1 Problema de pesquisa

A Biblioteca Pública vem se constituindo, ao longo dos anos, como um espaço de formação continuada, por meio do acesso à informação, atendendo a todas as classes sociais, sem distinção de raça, gênero, faixa etária e ideologia. E esse equipamento cultural é entendido como um local privilegiado para o desenvolvimento de práticas leitoras, podendo contribuir com a formação de uma sociedade constituída de cidadãos críticos bem como para o desenvolvimento da cidadania desses sujeitos.

No entanto, percebe-se que o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras tem estado pouco presente nas agendas de pesquisas e estudos recorrentes nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (CI), no Brasil.

Diante desse cenário, estudos realizados acerca da temática das Bibliotecas Públicas representam um importante esforço para o desenvolvimento do caráter social da Biblioteconomia e da CI, uma vez que esses equipamentos culturais lidam diretamente com as comunidades nas quais estão inseridos, buscando atender às demandas e necessidades de informação e de leitura da população local. Dessa forma, coloca-se a seguinte questão: como o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras vem sendo tratado literatura científica da área?

1.2 Justificativa

A produção científica sobre a atuação do Poder Público, no que concerne ao desenvolvimento de políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, vem, cada vez, mais sendo entendida como uma importante contribuição no sentido de promover um maior entendimento sobre o referido tema.

No entanto, não obstante à escassez de estudos, uma parte considerável das pesquisas está voltada para o aspecto tecnicista da Biblioteconomia e da CI.

Nesse sentido, Saracevic (1996) esclarece que a CI vem balançando no que diz respeito à ênfase de seus estudos, no que se refere à relação entre a tecnologia e o homem, ou seja, o caráter tecnológico e o caráter social da CI, conforme destaca-se:

a relação homem-tecnologia é o ponto fraco, a questão não resolvida filosófica, científica ou profissionalmente na CI, assim como também o é em outros campos fortemente envolvidos com a tecnologia. A CI tem oscilado entre os dois extremos – humano e tecnológico – sem se definir claramente por qualquer deles ou estabelecer um equilíbrio confortável (SARACEVIC, 1996, p. 55).

O mesmo autor acrescenta que “embora exista ultimamente uma clara oscilação do pêndulo em direção ao lado humano da equação, o extremo tecnológico continua sendo a amarra que dirige a inclinação do campo em sua totalidade” (SARACEVIC, 1996, p. 55).

Oliveira (2001) ressalta que a pesquisa em CI desenvolvida no Brasil está em constante mudança, e para essa autora, essa mudança é verificada

não só em termos de objetos e contextos de pesquisas, o que é uma característica de toda ciência social, mas, também, em termos de uma busca persistente de sua própria identidade, de sua consistência e do reconhecimento do seu campo científico (OLIVEIRA, 2001, p. 152).

Nesse aspecto, Fonseca (2007) reforça o caráter social da Biblioteconomia, enfatizando a importância de uma biblioteca menos tecnicista e mais voltada para os leitores, como forma de promoção da cidadania, por meio de sua contribuição para a erradicação do analfabetismo. No entanto, para o mesmo autor, as bibliotecas ainda não assumiram esse compromisso, como se observa:

además, a preocupação com os processos técnicos da biblioteca e não com serviços aos leitores e com noções irrealistas de sistemas mundiais de informação levaram a que as bibliotecas se distanciassem de seus usuários [...]. As bibliotecas não assumiram uma visão abrangente de sua tarefa, a qual deveria incluir um papel de destaque na erradicação do analfabetismo e no estímulo à leitura (FONSECA, 2007, p. 95).

Em relação às pesquisas desenvolvidas no campo da Biblioteconomia, Saracevic (1996, p. 49) esclarece que “as diferenças ficam mais evidentes pela agenda das pesquisas. O que as agendas de fomento estão financiando como pesquisa em CI é inteiramente diferente daquilo que financiam em pesquisas biblioteconômicas”.

Outro aspecto a ser considerado decorre da experiência profissional adquirida a frente desses equipamentos. Na realidade vivenciada no cotidiano da Biblioteca Pública, foi possível uma maior aproximação com as dificuldades encontradas no que se refere à sua gestão, sobretudo, quando se trata da escassez de recursos. Dentre essas dificuldades, sobressaíram as relacionadas à falta de mão de obra especializada, sobretudo a falta do profissional bibliotecário.

Dessa forma, o presente estudo justifica-se pela necessidade de uma maior compreensão sobre tratamento dedicado ao tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras pela pesquisa na área da CI.

1.3 Objetivo Geral

Na presente pesquisa objetivou-se mapear a produção científica, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, sobre as políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras.

1.3.1 Objetivos específicos

- 1- Identificar a distribuição da produção científica sobre as políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas por base de dados;
- 2- Identificar a distribuição da produção científica sobre as políticas públicas

realizadas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas por categorias temáticas;

- 3- Identificar os termos mais recorrentes nas publicações sobre as políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas;
- 4- Identificar a concentração por periódico da produção científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas;
- 5- Identificar a concentração por período da produção científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas;
- 6- Identificar quais autores que mais publicaram sobre o tema políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas.

1.4 Estrutura do trabalho

No capítulo 2, será apresentado o conceito de Biblioteca Pública, seu histórico e desenvolvimento.

No capítulo 3 tratar-se-á de uma breve conceituação do tema políticas públicas a partir do entendimento de autores que estudaram essa temática. No mesmo capítulo, será abordada a conceituação de participação popular no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, seguida pela apresentação das principais políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, desde a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, até a implementação da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) no ano de 2018.

No capítulo 4, serão relacionados alguns conceitos de comunicação científica, seguidos pela conceituação de produção científica. Em seguida serão apresentados os Programas Brasileiros de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

No capítulo 5, serão apresentados os procedimentos metodológicos, com a indicação da tipologia da pesquisa. Ainda, nesse capítulo, serão descritos os procedimentos de coleta de dados, indicando o método e o projeto de levantamento de dados, a delimitação das fontes de dados, as estratégias de busca utilizadas para a coleta dos

dados, formulação das hipóteses e objetivos, exploração e categorização dos materiais. Em seguida, serão elencados os problemas encontrados na coleta de dados, identificação dos documentos pertinentes para a pesquisa e termos mais recorrentes na análise.

No capítulo 6, será discutida a análise dos dados.

No capítulo 7, serão evidenciadas as considerações finais e sugestões para novas pesquisas.

2 BIBLIOTECA PÚBLICA

No presente capítulo é apresentada uma breve revisão de literatura sobre as Bibliotecas Públicas no Brasil, seu histórico, e sobre as políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito dessas instituições, por meio de um diálogo entre ideias e resultados de pesquisas que proporcionaram importantes contribuições para um maior entendimento sobre a referida temática.

A Biblioteca Pública é, por natureza, um espaço democrático e aberto à comunidade. Ela é entendida como um importante recurso, no sentido de proporcionar aos seus usuários o livre acesso à cultura e à informação.

Esse equipamento cultural já foi tema de alguns estudos, dentre os quais destacam-se Oliveira (1994), Paiva (2008), Machado (2014), dentre outros autores que contribuíram para um maior entendimento sobre a temática.

Nesse sentido, Santos (2017, p. 3) esclarece que os equipamentos culturais são “importantes do ponto de vista artístico-cultural, por se constituírem um lugar de criação artística e de encontro entre a oferta cultural e o público”. Bernardino (2011, p. 137) acrescenta que “a biblioteca pública pode ser, sobretudo, um espaço agradável e atrativo que fortaleça não somente seu caráter educativo, mas também sua função social e cultural, permitindo a construção da cidadania”. Ainda de acordo com essa autora, para que isso aconteça, é necessário o estabelecimento de políticas públicas fortes, estruturadas e sérias, no sentido de transformar as bibliotecas em locais de inclusão e participação cidadã (BERNARDINO, 2018).

Por seu turno, Machado (2014) esclarece que a Biblioteca Pública assume diversas funções, sendo ela o resultado de processos sociais e históricos, conforme a autora, que ressalta

em se tratando de uma instituição social a Biblioteca Pública é o resultado de determinados processos sócio-históricos e assume diversas funções, conforme o contexto no qual está inserida: memória; preservação e fomento da cultura; organização e disponibilização dos registros do conhecimento; acesso e produção de conhecimento; difusão da informação à comunidade; dentre outros. São entendidas como instituições sociais, porque servem a

propósitos sociais, tais como: educação, cultura, lazer, informação, entre outros (MACHADO, 2014, p. 16).

A primeira Biblioteca Pública brasileira remonta ao início do século XIX, mais precisamente ao ano de 1807, com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil (Figura 1). Moraes (2006) relata as circunstâncias da transferência do acervo que comporia a Biblioteca Real, conforme verifica-se que,

na frota vieram os tesouros do Estado: ouro, diamantes do monopólio, joias, prataria, até parâmetros da Capela Real. Vieram os arquivos das repartições públicas, a Biblioteca Real da Ajuda, os manuscritos da Coroa e do Infantado. Tudo chegou acompanhado de seus respectivos conservadores (BANDEIRA, 2007, p. 90).

FIGURA 1 – Prédio da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio, em 1890



Fonte: ERMAKOFF, 2015, p. 99.

FIGURA 2 – Vistas do interior da Biblioteca Nacional na Rua do Passeio, em 1890



Fonte: ERMAKOFF, 2015, p. 100.

Ainda de acordo com Bandeira (2007, p. 92), “no Rio, a Biblioteca Real foi enriquecida constantemente. Obteve o privilégio do depósito legal logo no início”. A autora cita ainda uma significativa doação de livros para a época, destacando que

a Biblioteca Real do Rio de Janeiro recebeu, por doação da Província Franciscana, uma doação de livros de Frei Mariano da Conceição Veloso, composta por cerca de 2.500 volumes, o que era uma enormidade para uma época em que livros eram raríssimos no Brasil, sendo acessíveis somente às classes mais abastadas da sociedade (BANDEIRA, 2007, p. 92).

Após esse advento, diversas coleções de livros foram arrematadas pela Coroa Portuguesa, com o objetivo de formar e desenvolver o acervo da Biblioteca Real do Rio de Janeiro, proveniente da sede do Governo Português, em Lisboa.

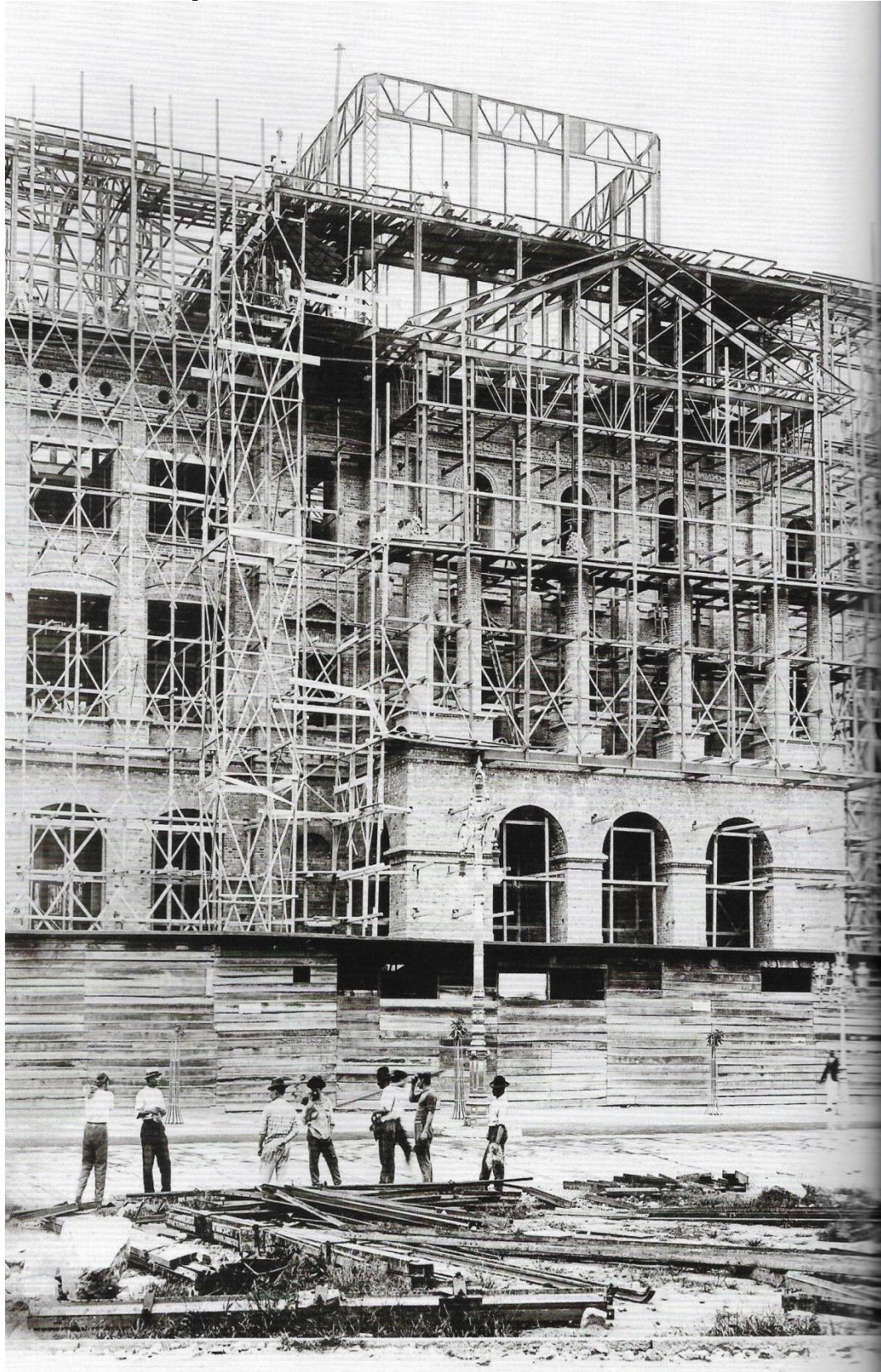
No entanto, o acesso à Biblioteca Real era restrito aos membros da Corte Portuguesa e da Igreja Católica, ficando a maioria da população à margem de seus serviços. Nesse contexto, Paiva (2008) enfatiza o caráter elitista das bibliotecas brasileiras ao longo da história. Segundo a autora,

durante mais de 300 anos, o Brasil contou apenas com bibliotecas de ordens religiosas ou particulares, que davam acesso a uma ínfima parcela da população: os religiosos e os alunos de seu sistema educacional, e uma elite letrada e voltada para a cultura europeia. Os livros, em sua maioria, eram de língua estrangeira. (PAIVA, 2008, p. 25).

Na década de 1940, a Biblioteca Real do Rio de Janeiro (Figura 3), que passou a ser denominada Biblioteca Nacional (BN), foi considerada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a maior biblioteca da América Latina. Contudo, ela apresentava vários problemas estruturais, necessitando da intervenção do Poder Público para a retomada de sua função de depositária do patrimônio bibliográfico e documental do Brasil.

Bandeira (2007, p. 54) relata que, na tentativa de sanar esses problemas, “em 1944, o então Ministro da Cultura, Gustavo Capanema, promulgou um Decreto-Lei que tratava da reforma administrativa da Biblioteca Nacional, a qual se encontrava em uma situação extremamente precária [...]”. Ainda de acordo com essa autora, na ocasião, foi nomeado para a divisão de consulta da Biblioteca o sociólogo e historiador Sérgio Buarque de Holanda e, para a divisão de preparação de livros o bibliotecário, pesquisador e historiador Rubens Borba de Moraes, tendo este último exercido um papel determinante para a retomada e melhoria dos serviços prestados pela BN.

FIGURA 3 – Construção da sede da Biblioteca Nacional na Avenida Central, em 1908



Fonte: ERMAKOFF, 2015, p. 103.

De acordo com Bandeira (2007), ao assumir a direção da BN, Rubens Borba de Moraes, horrorizado com o estado em que ela se encontrava, foi se aconselhar com Carlos Drummond de Andrade¹, então chefe de gabinete do ministro. A autora acrescenta que

era ele quem dirigia o Ministério, porque o Capanema vivia naquelas altas esferas culturais, e quem fazia funcionar o Ministério era o Drummond. Este o aconselhou a preparar um documento onde relatasse a situação encontrada e apontasse possíveis soluções (BANDEIRA, 2007, p. 54).

Em consonância com a mesma autora, em seu relatório, Rubens Borba de Moraes descreveu que “a Biblioteca Real, trazida pela Corte de D. João VI, estava praticamente perdida. Os volumes sujeitos à intempérie, chuva e sol, haviam-se transformado em ‘tijolos” (BANDEIRA, 2007, p. 56). Ademais, em conformidade com a mesma autora, Rubens Borba de Moraes relatou o descaso da Administração Pública, destacando que “a poeira acumulada era tanta que não permitia a leitura das lombadas. Bandeira (2007, p. 56) destaca ainda que “[...] o catálogo da biblioteca estava desatualizado e não obedecia a regra nenhuma. Além do mais, devido ao manuseio, as fichas estavam imprestáveis”.

Em relação ao estado de conservação das instalações da BN, Rubens Borba de Moraes esclareceu em seu relatório que as condições eram as piores possíveis, conforme verifica-se sobre

a má condição das instalações – goteiras espalhadas por quase todo o prédio, molhando os livros e estragando-os de forma inexorável, instalação elétrica precária apresentando risco de incêndio, falta d’água crônica, infernizando a vida dos usuários e dos funcionários e usuários – tudo denotava o grande desleixo e o desinteresse da administração pelo bom funcionamento da biblioteca (BANDEIRA, 2007, p. 59).

Em relação à situação do pessoal técnico-administrativo, a mesma autora ressalta que a situação era lamentável, pois,

os velhos funcionários, já com tempo para se aposentar, compareciam ao trabalho mais por hábito do que para trabalhar. Outros só iam ao serviço para assinar o ponto e receber os vencimentos. Tinham outros empregados, e a maioria era inadaptável ao serviço. Não entendiam de livros nem de bibliotecas. Tinham ido para lá, como ainda hoje, vão para as bibliotecas, na

¹ Gustavo Capanema chefiou o Ministério da Educação por um longo período, de 1934 a 1945. [...]. Durante toda a sua gestão Capanema contou com a fidelidade do poeta Carlos Drummond de Andrade como seu chefe de gabinete (Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (2019).

maioria dos casos, as pessoas consideradas incapazes para trabalhar em outros setores da administração (BANDEIRA, 2007, p. 60).

Dessa forma Bandeira (2007) esclarece que o então Diretor da Divisão de Preparo da Biblioteca Nacional, Rubens Borba de Moraes, “sugeriu a execução de um plano que consistia em três pontos básicos, a saber: mudança radical do pessoal existente, construção de um novo prédio e restauração em grande escala do acervo” (BANDEIRA, 2007, p. 60).

Em resposta ao referido relatório, a mesma autora destaca que “O Decreto-Lei nº 8.679, de 18 de janeiro de 1946, consubstanciou a pretendida reforma” (BANDEIRA, 2007, p. 63). Além disso, o Decreto determinava a instauração de uma divisão de aquisição composta pelo Setor de Seleção, contabilidade, permuta e encadernação; instauração de uma divisão de catalogação; instauração de divisão de circulação de materiais e instauração de divisão de obras raras (BANDEIRA, 2007).

Ainda em relação à reestruturação dos serviços da BN, a mesma autora esclarece que:

o plano de trabalho de 1946 compreendia 5 etapas: 1) reorganização técnica de todo o acervo; 2) início de uma recatologação de todo o acervo, baseada em normas e princípios universalmente adotados; 3) criação de um serviço especial para livros raros; 4) limpeza e desinfecção de livros; 5) reforma do prédio e instalações para o público (BANDEIRA, 2007, p. 64).

Não obstante às dificuldades relatadas, a BN ainda permanecia com seu acesso restrito, atendendo a uma pequena parcela da comunidade.

Passados alguns anos desde a transferência da Biblioteca Real para o Brasil, a Biblioteca Pública da Bahia (Figura 4) surgiu em 1811, por iniciativa de particulares, configurando-se como a primeira Biblioteca Pública brasileira com acesso irrestrito.

FIGURA 4 – Biblioteca Pública da Bahia



Fonte: ERMAKOFF, 2015, p. 127.

De acordo com Moraes (2006, p. 156), a Biblioteca Pública da Bahia foi criada pela iniciativa de Pedro Gomes Fernão Castelo Branco, “um rico senhor de engenho que elaborou e redigiu um plano para a criação da primeira Biblioteca Pública no Brasil”. O referido plano chamava-se “*Plano para o estabelecimento de huma Biblioteca Pública na cidade de S. Salvador, Bahia de todos os Santos*, datado de cinco de fevereiro de 1811” (MORAES, 2006, p. 153). Essa ação, de acordo com o mesmo autor, surgiu a partir da iniciativa de alguns cidadãos e sem fins lucrativos, conforme se registra que

a biblioteca foi concebida para uma associação de cidadãos, sem intenção de lucro. Não eram novidade as sociedades particulares para prestarem auxílio ao próximo. As santas casas de misericórdia, as irmandades religiosas existiram no Brasil desde os primórdios da colonização. A novidade consiste na consciência que tiveram alguns homens esclarecidos da miséria cultural do povo e da responsabilidade coletiva do bem comum (MORAES, 2006, p. 138).

O mesmo autor alude que “Castelo Branco propôs à época a criação de um fundo, a partir de doações em dinheiro de particulares para a aquisição dos mais renomados periódicos da época, a maioria deles produzidos na Europa” (MORAES, 2006, p. 153).

Essa iniciativa caracterizou-se como a criação da primeira biblioteca de caráter público fundada no Brasil, já que as tradicionais bibliotecas dos conventos, bem como a Biblioteca Real, não eram voltadas para os cidadãos, atendendo aos interesses de grupos minoritários. No entanto, com a ausência da atuação do Poder Público para manter a Biblioteca pública da Bahia, com o passar do tempo, os recursos foram se tornando escassos.

No que se refere às políticas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, Oliveira (1994, p. 22) afirma que “a partir da segunda metade do século XIX, com a ampliação da sociedade urbana, apenas 27 Bibliotecas Públicas foram criadas por estados e municípios, entre 1890 e 1930, sendo a sua maioria implantada na região sudeste”. Embora houvesse esforços particulares para a criação de bibliotecas populares, os índices de analfabetismos à época eram alarmantes (OLIVEIRA, 1994). Prossegue a autora que “em 1872 os percentuais de analfabetismos alcançaram a taxa de 66,4% da população, chegando ao ano de 1920 a 60,1% da população” (OLIVEIRA, 1994, p. 24). Por último, enfatiza que “até o final dos anos 20, as bibliotecas brasileiras projetavam a imagem da sociedade colonial e dependente, na qual se desenvolveram” (OLIVEIRA, 1994, p. 25).

Nesse sentido, Paiva (2008) enfatiza que a Biblioteca Pública deve ser de responsabilidade das autoridades locais e nacionais, e deve ser objeto de uma legislação específica e financiada pelos governos.

Ainda no que se refere à condição do Estado como mantenedor das Bibliotecas Públicas, a mesma autora esclarece que, no Brasil, a Fundação Biblioteca Nacional

(FBN), agente do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), publicou documento em que define, em conformidade com o Manifesto da Unesco, as seguintes características básicas das Bibliotecas Públicas: “destinar-se a toda coletividade (ao contrário de outros tipos de bibliotecas, que têm funções mais específicas); possuir todo tipo de material (sem restrições de assuntos ou de materiais); ser subvencionada pelo poder público federal, estadual ou municipal” (PAIVA, 2008, p. 20).

Em relação aos objetivos das Bibliotecas Públicas, no ano de 1992, o Manifesto da Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), organismo internacional que representa os interesses dos serviços de bibliotecas e informação, e dos seus utilizadores, preconizou 12 missões para as Bibliotecas Públicas, a saber:

1. Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças desde a mais tenra idade;
2. Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;
3. Proporcionar oportunidades para o desenvolvimento criativo pessoal;
4. Estimular a imaginação e criatividade da criança e dos jovens;
5. Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;
6. Propiciar acesso às expressões culturais das artes em geral;
7. Fomentar o diálogo intercultural e favorecer a diversidade cultural;
8. Apoiar a tradição oral;
9. Garantir acesso aos cidadãos a todo tipo de informação comunitária;
10. Proporcionar serviços de informação adequados a empresas locais, associações e grupos de interesse;
11. Facilitar o desenvolvimento da habilidade no uso do computador;
12. Apoiar e participar de atividades e programas de alfabetização para todos os grupos de idade e implantar tais atividades se necessário (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000).

Ainda em consonância com o Manifesto, liberdade, prosperidade e desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos são fatores fundamentais que serão alcançados somente pela capacidade dos cidadãos, bem informados, para exercerem seus direitos democráticos e terem papel ativo na sociedade.

Nesse sentido, Varela (2007, p. 29) enfatiza que “a informação é fator vital tanto para a subsistência do indivíduo, como da sociedade. O grau de desenvolvimento de uma sociedade pode ser evidenciado pela qualidade da informação disponível para sua comunidade”. Nessa perspectiva,

é importante que se compreenda que a leitura não tem um significado

meramente individual, que se poderia traduzir no prazer de ler por ler. A leitura justifica-se na medida em que assume uma validade social, em que faz parte de todo um projeto de construção de sociedade voltada para o objetivo supremo de assegurar condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Somente no âmbito de um processo de desenvolvimento em que a valorização integral do ser humano é considerada como objetivo máximo, ao qual tudo o mais deve estar subordinado, é que se pode almejar tornar universal o acesso à leitura (LEMOS, 2015, p. 192).

Ainda em relação ao caráter social das Bibliotecas Públicas, a IFLA publicou em 2015 o documento “Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda 2030 das Nações Unidas”.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é um marco inclusivo, integrado por 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que englobam o desenvolvimento econômico, ambiental e social. Seus objetivos são: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar, educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção sustentáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meio de implementação.

Em relação às políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas, segundo a IFLA (2015), o documento “Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a agenda 2030 das Nações Unidas” apresenta três recomendações para os formuladores de políticas públicas, dentre os quais, o de incluir as bibliotecas em seus planos nacionais, estabelecer parcerias com bibliotecas para a implantação de estratégias e programas nacionais, com finalidade de assegurar a inclusão de todas as pessoas e, por último, trabalhar com as bibliotecas para criar consciência sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o que significam em nível local.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS

As Políticas públicas são entendidas como as atividades dos governos que influenciam a vida dos cidadãos. Elas são importantes do ponto de vista social, uma vez que proporcionam a alocação de recursos públicos em atividades essenciais à vida dos indivíduos e da sociedade.

De acordo com Silva (2015, p. 12), “as políticas públicas podem ser entendidas como as respostas produzidas pelo Estado às demandas a ele dirigidas pela sociedade”. Para Goldin (2003, p. 163) “[...] Uma política pública reflete a vontade de diferentes setores da sociedade em avançar para uma determinada direção e representa uma articulação coerente de medidas para transformar uma situação”. Segundo o mesmo autor, para que uma política pública seja eficaz, ela deve ser sustentável e coerente, fazendo que essas ações repercutam positivamente nos setores envolvidos (GOLDIN, 2003).

Souza (2006) pontua que a disciplina Políticas Públicas como área do conhecimento nasceu como uma subárea da ciência política e seus estudos se consolidaram a partir do entendimento de que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é possível de ser: (a) formulado cientificamente (b) analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p. 22).

Oliveira (1994, p. 28) esclarece que “em uma política pública encontram-se dois componentes agregados, um aparente e outro implícito”, sendo esse último caracterizado pelas políticas gerais realizadas pelo Estado, conforme se verifica que

o componente aparente é expresso pelos documentos oficiais, de diferentes órgãos governamentais, em diversos níveis decisórios, apresentando os objetivos a serem alcançados pela política, os meios para atingir estes objetivos, a distribuição de responsabilidades para a implantação dos meios e as regras que regulam esta implementação. Identifica-se o componente implícito da política em políticas gerais do Estado, nas ideologias vigentes e nas estruturas permanentes do poder (OLIVEIRA, 1994, p. 28).

Souza (2006) traçou um panorama sobre as políticas públicas brasileiras realizadas a partir da década de 1980. A autora destaca o surgimento de políticas neoliberais que defendiam a liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a

economia. Nesse sentido, observou-se uma mudança de paradigmas nas políticas públicas. Para a mesma autora, “a adoção de políticas públicas restritivas de gastos passou a dominar a agenda de diversos países, em substituição às políticas Keynesianas do pós-guerra” (SOUZA, 2006, p. 20). A autora esclarece ainda que essas políticas pregavam a intervenção do Estado na economia como forma de garantir o pleno emprego.

Quanto à formulação de políticas públicas, Souza (2006, p. 20) esclarece que “a formulação de políticas públicas se constitui no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”. Dessa forma

pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável dependente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou no curso dessas ações (variável dependente) (SOUZA, 2006, p. 26).

A mesma autora indica possíveis decorrências das políticas públicas, podendo elas se desdobrarem de diversas formas, de acordo a seguinte afirmação de que as

políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006, p. 26).

Ainda de acordo com a mesma autora, as políticas públicas podem ser classificadas como políticas distributivas, políticas regulatórias e políticas redistributivas, sendo que essa última pode beneficiar um maior número de pessoas em detrimento de certos grupos sociais, conforme se observa:

a política pública pode assumir três formatos. O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganho incertos e futuros para outros (SOUZA, 2006, p. 28).

Em conformidade com a mesma autora, o ciclo das políticas públicas é constituído pelos seguintes estágios: definição de uma agenda, identificação de alternativas,

avaliação de opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Assim, “esta abordagem enfatiza sobretudo a definição de agenda e perguntam por que algumas questões entram na agenda política, enquanto outras são ignoradas” (SOUZA, 2006, p. 29).

A participação popular na elaboração e acompanhamento das políticas públicas é entendida como um importante fator para que elas se consolidem. Ramos (2017, p. 53) considera que “a participação social na gestão pública deve ser empregada como um meio de influenciar e contribuir para a construção de políticas públicas culturais”. Dessa forma

a participação popular é uma das opções que a sociedade dispõe para propor projetos de lei por meio da apresentação de sugestões legislativas. Qualquer entidade civil organizada (ONGs, sindicatos, associações, órgãos de classe etc.) e qualquer cidadão podem apresentar sugestões legislativas por intermédio da Comissão de Legislação Participativa (RAMOS, 2017, p. 53).

Nesse contexto, Souza (2006) ressalta que a inserção de grupos sociais na elaboração de políticas públicas ocorreu no Brasil através de mandamentos constitucionais e pelo compromisso assumido por alguns partidos políticos. Para a autora, “no Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o orçamento participativo” (SOUZA, 2006, p. 36). Nessa direção, Silva (2015, p. 37) ressalta que, “a Constituição Federal de 1988 instituiu mecanismos de participação e tornou-se um marco na democratização do Estado Brasileiro”. Entretanto, a mesma autora apresenta uma contraposição à prática de construção de políticas públicas a partir do consenso, defendendo uma análise racional sobre elas, conforme verificado na seguinte passagem:

o primeiro grande ataque às possibilidades das ações coletivas, e no qual decisões sobre políticas públicas podem ser situadas, veio de Olson (1965), ao afirmar que interesses comuns, os quais, em princípio, guiarão o processo decisório que afetam os indivíduos, não resultam necessariamente em ação coletiva e sim em *freeriding*, pois os interesses de poucos tem mais chances de se organizarem do que interesses difusos de muitos. [...] Assim, a “boa” política pública não poderia resultar na disputa entre grupos, mas de uma análise racional (SOUZA, 2006, p. 34).

Em relação aos meios criados para a efetivação da participação popular na formulação das políticas públicas no Brasil, a criação da Comissão de Legislação Participativa representou um importante avanço nesse processo e se tornou um novo mecanismo para a apresentação de propostas de iniciativa popular. Ramos (2017, p. 54) destaca que “a Comissão de Legislação Participativa foi criada em 2001, com o propósito de assegurar a toda a sociedade o direito à intervenção direta na elaboração de novas leis e/ou aperfeiçoamento das mesmas”.

Silva (2015) ressalta que o processo de participação popular na elaboração de políticas públicas, por meio de Conselhos e Conferências, pode ser incrementado, caso haja meios e formas de comunicação entre o Governo e a sociedade.

Nesse aspecto, as audiências públicas são entendidas como importantes instrumentos constitucionais voltados para a participação social na formulação de políticas públicas. Elas são garantidas constitucionalmente e têm como objetivo incentivar a participação popular na busca por soluções para problemas públicos (RAMOS, 2017).

Ainda em relação à participação popular na formulação de políticas públicas, as Conferências Nacionais realizadas no Brasil, entre os anos de 2003 e 2010, representaram um importante avanço. Nesse período, foram realizadas 74 Conferências Nacionais, que contaram com a participação de aproximadamente 6,5% da população brasileira, o que significou um contingente de cerca de 10 milhões de pessoas (SILVA, 2015).

A participação popular na elaboração e implementação de políticas públicas também é considerada uma ação estratégica, no sentido de dar maior transparência àquilo que é realizado pelo Poder Público. Na esfera federal, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que mediante o incentivo da participação popular durante o processo de elaboração e discussão de políticas públicas, a transparência no processo seria assegurada (SILVA, 2015).

A seguir, será apresentado um breve histórico sobre a realização de políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, desde a criação do Instituto Nacional

do Livro (INL), em 1937, até a implementação da Política Nacional do Livro e da Escrita, em 2018.

3.1 Políticas públicas para as Bibliotecas Públicas no Brasil

A Biblioteca Pública vem se configurando cada vez mais como um espaço propício para o desenvolvimento de políticas públicas na área cultural. Ramos (2017) reforça seu caráter inclusivo no que se refere às políticas culturais. Para a autora “ela também é reconhecida como espaço estratégico de inclusão dentro das políticas públicas de cultura de Estado no país e está no âmbito das políticas públicas do Ministério da Cultura (MinC)” (RAMOS, 2017, p. 35).

Para Suaiden (2000), em meados da década de 1820, surgiram no Brasil as primeiras Bibliotecas Públicas estaduais, no entanto, apesar de serem criadas a partir de decretos, elas não ofereciam a estrutura necessária para que fossem consideradas bibliotecas, como se pode verificar na seguinte passagem:

a biblioteca era legalmente criada por um decreto estadual, no entanto a falta de visão dos administradores era grande, pois geralmente não havia previsão da infraestrutura necessária. Locais improvisados, acervo desatualizado e composto de doações, instalações precárias, carência de recursos humanos adequados etc. eram as características dessas instituições chamadas bibliotecas. (SUAIDEN, 2000, p. 52).

Nesse contexto, o Estado brasileiro conviveu com a inexistência e precarização de suas bibliotecas públicas por décadas, sendo que somente a partir da década de 1930, com o fim do Coronelismo e início do Estado Novo, começaram a haver as primeiras mudanças nesse cenário.

A primeira política de Estado voltada para o fortalecimento das Bibliotecas Públicas brasileiras que se tem notícia surgiu no Governo do então Presidente Getúlio Dornelles Vargas, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), por meio do Decreto-Lei 93, de 21 de dezembro de 1937. Barroso (1973, p. 45) define o INL como sendo um “Órgão do Ministério da Educação e Cultura, tendo, entre outras atribuições, a função de incentivar a organização e auxiliar na manutenção de Bibliotecas Públicas em todo o território nacional”.

De acordo com Bragança (2009), com a criação do INL, foram desenvolvidas políticas para a criação de novas bibliotecas e apoio na manutenção das já existentes, distribuição de livros para essas bibliotecas e capacitação de profissionais que atuavam nesses espaços, com a estruturação de cursos de Biblioteconomia em diversas cidades do país.

Milanesi (2003) reconhece que o INL surgiu no bojo do Estado Novo, sendo o primeiro programa brasileiro de incentivo às Bibliotecas Públicas. No entanto, o mesmo autor destaca o caráter autoritário do Instituto², conforme se verifica que

em 1937, com o Estado Novo, nasceu o primeiro programa brasileiro de incentivo às Bibliotecas Públicas. Parece paradoxal que um regime político claramente marcado pelo cerceamento do livre acesso às informações, bem como pelo controle da manifestação do pensamento, pudesse criar um programa de fortalecimento das Bibliotecas Públicas (MILANESI, 2003, p. 118).

Para esse autor, o INL era visto como uma política voltada para a doação de livros para as Bibliotecas Públicas, cujos títulos eram escolhidos de acordo com a visão dos responsáveis que ditavam as normas a serem seguidas pelo programa. Nessa direção,

a doação caracterizava-se como atividade central e, por vezes, a única. Escolher livros, e fazer a remessa para milhares de bibliotecas demonstravam, na prática, o caráter autoritário dessa ação, uma vez que as cidades ou grupos sociais não podiam de forma alguma participar do processo, pois recebiam o saber selecionado e fechado de acordo com as normas daqueles que ditavam as normas e procedimentos da política de incentivo às bibliotecas (MILANESI, 2003, p. 118).

Para o mesmo autor, a política de distribuição de livros do INL caracterizou-se pela censura uma vez que “essa doação se mostrava, portanto, coerente com os desígnios do Estado e distanciada da opinião das cidades e do público” (MILANESI, 2003, p. 18). Paiva (2008, p. 29) reforça esta ideia e destaca que “a ideologia do acervo, em que o Estado demonstrava sua concepção de bibliotecas guardiã da cultura, era de divulgar as ideias e autores escolhidos pelo governo, para formar hábitos ‘adequados’ na população”. Para a mesma autora, esta prática visava à formação do acervo das

² A gestão de Capanema seria também marcada pelos efeitos da política autoritária e centralista do Estado Novo. Em 1939 foi fechada a Universidade do Distrito Federal. Também sob sua direção se desenvolveu uma dura ação repressiva contra as escolas mantidas pelas colônias alemãs no sul do país. Esse ato do governo ficou conhecido como a nacionalização do ensino (FGV CPDOC, 2019).

Bibliotecas Públicas, segundo o padrão de um grupo de intelectuais ligados ao Instituto.

Milanesi (2003) ressalta que as atividades do INL ficaram estáticas por décadas, limitando-se à já referida prática de distribuição de livros. Dessa forma, o mesmo autor destaca que

com poucas variações, as suas tarefas básicas e de rotina constituíam-se em doar livros para bibliotecas e presentear as cidades com bibliotecas, numa ação mais gratificante para algumas editoras do que para os leitores em geral. [...] Essa política esteve sempre centrada na ideia do acúmulo de livros e da organização, sem maiores preocupações com o público, como se a bibliotecas existisse independente dele (MILANESI, 2003, p. 120).

Nesse contexto, Paiva (2008) reforça que a prática de distribuir livros praticada pelo INL configurava-se como uma política mais voltada para o interesse das editoras, conforme ressalta-se que

as Bibliotecas Públicas, no fim das contas, estavam sobrevivendo de doações particulares. Por outro lado, a indústria do livro necessitava de bibliotecas para se expandir e a resposta ao problema era que o Estado criasse e mantivesse funcionando uma Biblioteca Pública em cada município. As consequências previstas pelo Diagnóstico eram que a criação de bibliotecas estimularia e sustentaria a produção editorial, baratearia o livro, aumentaria o consumo de papel e favoreceria novos escritores. Portanto, tratava-se, mais uma vez, de uma política do livro, e não das bibliotecas, visando estimular a indústria editorial (PAIVA, 2008, p. 33).

No entanto, entende-se que a contribuição do INL para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas brasileiras foi inegável uma vez que “do ponto de vista quantitativo, também há que se reconhecer os resultados: de 78 Bibliotecas Públicas registradas em 1938, houve um salto para 332 em 1945. Em oito anos, foram distribuídos mais de 259 mil volumes, cerca de 781 por biblioteca” (PAIVA, 2008, p. 30).

Ainda no que se refere às políticas públicas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, Ramos (2017) esclarece que, na década de 1980, houve a criação do Ministério da Cultura (MinC), por meio do Decreto nº 91.144/1985, em que foram criadas as chamadas leis de incentivo, como é o caso da Lei nº 7.505/1986 (Lei Sarney), primeira lei federal de incentivo à produção cultural no país” (RAMOS, 2017, p. 41). Dessa

forma, a Lei Sarney assumiu um importante papel no sentido de fomentar a cultura nacional, conforme verifica-se que

como forma de amenizar o fracasso da política até então adotada, no período que antecedeu à Constituição de 1988, foi promulgada a Lei nº 7.505, conhecida com a Lei Sarney e tendo como objetivo incentivar o desenvolvimento cultural no Brasil, através de doações ou patrocínios a instituições e eventos culturais e artísticos (OLIVEIRA, 1994, p. 157).

Neste período, foram realizadas ações pontuais para o desenvolvimento das Bibliotecas Públicas brasileiras no sentido de adequar seus acervos ao interesse da comunidade. Assim,

ainda no terreno da adequação dos acervos ao interesse das comunidades, o INL desenvolveu com recursos da Lei Sarney, o programa do “checklivro”, fornecendo às bibliotecas selecionadas, cheques para a compra de livros sugeridos por seus leitores. As compras deveriam ser feitas nas livrarias do próprio Estado, com o objetivo de fortalecer o comércio livreiro local (OLIVEIRA, 1994, p. 160).

A mesma autora relata que o Governo Federal, por meio da Lei Sarney, estabeleceu parcerias com instituições privadas, como foi, por exemplo, o caso da Fundação Roberto Marinho e a Indústria de Papel Ripasa. A partir dessas parcerias e com a utilização de recursos provenientes da Lei Sarney, o INL promoveu o projeto “Viagem da Leitura”. De acordo com a autora, “o projeto tinha por objetivo despertar o hábito da leitura entre crianças e jovens, e envolveu: a veiculação de campanha de incentivo à leitura, além da distribuição de 186.540 livros para 3.104 bibliotecas conveniadas” (OLIVEIRA, 1994, p. 161).

Entende-se que outra importante política pública voltada para as Bibliotecas Públicas brasileiras foi a instituição da Fundação Nacional Pró-Leitura³, criada pela Lei 7.624, de 5 de novembro de 1987. De acordo com a referida legislação, a Fundação tinha as seguintes finalidades:

promover o desenvolvimento da promoção e da difusão do livro; estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; difundir e estimular o hábito da leitura; manter e incentivar cursos de Biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros e demais tecnologias de reprodução

³ De acordo com Moraes Jr. (2010) no ano de 1987, o INL e a BN, por meio da Lei nº 7.624, passaram a integrar a Fundação Nacional Pró-Leitura que em 1990, por intermédio da Lei nº 8.029, foi extinta e suas atribuições transferidas para a Biblioteca Nacional.

e arquivamento de sons e imagens; receber o Depósito Legal, disciplinado pelo Decreto Legislativo nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907 e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (BRASIL, 1987).

Embora a Fundação Nacional Pró-Leitura preconizasse em seu texto a instituição de Bibliotecas Públicas, Milanesi (2003) considera que tal política possuía caráter limitado, pois não apresentava inovações em relação ao antigo INL. Para esse autor, “mesmo com tantas mudanças políticas e tantas alterações na sociedade a partir das transformações tecnológicas, o padrão básico dos programas não escapou da ideia persistente de distribuir livros” (MILANESI, 2003, p. 120).

Nesse contexto, destaca-se o caráter paternalista das políticas públicas destinadas às Bibliotecas Públicas municipais brasileiras, bem como a omissão das prefeituras no que concerne à manutenção destes equipamentos culturais. Nessa direção, Milanesi (2003, p. 122) ressalta que as prefeituras: “supõe que haja sempre alguém, de preferência federal, que possa resolver os problemas da cidade, uma vez que se transfere para os governos estaduais, e mesmo para o federal, a obrigação de prover estes espaços”.

Nessa perspectiva, evidencia-se o caráter assistencialista das políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, uma vez que “quando o Estado pai, por opção ou por crise, não distribui seus pacotes uniformes, inventam-se promoções tipo ‘doe um livro usado’, uma espécie de caridade cultural, que transforma em esmola aquilo que é um direito do cidadão” (MILANESI, 2003, p. 122).

Nesse contexto e em relação à gestão das Bibliotecas Públicas no Brasil, Oliveira (1994, p. 162) destaca que “a descontinuidade administrativa nas esferas federal, estadual e municipal e a carência de recursos humanos qualificados representa um grave problema para as Bibliotecas Públicas”. A mesma autora considera que “a cada mudança de dirigentes era necessário reiniciar o trabalho de conscientização bibliotecária do Secretário de Estado e dos prefeitos, buscando a sua adesão à causa da Biblioteca Pública” (OLIVEIRA, 1994, p. 162).

Nessa direção, Ferraz (2016) enfatiza a importância da continuidade das ações do Poder Público em *prol* das Bibliotecas Públicas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal. Segundo a autora,

com a federalização dos municípios ocorrida em 1988, o Estado não pode intervir diretamente nas ações municipais. Sendo assim, a cada mudança de gestão ocorrida pelas eleições, inicia-se novamente todo o trabalho de sensibilização e convencimento dos gestores públicos sobre a importância das bibliotecas e de seu investimento e apoio. Uma das consequências mais graves desta situação é a inconstância das bibliotecas, pois uma biblioteca que desenvolve um trabalho de excelência hoje pode amanhã estar fechada, simplesmente por interesse e vontade política, e não por demanda da comunidade. (FERRAZ, 2016 p. 102).

Prosseguindo na discussão sobre o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), por meio do Decreto Presidencial nº. 520, de 13 de maio de 1992, é entendida como um marco histórico no que se refere ao fomento desses equipamentos culturais.

Machado (2010) esclarece que a principal função do SNBP é articular as ações das diversas Bibliotecas Públicas municipais e estaduais em território brasileiro e destaca seu caráter inovador, embora reconheça suas limitações, uma vez que os Sistemas Estaduais estavam subordinados a ele. Dessa forma,

a concepção do SNBP foi inovadora, no sentido de propor um sistema que pudesse agir de forma ramificada nesse país de dimensões continentais, porém, sua subordinação à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) amarrou sua estrutura, eliminando a possibilidade de agir de maneira autônoma e, conseqüentemente, minando sua capacidade e força para atuar efetivamente e de maneira contínua na dinamização e no fortalecimento das Bibliotecas Públicas (MACHADO, 2010, p. 100).

Entretanto, a mesma autora considera importante a articulação das Bibliotecas Públicas com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, uma vez que “é determinante que os bibliotecários que atuam em Bibliotecas Públicas se articulem com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas, os quais trabalham em acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e com as políticas da área” (MACHADO, 2010, p. 123).

Outra importante política pública voltada para as Bibliotecas Públicas no Brasil foi o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), criado pelo Governo Federal em 1992. De acordo com Machado (2010, p. 100), “o PROLER surgiu como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores, nos vários espaços sociais, e ao oferecer formação para bibliotecários de Bibliotecas Públicas, contribuiu indiretamente para apoiar essa instituição”. Ainda de acordo com a autora, o PROLER foi importante no sentido de estabelecer uma maior integração entre as secretarias municipais e estaduais de cultura e educação, conforme registra-se que

o PROLER, por meio de seus comitês regionais, desenvolve ações em parceria com as secretarias estaduais e municipais de cultura e educação pelo país. Em sua sede, no Rio de Janeiro, denominada como Casa da Leitura, são oferecidos cursos de formação, palestra, entre outras atividades de incentivo à leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura da rede pública (MACHADO, 2010, p. 100).

Em 1993, ano seguinte à criação do PROLER, foi implantado o Programa Uma Biblioteca em Cada Município. O programa tinha como objetivo distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento dessas bibliotecas. Um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizada e tecnocrática (MACHADO, 2010).

Após uma lacuna de dez anos desde a implementação do Programa Uma Biblioteca em Cada Município, o ano de 2003 foi marcado pela criação da Política Nacional do Livro, por meio do decreto presidencial nº 10.753. O programa apresentou as seguintes diretrizes:

assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida; fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro; estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais; promover e incentivar o hábito da leitura; propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial; competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais; apoiar a livre circulação do livro no País; capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda; instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro; propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei e assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BRASIL, 2003, p.1).

A partir da análise das diretrizes da Política Nacional do Livro, percebe-se, mesmo que de forma implícita, o potencial das Bibliotecas Públicas para a realização de suas diretrizes, uma vez que elas proporcionam aos cidadãos o livre acesso à leitura e apresentam potencial para capacitar a população para o uso do livro, por meio do processo de mediação de leitura. Ainda em consonância com a referida política, as Bibliotecas Públicas também podem disponibilizar acervos acessíveis para as pessoas com deficiência visual, além de oferecer atividades culturais.

Ainda no ano de 2003, o Ministério da Reforma Agrária criou o Programa Arca das Letras, com o objetivo de instituir Bibliotecas Públicas na zona rural. Para Machado (2010, p. 101), o Programa também tinha por objetivo “formar agentes de leitura locais para atuar nesses espaços”. O projeto previa ainda “o envio de uma caixa-estante, fabricada por sentenciados de penitenciárias estaduais, com uma coleção de 230 livros” (MACHADO, 2010, p. 101).

No ano seguinte ao Programa Arca das Letras, em 2004, foi criado o Programa Livro Aberto por iniciativa do Governo Federal. Ramos (2017, p. 42) pontua que o programa “perdurou até 2011, com o intuito de ampliar o número de Bibliotecas Públicas no país e modernizar as já existentes. Durante seu período de vigência, foram criadas 1.075 novas bibliotecas e modernizadas 682”.

Em 2005, foi lançado por iniciativa do Governo Federal o Programa Fome de Livro, com a missão de construir uma política pública nacional para o livro, a leitura e a Biblioteca Pública no Brasil. No entendimento de Machado (2010, p. 102), o Programa surgiu “como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil organizada”.

Também no ano de 2005 o Governo Federal criou o Prêmio VIVALEITURA. Para Rösing (2005), o objetivo do VIVALEITURA é dar visibilidade a tudo que se faz em *prol* da democratização da leitura. O programa dá ênfase e destaque às atividades realizadas pelas Bibliotecas Públicas, em diferentes regiões do país.

Passado um ano, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi criado em 2006 e aprovado pelo Decreto Presidencial nº 7.559 de 1º de setembro de 2011. De acordo com Machado (2014, p. 124), “o PNLL foi construído em conjunto pelo MinC, Ministério da Educação (MEC) e a sociedade”. Suas diretrizes são voltadas para “a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura” (BRASIL, 2011, p. 2). Nessa direção,

o plano tem como objetivo central assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente (BRASIL, 2011, p. 36).

O PNLL é dividido em quatro eixos de atuação, contemplando as seguintes áreas: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação de mediadores; valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico e desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento nacional (BRASIL, 2011). O Plano foi construído tendo como base a ampla participação da sociedade, como descrito abaixo:

entre junho de 2004 e dezembro de 2005, foram realizados “encontros preparatórios” em todas as macrorregiões do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará), a fim de colher sugestões para o Plano, debater o conhecimento acumulado sobre o assunto e integrar novos olhares. [...] Houveram 97 encontros, na forma de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas redondas, realizados por todo o País em feiras de livros, festivais de literatura, fóruns, congressos e colóquios, envolvendo não apenas os profissionais da leitura e do livro, mas cidadãos representantes da cidadania brasileira (líderes indígenas, comunidades quilombolas, grupos de deficientes visuais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, igreja e clubes de serviço, entre outros). (BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que a redação do PNLL não prevê nenhuma espécie de recursos orçamentários provenientes da União e voltados para a manutenção de seus eixos. O Plano restringe-se à sugestão de possíveis fontes de recursos, embora enfatize a importância em se incluir as rubricas para manutenção de seus eixos nos orçamentos de municípios, estados e da União, conforme verifica-se que

as fontes de recursos existentes e a explorar devem abranger fundos públicos, privados e mistos. Aos recursos orçamentários vinculados a

programas de leitura, livro e bibliotecas, outros podem vir a ser criados (loterias culturais, novos editais de apoio, por exemplo). Também é imprescindível tornar obrigatória a inclusão de rubricas nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Outras possibilidades são os fundos de desenvolvimento e os créditos do sistema de financiamento e fomento industrial (BRASIL, 2018, p. 37).

Dando continuidade à análise das políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, passados sete anos desde a publicação do PNLL, foi instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), por meio da Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018. A partir da referida legislação, ficou instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil (BRASIL, 2018). O PNLE possui os seguintes objetivos:

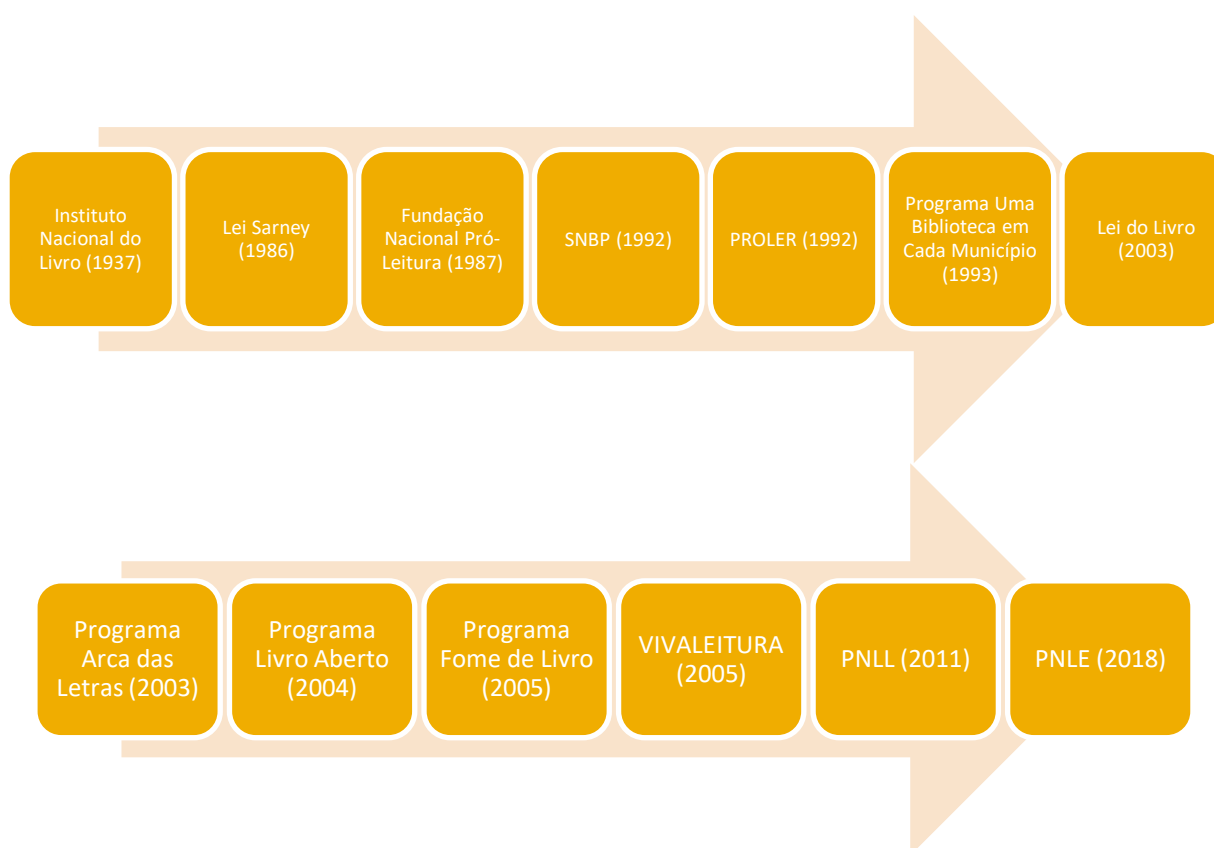
democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade; fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais; valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas; desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público; promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos; fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações; incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor; promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas; incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC e incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos (BRASIL, 2018).

Entre os objetivos do PNLE, o fortalecimento institucional das Bibliotecas Públicas, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação

cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações, representam um importante avanço para o desenvolvimento desses equipamentos culturais.

Na figura 5, será apresentado o fluxo das políticas públicas realizadas pelo Governo Federal do Brasil e identificadas na presente pesquisa.

FIGURA 5 – Evolução das políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil



Fonte: ROCHA, 2019.

No quadro 1, descreve-se, de maneira mais detalhada, um quadro do levantamento das políticas públicas no Brasil, realizado na presente pesquisa.

Quadro 1 – Políticas públicas para as bibliotecas públicas no Brasil

Política	Ano	Principal (is) Característica (s)
INL	1937	Órgão do Ministério da Educação e Cultura, tendo, entre outras atribuições, a função de incentivar a organização e auxiliar na manutenção de Bibliotecas

		Públicas em todo o território nacional. Surgiu no bojo do Estado Novo, sendo o primeiro programa brasileiro de incentivo às Bibliotecas Públicas (BARROSO, 1973).
Lei Sarney	1986	Primeira lei federal de incentivo à produção cultural no país, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento cultural (RAMOS, 2017).
Fundação Nacional Pró-Leitura	1987	Criada pela Lei 7.624, com o objetivo de promover o desenvolvimento da promoção e da difusão do livro, estimular a criação literária e a instituição de bibliotecas, difundir e estimular o hábito da leitura, manter e incentivar cursos de Biblioteconomia e promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas (BRASIL, 1987).
SNBP	1992	Criado pelo Decreto Presidencial nº. 520, tem como principal objetivo articular as ações das diversas Bibliotecas Públicas municipais e estaduais em território brasileiro (MACHADO, 2010).
PROLER	1992	Surgiu como uma ação do Ministério da Cultura voltada à formação de leitores, nos vários espaços sociais, e ao oferecer formação para bibliotecários de Bibliotecas Públicas (MACHADO, 2010).
Programa Uma Biblioteca em Cada Município	1993	O programa tinha como objetivo distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento dessas bibliotecas (MACHADO, 2010).
Lei do Livro	2003	Criada pela Lei Federal nº 10.753, teve como objetivo instituir a Política Nacional do Livro e da Leitura no Brasil (BRASIL, 2003).
Programa Arca das Letras	2003	Criado pelo Ministério da Reforma Agrária tem o objetivo de instituir Bibliotecas Públicas na zona rural (MACHADO, 2010).

Programa Livro Aberto	2004	Tem o objetivo de ampliar o número de Bibliotecas Públicas no país e modernizar as já existentes (RAMOS, 2017).
Programa Fome de Livro	2005	O Programa surgiu como uma estratégia para articular o conjunto de ações realizadas pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil organizada (MACHADO, 2010).
VIVALEITURA	2005	Tem como principal objetivo dar visibilidade a tudo que se faz em <i>prol</i> da democratização da leitura (ROSING, 2005).
PNLL	2011	Suas diretrizes são voltadas para a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros, no que diz respeito a bens, serviços e cultura (BRASIL, 2010).
PNLE	2018	Instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil (BRASIL, 2018).

Fonte: ROCHA, 2020.

Conforme se observa no quadro 1, a primeira política pública desenvolvida pelo Governo Federal destinada às Bibliotecas Públicas brasileiras foi o INL. No entanto, o Instituto foi perdendo força com passar das décadas e, decorridos 49 anos desde a sua criação, foi instituída a Lei Sarney como uma tentativa de renovar o Instituto, conforme se verifica que

sem a mesma pompa com que fora criado nos anos 1930, ao longo dos anos, especialmente nos ditatoriais, o Instituto Nacional do Livro já nos anos 1980, havia paulatinamente se fundido à Biblioteca Nacional. Em 1986 uma das últimas tentativas de renovação veio com a Lei Sarney 7505/8630 de incentivo à Cultura (TAVARES, 2014, p. 178).

A Fundação Nacional Pró-Leitura surgiu no ano seguinte à Lei Sarney, em 1987, com o objetivo de fortalecer as Bibliotecas, incentivar cursos de Biblioteconomia e promover a preservação e a difusão da produção bibliográfica nacional.

Em 1992, foi implementado no âmbito das políticas públicas nacionais, para as Bibliotecas Públicas o SNBP, com o objetivo de articular as ações das Bibliotecas Públicas no território nacional. Nesse mesmo ano foi criado o PROLER com o objetivo de oferecer formação para bibliotecários visando à formação de leitores.

Em 1993, foi implementado o Programa Uma Biblioteca em Cada Município com o objetivo de distribuir estantes e livros e oferecer assessoria às Bibliotecas Públicas municipais.

Dessa forma, a partir da Lei Sarney, houve um aumento substancial do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas no Brasil. O ano de 1992 foi especialmente profícuo, com a instituição do SNBP e do PROLER.

Após a instituição do Programa Uma Biblioteca em Cada Município, em 1993, houve uma década de ausência de políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras, sendo que somente em 2003, elas voltaram a figurar na agenda do Governo Federal, com a criação da Lei do Livro.

Ainda de acordo com o Quadro 1, a Lei do Livro surgiu com o objetivo de instituir no Brasil a Política Nacional do Livro e da Leitura e impulsionou novamente as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. Logo após a sua criação, foi implementado o Programa Arca das Letras, também em 2003.

Em 2004, foi criado o Programa Livro Aberto, com o objetivo de ampliar o número de Bibliotecas Públicas no Brasil e apoiar as já existentes (RAMOS, 2017). Em 2005, foram criados o Programa Fome de Livro e o VIVALEITURA.

Passados seis anos, foi instituído o PNLL pelo Governo Federal e com ampla participação da sociedade civil organizada. Em 2018, após um período de sete anos, foi implementada a PNLE.

4 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A produção científica é entendida como um importante fator para o desenvolvimento social e apresenta potencial para influenciar na melhoria da qualidade de vida de uma população, a partir da produção de conhecimento que proporciona. Ela é o conjunto das publicações científicas, tanto no formato impresso como em suportes eletrônicos e digitais e contém os resultados de pesquisas científicas.

Segundo Lara (2006, p. 407), “a expressão produção científica considera a quantidade das publicações científicas, particularmente de artigos publicados em periódicos incluídos em índices bibliográficos reconhecidos nacional e internacionalmente”.

Na compreensão de Ferreira (2017, p. 27), “o conhecimento científico deve ser entendido de forma sistemática e não a partir de observações individuais. Ele deve ser construído pelo pesquisador em consonância com seus pares, que irão validar seus estudos”. Nessa direção, Zelditch (2001, p. 9) esclarece que “[...] o consenso é condição necessária à legitimação de pesquisas científicas, proporcionando a esses pesquisadores a legitimação como um ‘processo que conforma o inaceitável às normas, valores, práticas e procedimentos aceitáveis”.

Para Mueller (2006) a confiabilidade das pesquisas científicas é fator determinante, no sentido de distinguir o conhecimento popular do conhecimento científico. Para essa autora, a confiabilidade é uma das características mais importantes da ciência, pois a distingue do conhecimento popular.

No entanto, para que uma pesquisa adquira confiabilidade, é necessário que nela seja empregada uma rigorosa metodologia científica e que seja submetida à avaliação de seus pares. Além disso, “é importante que os resultados obtidos pelas pesquisas de um cientista sejam divulgados e submetidos ao julgamento de outros cientistas, seus pares” (MUELLER, 2018, p. 18).

A mesma autora destaca a importância de um sistema de comunicação para divulgação de resultados de pesquisas, sejam estes canais formais, sejam informais, esclarecendo que

por essa razão, todo trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores depende de um intrincado sistema de comunicação, que compreende canais formais e informais, os quais os cientistas utilizam tanto para comunicar os resultados que obtêm quanto para se informarem dos resultados alcançados por outros pesquisadores. Assim, toda pesquisa envolve atividades diversas de comunicação e produz pelo menos uma publicação formal. Na verdade, uma determinada pesquisa costuma produzir várias publicações, geradas durante a realização da pesquisa e após o seu término (MUELLER, 2000, p. 18).

Tradicionalmente, o processo de comunicação científica ocorre por meio de canais formais, demandando uma rigorosa metodologia científica, o que vem causando morosidade nos processos de comunicação científica formal e redução progressiva do número de publicações científicas, no caso do Brasil.

Como forma de sanar esse problema, o movimento da ciência aberta vem assumindo uma postura crítica frente aos tradicionais canais formais destinados à comunicação científica, preconizando a ampliação do acesso por meio da abertura de informações e dados gerados nas pesquisas científicas.

Nessa direção, os canais informais vêm possibilitando uma rápida veiculação da informação recente e permitindo a pesquisadores comunicarem entre si de forma rápida os resultados que obtêm em suas pesquisas, bem como obterem informações sobre os resultados alcançados por outros pesquisadores.

Para Targino (2000, p. 71) a comunicação científica informal é aquela que “utiliza canais informais, em que a transferência da informação ocorre através de contatos interpessoais e de quaisquer recursos destituídos de formalismo, como reuniões científicas, participação em associações profissionais e colégios invisíveis”. Para essa autora, sua principal vantagem é a rapidez na divulgação das informações, facilitando a obtenção de informações e o contato com outros pesquisadores.

De acordo com Chan (2015) *in* Maciel (2015, p. 93), “a característica fundamental da ciência é que os resultados da pesquisa científica devem ser tornados públicos para permitir construções futuras do conhecimento”.

Nesse contexto, para que haja progresso na produção científica é importante que pesquisadores tenham acesso às compreensões e contribuições anteriores e que as pesquisas possam ser realizadas em colaboração mútua.

4.1 Produtos da ciência

A produção científica tem o potencial de gerar diversas tipologias de fontes de informação, sendo elas entendidas como os produtos da ciência. De acordo com Cendon (2003), as fontes de pesquisas destinadas a pesquisadores são constituídas por organizações, como fontes de informação, divulgação de pesquisas em andamento, encontros científicos (*anais*), periódicos científicos, literatura cinzenta, relatórios técnicos, publicações governamentais, teses e dissertações, entre outras.

A seguir, serão apresentados as tipologias e conceitos das principais fontes de informação.

A) Congressos

Para Campello (2003), os congressos são constituídos por eventos de grandes proporções e podem ocorrer em âmbito nacional e internacional. Eles reúnem participantes de determinadas comunidades científicas e são realizados por praticamente todas as áreas do conhecimento, conforme se verifica que

hoje, praticamente todas as áreas do conhecimento realizam, através de suas sociedades e associações, pelo menos um congresso de âmbito nacional ou internacional, que ocorre a intervalos de dois ou mais anos. Um exemplo é o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, que vem se realizando desde 1954 a intervalos relativamente regulares, reunindo grande número de participantes. (CAMPELLO, 2003, p. 63).

Cendón (2003) esclarece que a literatura originada dos encontros científicos, como é o caso dos congressos, são comumente publicados em forma de *anais*. De acordo com a mesma autora, a editoração eletrônica desses documentos representou um ganho para os pesquisadores, uma vez que ela superou os atrasos nas publicações, o que era bastante comum, conforme se verifica que

hoje em dia, com as possibilidades da editoração eletrônica, a publicação de *anais* ficou facilitada e não mais ocorrem os atrasos de publicação que eram comuns anteriormente; em muitos casos o participante recebe os *anais*

durante a realização do encontro. Essa agilidade é possível quando a impressão é feita diretamente dos originais dos próprios autores, enviados em disquete, eliminando-se a etapa da editoração; nesse caso, a comissão organizadora define normas bem detalhadas para a digitação dos textos, de forma a garantir um formato final previamente padronizado (CAMPELLO, 2003, P. 65).

Dessa forma, os congressos são entendidos como facilitadores no processo da produção científica por tornar mais ágil o processo de comunicação científica, possibilitando maior interação entre pesquisadores por meio do compartilhamento de resultados e de dados de pesquisas.

B) Periódicos científicos

No entendimento de Mueller (2003), os periódicos científicos assumem diversas funções e vão além da divulgação de resultados de pesquisa. Para essa autora, os periódicos científicos, também assumem as funções de registro da comunicação formal, preservação do conhecimento registrado, estabelecimento de propriedade intelectual, e manutenção do padrão de qualidade da ciência, sendo esta última fundamental para imprimir autoridade e confiabilidade à pesquisa, conforme se verifica que

a publicação em periódicos que dispõem de um corpo de avaliadores respeitados confere a um artigo autoridade e confiabilidade, pois a aprovação dos especialistas representa a aprovação da comunidade científica; sem ela um pesquisador não consegue publicar seu artigo em periódicos respeitados; sem publicar não consegue reconhecimento pelo seu trabalho (MUELLER, 2003, p. 76).

Apesar de se considerar a importância dos periódicos científicos no processo da comunicação formal de pesquisas científicas, eles apresentam problemas quanto à sua manutenção e quanto ao tempo médio para publicação de um artigo, um vez que esse processo pode ser demorado, podendo levar meses. Além dos problemas ligados ao processo da publicação dos artigos, o custo extremamente alto de manutenção de coleções atualizadas pelas bibliotecas provoca dificuldades de acesso para o leitor.

C) Teses e Dissertações

De acordo com Campello (2003), as teses e dissertações são documentos originados dos cursos de pós-graduação, visando à capacitação de professores para o ensino superior, além de formar pesquisadores profissionais. Para essa autora

teses e dissertações são consideradas um tipo de literatura cinzenta no sentido de que não contam, na maioria dos casos, com um sistema de publicação e distribuição comercial. Poucas são as teses que atingem esse estágio, devido principalmente ao seu conteúdo extremamente especializado, que vai interessar a um público muito restrito. Teses que abordam temas de interesse mais amplo podem ser publicadas como livro e encontram, portanto, um canal de divulgação maior (CAMPELLO, 2003, p. 176).

Em relação à avaliação da qualidade das teses e dissertações, “seu valor e qualidade vão depender também da qualidade dos cursos onde são produzidas, além da competência do orientador e, portanto, o processo de seleção de teses para inclusão no acervo de bibliotecas deve levar em conta esses aspectos” (CAMPELLO, 2003, p.178).

4.2 Comunicação científica

A comunicação dos resultados de uma pesquisa é um processo muito significativo no avanço científico, tendo em vista que é esse o momento de tornar público os resultados obtidos. Esses resultados podem ser apresentados por meio de relatórios, trabalhos apresentados em congressos, palestras, artigos de periódicos, livros, entre outros.

Meadows (1999) destaca a necessidade de distinguir o processo formal de comunicação e o processo informal. Nesse sentido,

uma comunicação informal é em geral efêmera, sendo posta à disposição apenas de um público limitado. A maior parte da informação falada é, portanto, informal, do mesmo modo que a maioria das cartas pessoais. Ao contrário, uma comunicação formal encontra-se disponível por longos períodos de tempo para um público amplo. Os periódicos e livros são publicados (isto é, tornados públicos) e em seguida armazenados por longos períodos em bibliotecas, de modo que são exemplos arquetípicos de comunicação formal (MEADOWS, 1999, p. 6).

Volpato e Freitas (2003) consideram a importância da divulgação informal da ciência, por meio de congressos, conferências, palestras, entre outros, mas também consideram que é a divulgação formal que dá credibilidade às publicações. Dessa forma, “apesar de a divulgação informal da ciência permitir uma rápida veiculação da informação recente, é apenas a divulgação formal (publicação) que dá credibilidade

suficiente para que a informação seja aceita como suporte para outros trabalhos” (VOLPATO; FREITAS 2003, p. 50).

Para Christovão (1979, p. 4), “a comunicação informal pode ser entendida como aquela realizada por meio de contato entre pesquisadores, mediante telefonemas, cartas, *e-mails*, reuniões científicas, dentre outros”. Assim, a comunicação informal é caracterizada pela rapidez, embora apresente problemas ligados ao armazenamento e à recuperação da informação. Já o canal formal é constituído por fontes primárias, como periódicos e livros, e por fontes secundárias, como serviços de indexação, resumos, entre outros.

Mueller (2000) esclarece que a variedade de publicações geradas durante uma pesquisa científica, podendo ser essas publicações relatórios, trabalhos apresentados em congressos, palestras, artigos de periódicos, livros, dentre outros, caracterizam a comunicação científica, permitindo expor os resultados de pesquisas alcançados ao julgamento de seus pares, no sentido de obtenção de consenso.

Caribé (2015) entende o processo de comunicação científica como um facilitador no processo de construção e compartilhamento do conhecimento e afirma que a estrutura da comunicação científica se caracteriza pelo conjunto de relacionamentos entre indivíduos. Dessa forma

o processo de comunicação é entendido como qualquer atividade ou comportamento que facilita a construção e o compartilhamento de significados entre indivíduos, que são considerados pelos comunicadores como os mais úteis ou apropriados em determinada situação. A estrutura de comunicação consiste no conjunto de relacionamentos entre os indivíduos unidos pelos significados que constroem e compartilham entre si (CARIBÉ, 2015, p. 90).

A seguir, serão apresentados os programas brasileiros de pós-graduação em CI, bem como o histórico dessas instituições de ensino, levando em consideração que é a partir desses espaços acadêmicos que surgem as principais contribuições para a produção científica da área.

4.3 Programas de Pós-Graduação em CI no Brasil

A criação de cursos de pós-graduação em CI no Brasil tem seus primórdios a partir da metade do século 20. De acordo com Oliveira (2011, p. 35), “as primeiras iniciativas na busca de mudanças no perfil dos profissionais formados em Biblioteconomia no Brasil têm suas origens ainda na década de 1950, quando da fundação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)”. Em conformidade com a mesma autora,

naquele período, por meio da criação de cursos que privilegiavam os serviços especializados, sobretudo aqueles voltados para política de informação nas emergentes áreas científicas e tecnológicas, alguns bibliotecários brasileiros davam os primeiros passos para a implantação do primeiro curso de pós-graduação em Ciência da Informação no país (OLIVEIRA, 2011, p. 35).

Em 1970, foi implantado no Brasil o primeiro curso de Mestrado em CI, por iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Já os primeiros cursos de Doutorado em Ciência da Informação surgiram em 1992 e, a partir de então, houve um considerável aumento na criação de cursos de mestrado e doutorado em CI no território nacional, o que significou um importante avanço para a área no Brasil (OLIVEIRA, 2011).

Dessa forma, entende-se que os Programas de Pós-Graduação em CI no Brasil vêm contribuindo para a consolidação das pesquisas realizadas nesta área do conhecimento. Além disso, os Programas apresentam potencial para geração de produtos a partir dos conhecimentos adquiridos, auxiliando inclusive na formulação de políticas públicas, uma vez que os governantes podem se valer de tais conhecimentos no processo de tomada de decisões quanto à destinação de recursos públicos.

No entanto, por ser uma área do conhecimento relativamente nova, surgida no Pós Segunda Grande Guerra, a CI está em processo construtivo de seu arcabouço teórico. Oliveira (2001, p. 143) reforça essa ideia e destaca que “um dos desafios que hoje se apresenta para a ciência da informação é o de desenvolver capacidade de refletir e teorizar sobre suas práticas, para, assim, construir conhecimentos teóricos”. Para a autora, “as teorias existentes na área, ou os construtos teóricos, são ainda tímidos

para abarcar toda a extensão e complexidade das atividades de informação” (OLIVEIRA, 2001, p. 146).

A relação da CI com áreas afins é esclarecida por Oliveira (2001, p. 144) que elucida que “ciência da informação é vista como uma grande área onde estão abrigadas subáreas como a biblioteconomia e a arquivologia, disciplinas envolvidas com aplicações de técnicas para organizar e recuperar informações”.

Dessa forma entende-se que os Programas de Pós-Graduação em CI podem colaborar para o desenvolvimento da CI na condição de área do conhecimento, auxiliando, por conseguinte, o desenvolvimento de outras áreas, como é o caso da Biblioteconomia e áreas afins.

Atualmente, existem no Brasil 27 programas de pós-graduação em Ciência da Informação, de acordo com informações disponíveis na Plataforma Sucupira, conforme se verifica no quadro 2.

Quadro 2 – Programas de pós-graduação em CI e áreas correlatas

Instituição	Programa	UF
Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)	Memória e Acervos	Rio de Janeiro
Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE)	Ciência da Informação	Sergipe
Universidade de Brasília (UNB)	Ciências da Informação	Distrito Federal
Universidade de São Paulo (USP)	Ciência da Informação	São Pulo
Universidade de São Paulo (USP)	Gestão da Informação	São Paulo
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	Gestão da Informação	Santa Catarina
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Ciência da Informação	Paraná
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	Ciência da Informação	São Paulo

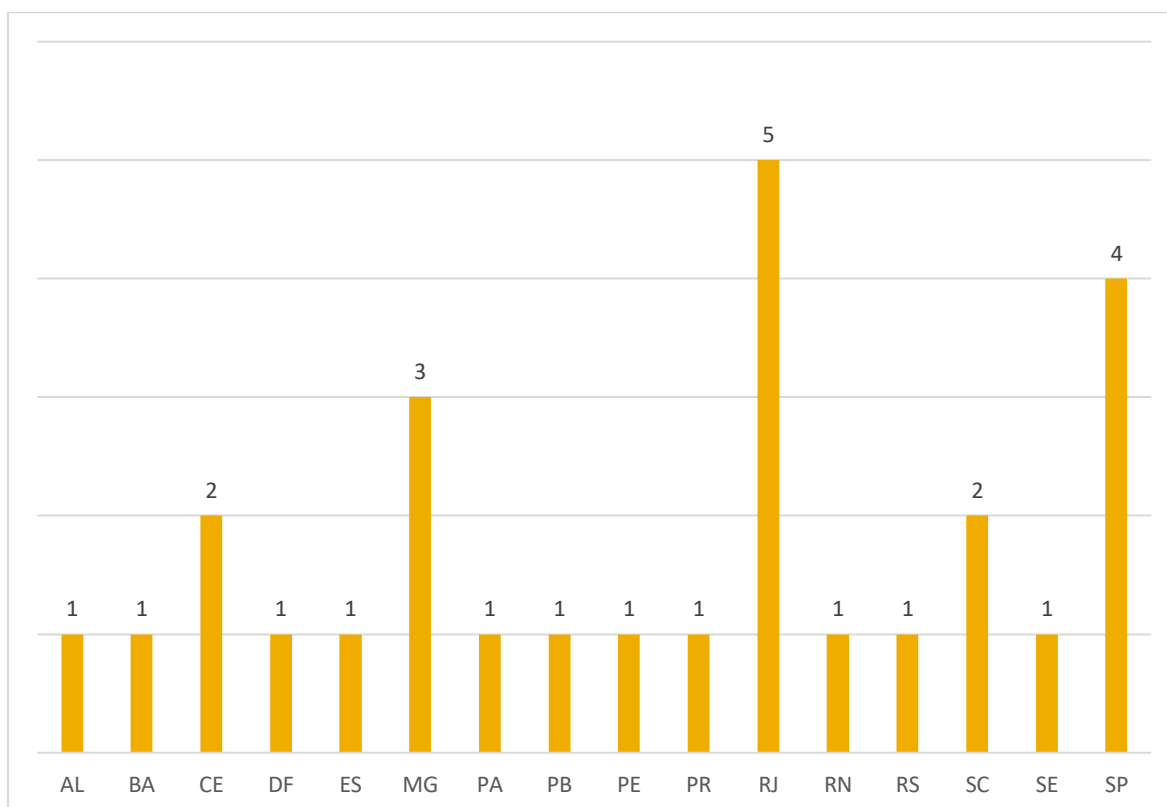
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Ciência da Informação	Bahia
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa (UFPA-JP)	Ciência da Informação	Paraíba
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	Ciência da Informação	Alagoas
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Ciência da Informação	Minas Gerais
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Gestão e Organização do Conhecimento	Minas Gerais
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Ciência da Informação	Pernambuco
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Ciência da Informação	Santa Catarina
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)	Ciência da Informação	São Paulo
Universidade Federal do Cariri (UFCA)	Biblioteconomia	Ceará
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Ciência da Informação	Ceará
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Ciência da Informação	Espírito Santo
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Biblioteconomia	Rio de Janeiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Gestão de Documentos e Arquivos	Rio de Janeiro
Universidade Federal da Paraíba (UFPA)	Ciência da Informação	Paraíba
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Ciência da Informação	Rio de Janeiro
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Gestão da Informação e do Conhecimento	Rio Grande do Norte
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Ciência da Informação	Rio Grande do Sul

Universidade Federal Fluminense (UFF)	Ciência da Informação	Rio de Janeiro
Fundação Municipal para Educação Comunitária (FUMEC)	Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento	Minas Gerais

Fonte: ROCHA, 2020.

A seguir será apresentada a distribuição dos cursos de pós-graduação em CI e áreas correlatas no Brasil por Estados.

Gráfico 1 - Distribuição dos cursos de pós-graduação em CI e áreas correlatas no Brasil, por Estados



Fonte: ROCHA, 2019.

Conforme se verifica no gráfico 1, as maiores concentrações de cursos de pós-graduação em CI e áreas correlatas no Brasil estão localizadas no Estado do Rio de Janeiro, com cinco incidências, seguido por São Paulo, com quatro incidências e por Minas Gerais, com três incidências.

Essa maior incidência de cursos de pós-graduação em CI e áreas correlatas no sudeste brasileiro, totalizando aproximadamente 40% dos cursos, pode ser entendida

devido ao fato de a região sudeste do Brasil concentrar a grande maioria dos programas de pós-graduação com nível internacional, de acordo com a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Dentre as universidades brasileiras, apenas cinco concentram aproximadamente 58% dos programas avaliados com notas 6 e 7, dentre estas, quatro na região sudeste (SANTOS, 2005).

Souza e Paula (2002), citado por Santos (2015), esclarecem que a avaliação dos cursos de pós-graduação *strict sensu* no Brasil, realizada pela CAPES, tem como objetivo regulamentar a expansão do sistema de cursos, estabelecendo um fluxo contínuo de informações e estabelecendo uma mais eficiente alocação de recursos públicos.

De acordo com Balbachevsky (2005, p. 276), citado por Santos (2015, p. 46) “a realização periódica dessa avaliação permitiu vincular apoio oficial ao desempenho dos programas e terminou por estabelecer um padrão mínimo de qualidade acadêmica para os programas”.

Na avaliação desses programas, são levados em consideração fatores como proposta do programa, qualificação dos docentes, quantidade de teses e dissertações defendidas, artigos publicados em periódicos internacionais, dentre outros (SANTOS, 2005).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados como ferramentas para alcançar os objetivos da presente pesquisa. Inicialmente apresentar-se-á a tipologia da pesquisa e, posteriormente, os procedimentos de coleta de dados.

5.1 Tipologia de pesquisa

A presente pesquisa consiste em uma análise quantitativa, na qual serão analisadas as relações entre as variantes do problema apresentado. Para Souza (1989, p. 175), “é comum aos métodos quantitativos o uso de técnicas estatísticas e modelos matemáticos”. Para essa autora, “na abordagem quantitativa inicia-se com uma hipótese, confirmada ou refutada com base em dados ou evidência obtidos por meios empíricos [...]” (SOUZA, 1989, p. 175). No entanto enfatiza que existem falhas no método quantitativo, uma vez que ele tende a uma simplificação que poderia comprometer o entendimento da complexidade dos problemas. Dessa forma,

[...] a busca quantitativa por generalizações leva a um simplificação ou obscurecimento das complexidades dos universos em que os indivíduos vivem e trabalham. Esses métodos podem falhar pelo não reconhecimento de que a verdade tem vários lados, e por não considerarem que os modos de ação dos indivíduos são moldados pelas suas próprias e distintas visões da realidade cotidiana (SOUZA, 1989, p. 176).

As técnicas de pesquisa quantitativas são derivadas de alegações de conhecimento pós-positivistas e são baseadas em levantamentos e experimentos. Para Comte (1978), o sentido do positivismo é sistematizar o princípio necessário de toda a economia individual ou coletiva com o objetivo de conhecer as causas íntimas dos fenômenos por meio do raciocínio e da observação. Assim,

[...] no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. (COMTE, 1978, p. 36).

Creswell (2010, p. 32) pontua que “no final do século XIX e durante todo o século XX, as estratégias de investigação associadas à pesquisa quantitativa eram aquelas que invocavam as perspectivas pós-positivistas”. Desta forma, para esse autor,

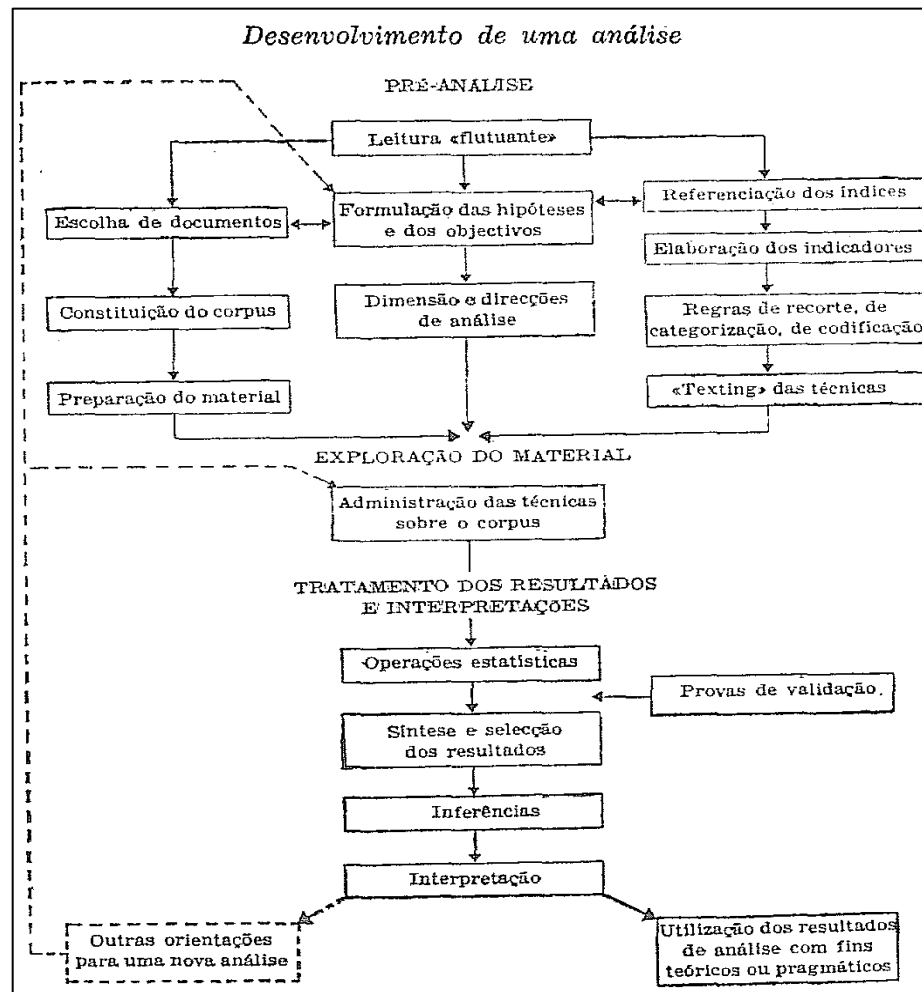
uma técnica quantitativa é aquela em que o investigador usa primariamente alegações pós-positivistas para desenvolvimento de conhecimento (ou seja, raciocínio de causa e efeito, redução de variáveis específicas e hipóteses e questões, uso de mensuração e observação e teste de teorias), emprega estratégias de investigação (como experimentos, levantamentos e coleta de dados, instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos) (CRESWELL, 2007, p. 35).

A seguir, serão apresentados os procedimentos de análise de dados utilizados como estratégias de investigação e geração de dados por meio da análise de conteúdo.

5.2 Procedimentos de análise dos dados

Os métodos de análise de dados utilizados na presente pesquisa foram baseados no livro intitulado *Análise de Conteúdo*, de autoria da pesquisadora Laurence Bardin. Para Bardin (2011, p. 11), a análise de conteúdo atualmente é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis e em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversificados”.

FIGURA 6 – Processo de desenvolvimento de uma análise de assunto



Bardin (2001) descreve o processo de desenvolvimento de análise de assunto (Figura 6) a partir dos seguintes procedimentos: pré-análise, leitura flutuante dos documentos, escolha dos documentos, formulação de hipóteses e objetivos, constituição do *corpus*, direcções de análise, categorização dos assuntos e preparação do material, para posterior exploração do mesmo.

5.3 Projeto de levantamento de dados

O universo deste estudo limitou-se à análise bibliométrica das publicações científicas disponíveis nas bases de dados BRAPCI, LISA, LISTA, PERI e SciELO. A escolha das referidas bases de dados para participação no experimento deveu-se ao fato de elas oferecerem acesso *online* a um conjunto da produção científica, na área da CI, composta por artigos de periódicos, livros, relatórios de pesquisa e *anais* de

eventos. Dessa forma, elas constituem importantes fontes de informação, refletindo a comunicação científica nos campos da Ciência da Informação, Biblioteconomia e áreas correlatas.

O universo para o qual serão generalizados os resultados do presente estudo foi selecionado por um processo não aleatório e constituída pelo conjunto da produção científica sobre estudos e pesquisas sobre as políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras. A análise dos documentos limitou-se aos estudos publicados a partir da promulgação da Constituição da República Federativa Brasileira, em 1988.

5.4 Levantamento de dados

O levantamento de dados teve o propósito de identificar de que maneira o tema políticas públicas realizadas nas Bibliotecas Públicas vem sendo tratado na agenda das universidades e programas de pós-graduação em CI, no Brasil. Para tanto, foi realizada uma análise transversal da produção científica sobre a referida temática.

Creswell (2010) considera a pesquisa de levantamento uma vantagem por proporcionar parcimônia ao projeto e rapidez na coleta de dados. O autor ressalta ainda a vantagem da identificação dos atributos de uma população grande a partir de um grupo pequeno de indivíduos. Além disso, apresenta pontos fortes na pesquisa de levantamento, como ausência de custos financeiros, disponibilidade dos dados e conveniência.

A seguir serão apresentadas as bases de dados que constituíram os instrumentos de coleta de dados utilizados na realização do presente estudo.

5.5 Delimitação das fontes dados

1- BRAPCI: produto de informação do projeto de pesquisa “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, cujo objetivo é subsidiar estudos e propostas na área da Ciência da Informação. Constitui-se de uma base de dados referencial, de acesso gratuito, com

indicação do título, autores, resumo, palavras-chave, localização física ou eletrônica e identificação da fonte publicadora, com o título do periódico, volume, fascículo e ano. A BRAPCI foi planejada em 1996, e, para sua concretização, foi adotado o *software* ProCite, favorecido por um convênio entre a Universidad Carlos III de Madrid (Espanha) e a Universidade Federal do Paraná (Brasil), em 2005. Como forma de fortalecimento da estrutura de trabalho, foram apresentados e aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) dois projetos, entre 2006 e 2008, que proporcionaram verbas para que se adquirisse material suficiente para a infraestrutura e o processo de implantação e manutenção da Brapci, apoiado também pelos bolsistas do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC)/CNPq (BRAPCI, 2019).

2- ISTA: base de dados da EBSCO *Information Services*, com sede em Massachusetts, apresenta resumos de artigos de periódicos, livros, relatórios de pesquisa e *anais* de eventos nas áreas de Ciência da Informação e Tecnologia da Informação.

3- LISA: base de dados referencial criada pela *Cambridge Scientific Abstracts* em 1969. Disponibiliza resumos e dados referenciais de periódicos eletrônicos e é destinada a profissionais da área da Biblioteconomia, CI e áreas correlatas. A LISA está disponível no Portal da CAPES, faz parte do Sistema Proquest, localizado no Estado do Michigan. Seu acesso é pago e exige registro. Ela abrange os campos da Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins, disponibilizando mais de 440 periódicos em mais de 45 países e 20 idiomas (FGV, 2019);

4- LISTA: base de dados que oferece indexação e resumo da cobertura de tópicos que incluem biblioteconomia, classificação, catalogação, bibliometria, recuperação de informações *on-line* e gerenciamento de informações, entre outros. Abrange artigos de revistas de cerca de 600 publicações, além de livros, relatórios de pesquisa e *anais* de conferências. Seu acesso é pago podendo ser realizado por meio da EBSCO *host* (EBSCO, 2019).

5- PERI: base de dados referencial de acesso gratuito, criada em 1987 e mantida pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ela contém artigos de periódicos e trabalhos publicados em *anais* de eventos técnico-científicos, refletindo a literatura nacional nas áreas da Biblioteconomia, CI, Arquivística e outras interdisciplinares (informação verbal)⁴.

6- SciELO: Oferece o acesso gratuito a diversos periódicos científicos, sendo considerada um modelo de comunicação científica para países em desenvolvimento. A SciELO é o resultado de um projeto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). O Projeto conta com o apoio do CNPq e oferece acesso gratuito a diversos periódicos científicos, sendo considerado um modelo de comunicação científica para países em desenvolvimento (SCIELO, 2019).

5.6 Estratégia de busca

As bases de dados analisadas, com exceção das bases BRAPCI e PERI, foram acessadas no Portal de Periódicos da CAPES, desenvolvido pela CAPES. Em conformidade com Almeida (2013, p. 31), o Portal de Periódicos da Capes “nasceu como uma forma de otimizar a política de acesso atualizado ao conhecimento científico”. Ainda em relação ao Portal, a mesma autora destaca seu caráter, no sentido de promover acesso universal e gratuito à parte das publicações científicas, esclarecendo que a implantação do Portal de Periódicos CAPES significou um avanço. Dessa forma,

sua implantação permitiu uma redução do custo médio do acesso por usuário e um direcionamento, em médio prazo, dos investimentos feitos pelo governo brasileiro por meio de uma análise precisa da utilização dos periódicos pela comunidade atendida. Ao mesmo tempo, buscou promover crescentemente o acesso universal a um acervo amplo e atualizado de textos completos publicados em periódicos internacionais e a bases de referência, sem limitações geográficas e de horário. Permitiu, finalmente, o preenchimento das então enormes lacunas nas coleções das bibliotecas, devido às eternas irregularidades no aporte de recursos destinados ao setor (ALMEIDA, 2013, p. 31).

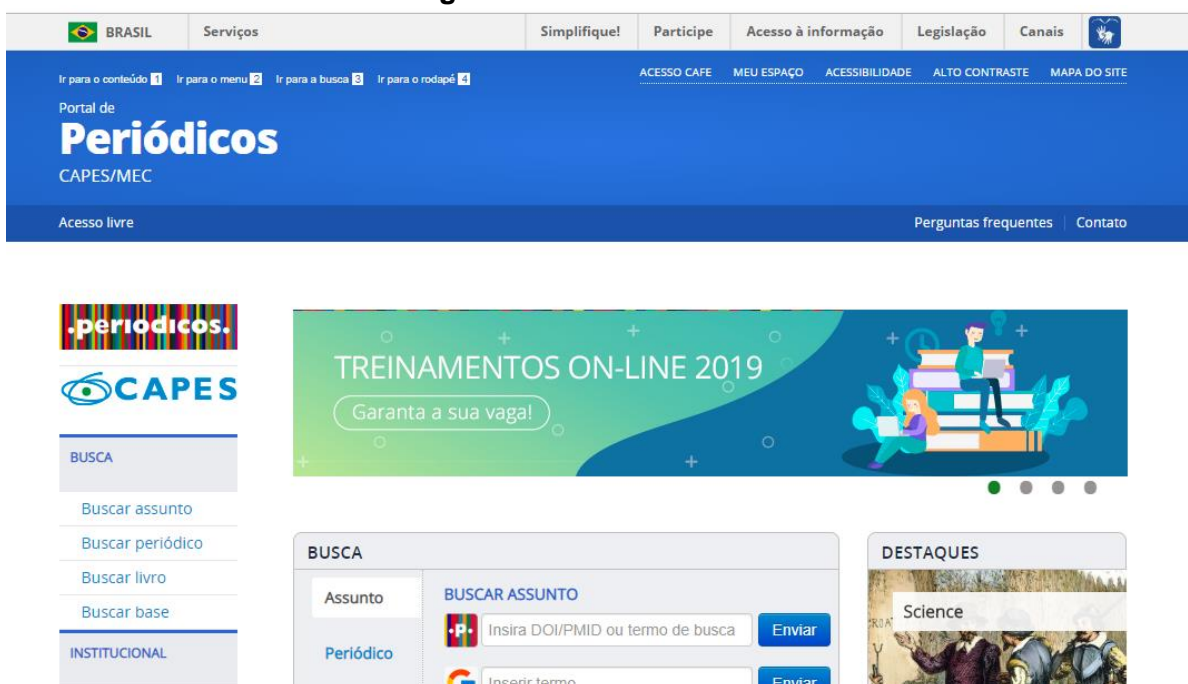
⁴ Informação obtida por meio de contato telefônico com a Biblioteca Professora Etelvina Lima, da Escola de Ciência da Informação da UFMG, responsável pela criação e manutenção da base PERI.

A seguir, serão apresentadas as estratégias de busca utilizadas no Portal de Periódicos da CAPES, para a realização da presente análise.

5.6.1 Portal Capes

Para acessar as bases de dados, o percurso iniciou-se pelo acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, Conforme a Figura 7.

FIGURA 7– Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES



Fonte: Portal de Periódicos CAPES/MEC, 2018.

Em seguida, conforme demonstra a Figura 8, foi acessada a aba “acesso café”.

FIGURA 8 – Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES

The screenshot shows the 'Periódicos' section of the CAPES/MEC portal. The header includes 'Periódicos', 'CAPES/MEC', 'Acesso livre', 'Perguntas frequentes', and 'Contato'. A sidebar on the left contains navigation links under 'BUSCA' (Buscar assunto, Buscar periódico, Buscar livro, Buscar base) and 'INSTITUCIONAL' (Histórico, Missão e objetivos, Quem participa, Documentos). The main content area is titled 'Acesso remoto via CAFE' and explains that this option allows remote access to the portal's content for institutions. It notes that the service is provided by participating institutions, requiring a username and password verified by the institution's IT or library team. A section for 'Para utilizar a identificação por meio da CAFE' states that the institution must adhere to the service provided by the Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Below this is the CAFE logo ('comunidade acadêmica federada') and a dropdown menu showing 'UFMG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS'. There are 'Enviar' and 'Tutorial' buttons, and a link 'Clique aqui para mais informações.'

Fonte: Portal de Periódicos CAPES/MEC, 2018.

Na sequência, conforme demonstra a Figura 9, foram inseridos *login* e senha para acesso dos alunos matriculados na UFMG, permitindo, assim, o acesso ao conteúdo disponível na plataforma da CAPES.

FIGURA 9 – Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES

The screenshot shows the login page for UFMG. At the top is the CAFE logo ('comunidade acadêmica federada'). The UFMG logo is prominently displayed in the center, with 'UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS' underneath. A security notice states 'Este acesso está mais seguro!' and provides a link 'Clique aqui para saber mais.'. Below this are two input fields: the first contains 'esr2000' and the second is a password field with masked characters. There are two checkboxes: 'Não salvar meu login' and 'Remover qualquer permissão previamente concedida dos meus atributos.'. A blue 'Login' button is positioned below the checkboxes. At the bottom, there are logos for RNP and various Brazilian government ministries: 'MINISTÉRIO DA SAÚDE', 'MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO', 'MINISTÉRIO DA CULTURA', 'MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO', and 'MINISTÉRIO DA DEFESA'.

Fonte: Portal de Periódicos CAPES/MEC, 2018.

Assim, conforme demonstra as Figuras 10 e 11, foram realizadas as buscas utilizando o nome das bases de dados.

FIGURA 10 – Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES

The screenshot shows the CAPES website interface. On the left is a navigation menu with categories: BUSCA (with sub-items: Buscar assunto, Buscar periódico, Buscar livro, Buscar base), INSTITUCIONAL (with sub-items: Histórico, Missão e objetivos, Quem participa, Documentos), ACERVO, NOTÍCIAS, and SUPORTE (with sub-item: Treinamentos). The main content area features a banner for online trainings from April 15-20 with an 'INSCREVA-SE' button. Below the banner is a search box titled 'BUSCA' with tabs for 'Assunto', 'Periódico', 'Livro', and 'Base'. The 'Assunto' tab is active, showing search fields for DOI/PMID, general terms, and specific terms, each with an 'Enviar' button. A 'Busca avançada' link is also present. To the right is a 'DESTAQUES' section with a colorful background and a highlighted article titled 'RBPG' and 'Pós-graduação na Amazônia: o desafio de formar (em) redes'. Below the search box is a 'Notícias' section with a headline about the 'American Journal of Psychiatry' and a source attribution: 'Fonte: Portal de Periódicos CAPES/MEC, 2018.'

FIGURA 11 – Estratégia de busca utilizada no Portal da CAPES

The screenshot shows the 'Buscar base' search form on the CAPES website. The left navigation menu is identical to Figure 10. The main content area is titled 'Buscar base' with a subtitle '(Selecione uma das opções abaixo para buscar uma base)'. There are three tabs: 'Busca por título', 'Busca por área do conhecimento', and 'Busca avançada'. Below the tabs is an alphabetical index 'A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z Outro(a) | VER TODAS'. A search input field contains the word 'lista'. Below the input field are three radio button options: 'Contém a palavra' (selected), 'Inicia com a palavra', and 'Palavra exata'. At the bottom of the form are 'Enviar' and 'Limpar' buttons. A 'Ajuda' link is visible in the top right corner. The source attribution at the bottom reads: 'Fonte: Portal de Periódicos CAPES/MEC, 2018.'

As buscas nas bases de dados foram realizadas por meio dos termos “Políticas Públicas” e Biblioteca* Pública*, nos campos busca simples ou geral e busca avançada, compreendendo o período de 1º de janeiro de 1988 a 20 de novembro de 2018. Devido à grande revocação de resultados apresentados na recuperação da informação, quando utilizados os termos em inglês, optou-se pela utilização dos termos em português.

A estratégia de busca e recuperação da informação consistiu da utilização de operadores booleanos, na tentativa de obter resultados com maior precisão e menor revocação.

Para a recuperação de termos compostos, foi utilizado o operador booleano *aspas* e, para sintetizar as buscas pelos termos Biblioteca Pública e Bibliotecas Públicas foi utilizado o asterisco. De acordo com Silva (2005, p. 57), “o asterisco é utilizado para solicitar ao programa de busca que busque todos os documentos que contenham a parte inicial da palavra (até o asterisco) com qualquer terminação”. Finalmente, foi utilizado o operador booleano *AND* como forma de realizar uma intersecção de todos os registros, nos quais ocorreram simultaneamente os termos indicados.

A seguir, serão apresentadas as estratégias de busca utilizadas para a análise das bases de dados.

5.6.2 BRAPCI

Conforme se observa na Figura 12, foi selecionado para a busca o campo todos. As expressões utilizadas para a busca foram respectivamente, Política* Pública* e Biblioteca Pública*. A delimitação temporal foi de 1988 a 2018, e foram recuperados 111 resultados.

FIGURA 12 – Estratégia de busca BRAPCI

BRAPCI home sobre ▾ índices login

informe o(s) termo(s) de busca

PESQUISAR

todos autores título palavras-chave resumo referências

Para refinar a busca veja [Busca Avançada](#)

Delimitação

Delimitação da busca: 1988 ▾ 2018 ▾

Selecionar Tudo

1 2 3 4 5 6 Total 111

Territorialidade e empoderamento da biblioteca pública 2017
BERNARDINO, Maria Cleide Rodriaues

Fonte: BRAPCI (2018).

5.6.3 LISA

Conforme se verifica na figura 13, foi realizada uma busca avançada e selecionada a opção todos os campos. As expressões de busca utilizadas foram “Políticas Públicas” AND Biblioteca* pública* e a delimitação temporal abrangeu o período de 1988 a 2018. Foram obtidos 73 resultados.

FIGURA 13 – Estratégia de busca LISA

ProQuest 🕒 📁 👤 ?

Library & Information Science Abstracts (LISA)

Busca básica Busca avançada | Alterar bases de dados

Busca avançada Linha de comando Tesouro Códigos de campo Dicas de busca Treinamentos online ProQuest

"Políticas Públicas*" em Qualquer lugar ▾

AND ▾ Biblioteca* Pública* em Qualquer lugar ▾

➕ Adicionar uma caixa de busca

Limitar a: Revisado por especialistas

Data de publicação: Intervalo de data específico... ▾

Início

Janeiro ▾ 1 ▾ 1988

Término

Novembro ▾ 1 ▾ 2018

Fonte: LISA, 2018.

5.6.4 LISTA

Conforme se evidencia na figura 14, foi selecionada a opção busca avançada com a seleção da opção todos os campos. As expressões de busca utilizadas foram “Políticas Públicas” AND Biblioteca* Pública*. A delimitação temporal abrangeu o período de 1988 a 2018, e foram obtidos 20 resultados.

FIGURA 14 – Estratégia de busca LISTA

The screenshot displays the LISTA search interface. At the top, there is a navigation bar with options like 'Nova busca', 'Publicações', and 'Inscriva-se'. The main search area includes a search bar with the text 'Políticas Públicas', a dropdown for 'Selecione um campo (opcional)', and a 'Buscar' button. Below this, there are two more search fields: the first contains 'AND' and 'Biblioteca* Pública*', and the second is empty. A date range filter is set to '1988-2018'. The results section shows 'Resultados da busca: 1 - 10 de 20'. The first result is titled '1. Tratamento das políticas públicas de informação e tecnologia em periódicos científicos colombianos da ciência da informação.' and includes a brief description and citation information.

Fonte: LISTA, 2018.

5.6.5 PERI

Conforme se observa na Figura 15, foi selecionado o campo pesquisa simples. A expressão utilizada para a busca foi “Políticas Públicas”, e foram obtidos 20 resultados.

FIGURA 15 – Estratégia de busca PERI

The screenshot displays the PERI search results page. At the top, there is a navigation bar with 'Base PERI' and 'Pesquisa Simples'. The search expression is 'Políticas Públicas', and 28 records were recovered. The results are listed in a table with columns for selection, completion, and printing options. The first few records are:

1/28	[seleciona]	[completo]	[impressão]
FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais voltadas para bibliotecas públicas. . CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTACAO E CIENCIA DA INFORMACAO, 20., 2002, Fortaleza. Anais. Fortaleza : FEBAB, 2002			
2/28	[seleciona]	[completo]	[impressão]
FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informacao no Brasil : um ensaio sobre os desafios do Estado. Ciencia da Informacao, Brasília, v.32, n.1, p. 36-41, jan./abr. 2003.			
3/28	[seleciona]	[completo]	[impressão]
MARCONDES, Carlos Henrique, SAYAO, Luis Fernando, MAIA, Claudio Marro Ribeiro, [et. al.]. Estado da arte dos periodicos academicos electronicos Brasileiros. . ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMACAO, 5., 2003, Belo Horizonte. Anais do ENANCIB. Belo Horizonte : UFMG, 2003			
4/28	[seleciona]	[completo]	[impressão]
FREITAS, Christiana Soares de, VERONESE, Alexandre. Segredo e democracia : certificacao digital e software livre. IP Informatica Publica, Belo Horizonte, v.8, n.2, p.9/26, mar./ago. 2007.			
5/28	[seleciona]	[completo]	[impressão]
MARTINUZZO, Jose Antonio. Governo Eletronico no Brasil: Paradigmas Politicos da Genese. IP - Informatica Publica, Belo Horizonte, v.9, n.2, p.15-28, Dez 2007.			
6/28	[seleciona]	[completo]	[impressão]
CUBILLO, Julio. Políticas públicas de informacion en America Latina: cuanto nos hemos renovado?. DataGramaZero: Revista de Ciencia da Informacao, Rio de Janeiro, v.4, n.4ago. 2003.			
7/28	[seleciona]	[completo]	[impressão]
MATTOS, Fernando Augusto Mansur de, CHAGAS, Gleison Jose do Nascimento. Desafios para a inclusao digital no Brasil. Perspectivas em Ciencia da Informacao, Belo Horizonte, v.13, n.1, p. 67-94, jan/abr. 2008.			

Fonte: PERI, 2018.

5.6.6 SciELO

Conforme nota-se na figura 16, foi selecionado o campo todos os índices. A expressão utilizada para a busca foi “Políticas Públicas” e Biblioteca* Pública*. Foram obtidos 71 resultados.

FIGURA 16 – Estratégia de busca SCIELO

The screenshot shows the SciELO search results page. The search expression is '"Políticas Públicas" AND Biblioteca* Pública*'. The results are sorted by 'Publicação - Mais novos primeiro'. The first two results are:

1. [Public libraries and school libraries: Major differences](#)
PAIVA, Marília de Abreu Martins de; FERRAZ, Marina Nogueira.
Transinformação, Ago 2018, Volume 30 Nº 2 Páginas 237 - 247
· Inglês: Resumo | Texto | PDF | ePDF · Português: Resumo
DOI: 10.1590/2318-08892018000200008
2. [Work of community health agents in the Family Health Strategy: meta-synthesis](#)
Alonso, Carolina Maria do Carmo; Béguin, Pascal Daniel; Duarte, Francisco José de Castro Moura.
Revista de Saúde Pública, Fev 2018, Volume 52 elocation 14

Fonte: SciELO, 2018.

A análise das bases de dados BRAPCI, ISTA, LISA, LISTA, PERI E SCIELO proporcionou a obtenção e totalização de 295 resultados. Em seguida, os documentos recuperados foram submetidos a uma leitura flutuante, levando-se em consideração o título e o resumo das publicações, com o objetivo de selecionar as publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa.

De acordo com Bardin (2011), a leitura flutuante é a primeira atividade para que se estabeleça contato com os documentos. Para essa autora

a primeira atividade consiste em contacto com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. Esta fase é chamada de leitura flutuante, por analogia com a atitude do psicanalista. Pouco a pouco a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos (BARDIN, 2011, p. 122).

Com base no processo de leitura flutuante, foi estabelecida a escolha dos documentos suscetíveis de fornecer informações sobre o problema levantado. Estes documentos compuseram o universo das publicações analisadas, ou seja, o *corpus* da pesquisa. Para Bardin (2011, p. 122), “o *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos a procedimentos analíticos”. Para a mesma autora, uma vez selecionado o universo dos documentos, sua análise deve ser submetida a determinadas regras, a saber: regra da exaustividade, regra da representatividade, regra da homogeneidade e regra de pertinência.

Após as análises dos 295 resultados obtidos foram selecionadas 36 publicações, que compuseram o *corpus* da pesquisa. Para tanto, foi utilizada a regra da homogeneidade e a regra da pertinência. No entendimento de Bardin (2011, p. 124), na regra da homogeneidade, “os documentos retidos devem ser homogêneos, que dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade”. Ainda, para a autora, na regra da pertinência, “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponder ao objetivo que suscita a análise”, BARDIN (2011, p. 124).

5.7 Formulação da hipótese e do objetivo

De acordo com Bardin (2011, p. 124), “uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar, recorrendo aos procedimentos de análise”. Dessa forma, a pesquisa partiu da hipótese de que o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras vem sendo tratado com parcimônia pelas universidades e programas de pós-graduação em Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas correlatas.

5.8 Exploração do material

Em conformidade com Bardin (2011, p. 127), em um projeto de pesquisa, “os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos”. Dessa forma, para a realização da análise de conteúdo das publicações que compuseram o *corpus* da presente pesquisa, foram analisados os seguintes indicadores: título da publicação, nome do periódico, autores, ano da publicação, local da publicação, tipologia documental, *Uniform Resource Locator* (URL) do documento e resumo. Também foi levado em consideração na análise o contexto em que as palavras se encontravam.

5.9 Categorização

Para a realização da presente análise, os documentos que compuseram o *corpus* da pesquisa, em razão de sua característica em comum, foram divididos em categorias, com a finalidade de diferenciá-los e reagrupá-los a partir de suas partes comuns. Bardin (2011, p. 145), esclarece que “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e seguidamente por reagrupamento segundo o gênero, com critérios previamente definidos”. Ainda de acordo com a autora, “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 2011, p. 146).

Para a presente pesquisa, foram definidas as seguintes categorias: Instituto Nacional do Livro, Plano Nacional do Livro e Leitura, Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas, Políticas Públicas para o Livro e Leitura e Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. As categorias foram definidas por abordarem de maneira geral as principais temáticas presentes nas publicações obtidas a partir da análise nas bases de dados BRAPCI, ISTA, LISA, LISTA, PERI E SCIELO.

A divisão das publicações que compuseram o corpus da presente pesquisa foi determinada levando-se em consideração os princípios da homogeneidade e da pertinência. De acordo com Bardin (2011, p. 148), no princípio da homogeneidade, “um único princípio de classificação deve governar a sua organização”. Em relação ao princípio da pertinência, Bardin (2011, p. 148) argumenta que “uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando ao quadro teórico definido”.

Para a análise das publicações, a informática foi de grande valia no processo de análise de conteúdo, uma vez que se utilizou o *software* Microsoft Excel, que permitiu a realização das operações estatísticas por meio da organização, armazenamento e filtragem dos dados.

6 APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentados os dados, as análises e discussão dos resultados a partir da identificação dos documentos de compuseram o *corpus* da presente pesquisa. Para tanto, serão apresentados os documentos pertinentes extraídos das bases de dados com indicação de título, autoria, base de dados, tipologia documental e categoria temática.

6.1 Identificação dos documentos pertinentes

Após a análise por meio da leitura flutuante dos 295 resultados de publicações recuperados das bases de dados BRAPCI, ISTA, LISA, LISTA, PERI E SCIELO foram selecionadas 36 publicações que se adequaram ao escopo da pesquisa.

Assim, com a estratégia de busca e recuperação da informação obteve-se 12% de resultados relevantes ao presente estudo, o que levou ao entendimento de que, devido à grande abrangência dos termos Biblioteca* Pública* e políticas públicas, houve uma grande revocação de publicações que tratavam de temas distintos àqueles propostos para a análise.

A seguir, serão apresentados os resumos dos resultados da análise com indicação do título da publicação, autoria, indicação de publicação como artigo de periódico ou *anais* de eventos, ano de publicação e distribuição por categorias.

6.2 Apresentação dos resultados da análise dos dados

1- A Biblioteca Digital de Juventude: implantação – Jaqueline Rodrigues Jesus, Ingrid Torres Achiessl, Priscila Santos, Lucas Silveira e Milton Shintaku descrevem, por meio de artigo, a implementação da Biblioteca Digital de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, apresentando seus aspectos de seleção de *software*, customização, organização do acervo e adaptação de sua interface. Artigo disponível na Revista

Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2017. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

2- A biblioteca nos tempos e espaços digitais: novos e antigos desafios – Luiz Percival Leme de Brito examinou, em seu artigo, as possibilidades de convivência entre a biblioteca e os processos de comunicação de base digital. O autor apresentou as bases de uma política pública de bibliotecas efetivamente democrática. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2014. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

3- A biblioteca pública como tema de estudo nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil – Silvania Alves Ferreira e Dalgiza Andrade Oliveira apresentam em forma de artigo parte dos resultados de pesquisa de dissertação, que teve como ponto central a Biblioteca Pública como temática dos estudos realizados no âmbito de mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Artigo disponível na Revista Informação e Sociedade, 2017. Base de dados: LISA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

4- A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário – Elisa Campos Machado, Alberto Elias Junior e Daniele Achilles, por meio de artigo, abordam a Biblioteca Pública como instituição social no espaço público, as estratégias de mobilização e o bibliotecário como agente público protagonista nesse cenário, destacando os mecanismos e as estratégias que o bibliotecário pode utilizar para fomentar a mobilização da sociedade em prol das Bibliotecas Públicas. Artigo disponível na Revista Perspectiva em Ciência da Informação, 2014. Base de dados: BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

5- A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil – Graciele D. Ferreira e Elisa Campos Machado realizaram, por meio de artigo, uma análise das políticas culturais voltadas para a promoção da cultura de remanescentes de quilombos no âmbito das bibliotecas públicas no Brasil. As autoras apresentaram diretrizes para estimular o registro, preservação, valorização e difusão da cultura

quilombola em bibliotecas públicas. Artigo disponível nos *Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB)*, 2018. Base de Dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

6- A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas – M. P. Santos, C. N. Diniz e N. A. Sá buscaram discutir, por meio de artigo, alguns pontos sobre a importância da acessibilidade para as Bibliotecas Públicas, a partir da ótica das bibliotecas serem centros de informações organizadas que dão mais possibilidades de seus usuários se saírem bem nos desafios que encontram, funcionando como um recurso, que, por meio das instituições públicas, é estendido a todos, independentemente de sua condição. Artigo disponível na Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins, 2000. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade.

7- A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais e bibliotecas públicas – Johnny Rodrigues Barbosa realizou uma análise das políticas públicas desenvolvidas no âmbito das Bibliotecas Públicas, apontando suas falhas. O autor também analisou o Plano Nacional do Livro e da Leitura, lançado no final do ano 2006, apresentando-o como um discurso inovador. Artigo disponível na Revista Informação & Sociedade: Estudos, 2012. Base de dados LISTA. Categoria: Plano Nacional do Livro e Leitura.

8- A participação social na construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo – Ricardo Queiroz Pinheiro e Marco Antonio Almeida realizaram, por meio de artigo, a análise do histórico da construção Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo sob a perspectiva dos seus atores. Os autores enfatizaram o caráter popular da construção do Plano e mostraram a dimensão e a importância da participação direta na elaboração de políticas públicas. Artigo disponível nos *Anais do ENANCIB*, 2017. Base de Dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

9- A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas

Públicas do Brasil – Bianca Lopes Siqueira, Elisa Campos Machado e Esther Hermes Luck apresentam uma análise da trajetória da institucionalização do SNBP, a partir dos resultados de investigação aplicada. As autoras apresentam partes das origens do SNBP no INL, passando pela sua efetiva institucionalização no ano de 1992, até os dias hoje dentro da administração direta do MinC. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

10- A biblioteca pública e seu projeto político: entre a conformação e o

pensamento – Fabíola Farias analisou a função da Biblioteca Pública, tendo como eixo as crenças que sustentam suas proposições e serviços. Para a autora, a Biblioteca Pública representa para a maioria da população brasileira e no âmbito das políticas públicas para a democratização do acesso à leitura no país, a maior possibilidade de educação permanente por meio do conhecimento registrado pela letra. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014. Base de dados LISTA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

11- As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira

– Gustavo Tanus e Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus ressaltam que a Biblioteca Pública tem como missão atender a todos, assegurando acesso a uma multiplicidade de informações. No entanto, segundo os autores, para que as bibliotecas consigam cumprir esse amplo acesso, é necessário que elas acompanhem a diversidade da comunidade na oferta de seus serviços e recursos informacionais. Assim, concentra-se em discutir sobre a formação e desenvolvimento de acervos das Bibliotecas Públicas a partir da literatura afro-brasileira como tema. Os autores visam destacar esta temática na agenda de pesquisas da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Artigo disponível nos *Anais do ENANCIB*, 2018. Base de Dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

12- As bibliotecas públicas municipais e a administração pública direta: o apoio legal para o suporte financeiro das Bibliotecas: qual é e como conseguir

– Claudiomiro Machado Ferreira, por meio de artigo, apresentou jurídica e

administrativamente como as Bibliotecas Públicas municipais devem se estruturar e agir para cobrar do município a aplicação do artigo 16 da Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que Institui a Política Nacional do Livro. Artigo disponível na Revista do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª. Região (CRB-8) Digital, 2012. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

13- Avaliando a eficiência das bibliotecas públicas mineiras – Gustavo Bastos Braga e Marco Aurélio Marques Ferreira avaliaram as bibliotecas públicas municipais no estado de Minas Gerais. Para tanto, os autores realizaram uma aproximação quantitativa que foi implementada pelos dados adquiridos na pesquisa. Os resultados mostraram que as Bibliotecas Públicas municipais de Minas Gerais têm baixa eficiência comum e as políticas públicas adotadas podem ter contribuído para este enredo. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. Base de dados LISTA. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

14- Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006 – Marília Abreu Martins Paiva e Maria Eugênia Albino Andrade abordam, por meio de artigo, como as Bibliotecas Públicas têm sido objeto de discussões e políticas governamentais em todo o mundo, principalmente na chamada era da informação. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. Base de dados LISTA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

15- Bibliotecas públicas: *aparcerías y políticas públicas em America Latina y Caribe: el caso de Brasil* – Clarice Muhlethaler de Souza traçou um Panorama sobre as principais políticas públicas desenvolvidas no Brasil de apoio à leitura e às Bibliotecas Públicas. A autora descreve, ainda, planos e programas nacionais desenvolvidos em países da América Latina e Caribe. Artigo disponível nos *Anais da IFLA Conference Proceedings*, 2005, Oslo. Base de Dados LISTA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

16- Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social – Angela Maria Barreto e Sônia Assis realizaram um estudo

sobre como o acesso e o uso da informação são questões relacionadas ao desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos. Nesse sentido, as autoras enfatizam que as Bibliotecas Públicas, os telecentros ou, ainda, a articulação entre os dois organismos de informação é proposta com o objetivo de democratizar o acesso e o uso da informação junto às comunidades e segmentos sociais alijados da participação em sociedade. Artigo disponível na Revista Ciência da Informação, 2008, Brasília. Base de dados Scielo. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

17- Bibliotecas públicas: políticas do estado de Minas Gerais (1983-2012) –

Marina Nogueira Ferraz e Adriana Bogliolo Sirihal Duarte apresentam, por meio de artigo, as políticas governamentais para Bibliotecas Públicas através de atos legais e documentos administrativos. O estudo permitiu conhecer a implementação real de tais políticas por intermédio de depoimentos e acompanhar os possíveis avanços ou retrocessos proporcionados pelas políticas implementadas para as Bibliotecas Públicas. Artigo disponível na Revista Informação & Informação, 2016, Brasília. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

18- Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos –

Adalberto do Rego Maciel Filho, Mirian de Albuquerque Aquino, Isana Maria da Silva Resende e Raissa Cristina Borba Sá, por meio de artigo, analisaram pesquisas empíricas que tratam as relações entre capital social e Bibliotecas Públicas. Os autores sugeriram políticas públicas, procurando mostrar a importância de incluir a Biblioteca Pública como protagonista nos projetos de desenvolvimento local e comunitário. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2010, Belo Horizonte. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

19- Considerações de implantação de bibliotecas públicas municipais no Estado

da Bahia – Jovenilda Freitas Santos relatou, por meio de artigo, o processo de implantação de Bibliotecas Públicas municipais no Estado da Bahia, durante a gestão do governo Lula. A autora ressaltou a importância desse equipamento cultural e a relevância de políticas específicas para apoiá-las diretamente. Artigo disponível na

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2016. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

20- Formação de auxiliares de arquivo e de bibliotecas como política pública brasileira de educação profissional – Jobson Louis Santos de Almeida realizou um estudo sobre processo de formação de auxiliares de arquivo e de bibliotecas na perspectiva de uma política pública de educação profissional realizada no Brasil, fundamentando-se em estudo de caso realizado no Sertão Paraibano. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2016. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

21- Incentivo à cultura: experiências brasileiras de políticas públicas – interesses da área da Ciência da Informação – Adriana Buarque de Holanda e Maria Cristina Guimarães Oliveira realizaram um estudo com o objetivo de apontar duas experiências de políticas públicas sociais voltadas à questão da informação. A primeira trata de uma ação legislativa do Estado que enfoca o livro e a bibliotecas, e a segunda é uma iniciativa da sociedade civil organizada que objetiva minimizar o analfabetismo funcional. Artigo disponível na Revista Transinformação, 2013, Campinas. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

22- Leitura, bibliotecas e política de formação de leitores no Brasil – Rovilson José Silva aponta, por meio de artigo, como o fomento à leitura no Brasil, vem, historicamente, contornando inúmeros obstáculos. Um dos mais frequentes é a inexistência de políticas públicas contínuas e bibliotecas, tanto públicas quanto escolares, que contribuam para o aprimoramento cultural, para a inserção da população à cidadania. Artigo disponível no *Brazilian Journal of Information Science*, 2009. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

23- Múltiplas dimensões para um país de leitores: resenha – Francisca Rasche apresentou uma resenha sobre a obra: LINDOSO, Felipe. O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

Artigo disponível na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 2005, Santa Catarina. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

24- O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais – Marina Nogueira

Ferraz abordou neste estudo a biblioteca pública, seu significado, importância social e desafios na contemporaneidade. A autora discutiu o caráter social da Biblioteca Pública no século XXI e como sua atuação tem se tornado fundamental como espaço de diálogo e exercício da cidadania, além de se configurar em um centro de promoção cultural, na medida em que acolhe e articula as diversas manifestações artísticas e culturais. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte, 2014. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

25- O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo como política pública cultural – Giovanna Carvalho Sant’ana e Marcos Kirst realizaram um estudo

do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB), que integra as Bibliotecas Públicas municipais e comunitárias vinculadas existentes no Estado de São Paulo. Os autores destacaram que o SisEB tem como objetivo principal estimular e apoiar as bibliotecas públicas do Estado de São Paulo na democratização do acesso à informação, ao livro e à leitura. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2015. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

26- Políticas culturais e bibliotecas do Cariri cearense – Vitória Gomes Almeida e

Maria das Graças Targino discutem a cultura e sua instrumentalização, sob a forma de políticas públicas no âmbito das bibliotecas brasileiras. O estudo estabeleceu um recorte de análise nos programas e projetos desenvolvidos em três Bibliotecas do Cariri Cearense – Biblioteca Inspiração Nordestina, localizada no município de Juazeiro do Norte, Biblioteca do Centro de Artes e Esportes, Município de Barbalha e Biblioteca Pública do Crato, localizada no município de Crato, em razão da pluralidade e diversidade cultural existente nessa localidade. Artigo disponível na Revista Em Questão, UFRGS, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

27- Políticas Culturais para bibliotecas públicas no Estado de São Paulo: análise dos investimentos culturais – Adriana Azenha Barilon, Rosangela Formentini e Giulia de Sousa Ferrazoli buscaram verificar quais políticas culturais do Estado se destinavam às Bibliotecas Públicas, bem como discuti-las. O objetivo do estudo foi verificar a distribuição de políticas públicas propostas pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo com o intuito de entender a contribuição das políticas propostas pelo Estado de São Paulo, perante as Bibliotecas do Estado. Artigo disponível na Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

28- Políticas de bibliotecas públicas e o instituto nacional do livro: análise exploratória à luz da história e teoria da educação brasileira - Raquel Juliana do Prado Leite de Souza realiza uma análise exploratória das possíveis relações históricas entre as políticas públicas para a promoção das bibliotecas e a História e Teoria da Educação Brasileira, a fim de propor a ampliação do olhar sobre o desenvolvimento da Biblioteconomia no Brasil. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Instituto Nacional do Livro.

29- Políticas de construção de território local de atuação para a Biblioteca Pública – Maria Cleide Rodrigues Bernardino realizou um estudo cujo objetivo foi refletir sobre a atuação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas para a construção social de um território local de desenvolvimento para a informação e o conhecimento a partir das Bibliotecas Públicas. Artigo disponível na Revista Informação e Sociedade, João Pessoa, 2018. Base de dados LISA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

30- Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? – Maria Mary Ferreira realizou um estudo com o objetivo fazer uma análise da crise das Bibliotecas Públicas, refletindo sobre o papel do Estado e chamando a atenção para o esvaziamento de suas funções. Tais análises são focadas no Estado do Maranhão, cujas políticas são descontínuas, causando o

desaparecimento da maioria das bibliotecas públicas criadas na década de oitenta e desativadas no Governo Collor e de Fernando Henrique Cardoso, sob a cumplicidade dos bibliotecários e omissão da sociedade que desconhece sua função social. Artigo disponível na Revista Transinformação, Campinas, 2013. Base de dados Scielo. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

31- Políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas – Flávia Goullart Mota Garcia Rosa e Nanci Elizabeth Oddone apresentaram, por meio de artigo, as políticas públicas nacionais para o livro, a leitura e as bibliotecas, discutindo seus antecedentes históricos, situação atual e perspectivas. O estudo descreveu os programas governamentais mais recentes, apontando as contradições e desigualdades que os caracterizam. Artigo disponível na Revista Ciência da Informação, Brasília, 2006. Base de dados Scielo. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

32- Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil – Antonio Deusivam de Oliveira e Rosália Maria Netto Prados tratam de uma descrição das políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil, a partir da criação do Instituto Nacional do Livro em 1937, até a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006. Artigo disponível na *Revista Información, cultura y sociedad*, Mogi das Cruzes, 2015. Base de dados Scielo. Categorias: Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura.

33- Projeto Mais Bibliotecas Públicas: uma estratégia de mobilização local – Maria Aparecida Arias Fernandes e Elisa Campos Machado apresentam, por meio de artigo, o processo de construção do Projeto Mais Bibliotecas Públicas e a sua relação com as políticas culturais voltadas para as Bibliotecas Públicas no Brasil, seus objetivos, metodologias e os primeiros resultados. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2015. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

34- Violência contra as mulheres e a mediação do/a bibliotecário/a – Centro Estadual de Referência da Mulher – Maria Cristiana Felix Luciano e Gisele Rocha Côrtes estudaram como a violência doméstica constitui um problema social e uma

violação dos direitos humanos. A ausência de informações oficiais a respeito da dinâmica das violências e o perfil das mulheres recebidas em órgãos de atendimento configuram-se como um desafio no planejamento de políticas públicas condizentes com as necessidades das mulheres. Artigo disponível na Revista *Biblionline*, João Pessoa, 2017. Base de dados LISA. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

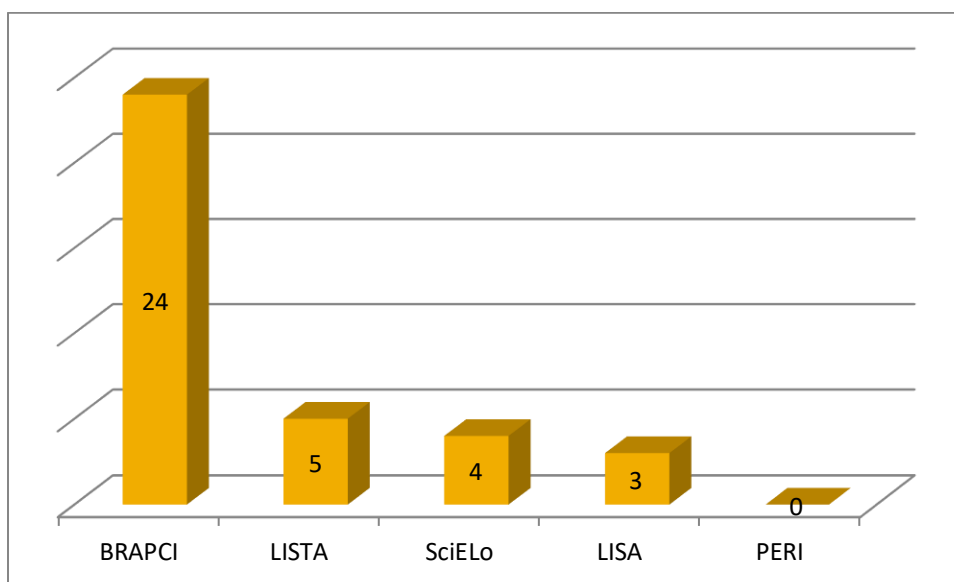
35- Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos Blumenau *public library: experiences in reading incentive and fund-raising* – Sandra Cristina da Silva analisa a Biblioteca Pública com uma instituição que apresenta o potencial de disseminar a informação na sociedade. Para a autora, é importante entender a Biblioteca Pública como importantes espaços mediadores da informação pública, garantindo à população o direito ao conhecimento. A autora afirma que este equipamento cultural é uma instituição também responsável pelo processo de educação e de formação do cidadão, especialmente aquele que já não frequenta mais a escola. Artigo disponível na Revista da Academia Brasileira de Ciências: Biblioteconomia em Santa Catarina, Santa Catarina, 2013. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

36- A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal Prof. Ernesto Manoel Zink – Sérgio Antônio da Silva Leite e Luciane Vaughn Schmidt descrevem, por meio de artigo, como a dinâmica de funcionamento da Biblioteca Municipal Professor Ernesto Manoel Zink relaciona-se com uma problemática maior: investigar se esse espaço público tem representado, para os moradores de Campinas, uma possibilidade de inserção no mundo da escrita, um ambiente de letramento, tendo em vista um projeto político de investimento em leitura. Artigo disponível na Revista *Online da Biblioteca Prof. Joel Martins*, 2000. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

6.3 Distribuição das publicações por base de dados

No gráfico 2 será apresentada a distribuição das publicações por base de dados, indicando a maior concentração bem como as bases que apresentaram números menores de publicações.

GRÁFICO 2- Distribuição das publicações por base de dados



Fonte: ROCHA, 2019.

Conforme o Gráfico 2, foram constatadas 24 publicações na base de dados BRAPCI, cinco publicações na base LISTA, quatro publicações na base SciELO, três publicações na base LISA e nenhuma publicação na base PERI, conforme pode-se também verificar no Apêndice A.

Ainda de acordo com o Gráfico 3, a base de dados BRAPCI apresentou aproximadamente 66% das publicações que se adequaram ao escopo da presente pesquisa. Essa concentração pode ser atribuída ao fato de ser uma base referencial de acesso gratuito e pelo seu objetivo de subsidiar estudos e propostas na área da Ciência da Informação.

Além disso, a BRAPCI apresenta uma boa estrutura uma vez contou com recursos do CNPq que proporcionou verbas para que se adquirisse material suficiente para sua infraestrutura e o processo de implantação e manutenção de dados.

A base LISTA obteve a segunda colocação com cinco publicações que se adequaram ao escopo da presente pesquisa. Essa baixa incidência de publicações pode ser entendida pelo fato de ser uma base de dados paga, limitando, portanto, o número de usuários com acesso às publicações disponíveis. Além disso a base LISTA é voltada para tópicos relacionados à biblioteconomia, com ênfase em temas como classificação, catalogação, bibliometria, recuperação de informações *on-line* e gerenciamento de informações.

A base SciELO apresentou quatro publicações que se adequaram ao escopo da presente pesquisa. Compreende-se que esta baixa incidência pode ser em função de a base SciELO não ser especializada nas áreas da Biblioteconomia da CI, apesar de ser considerada como um modelo para a comunicação científica para países em desenvolvimento e conta com o apoio do CNPq (SciELO, 2019).

A base LISA obteve três publicações que se adequaram ao escopo da presente pesquisa; infere-se que, por ser uma base referencial, disponibilizando apenas resumos, pode influenciar o pesquisador no processo de menor escolha dessas bases de dados para publicação de suas pesquisas.

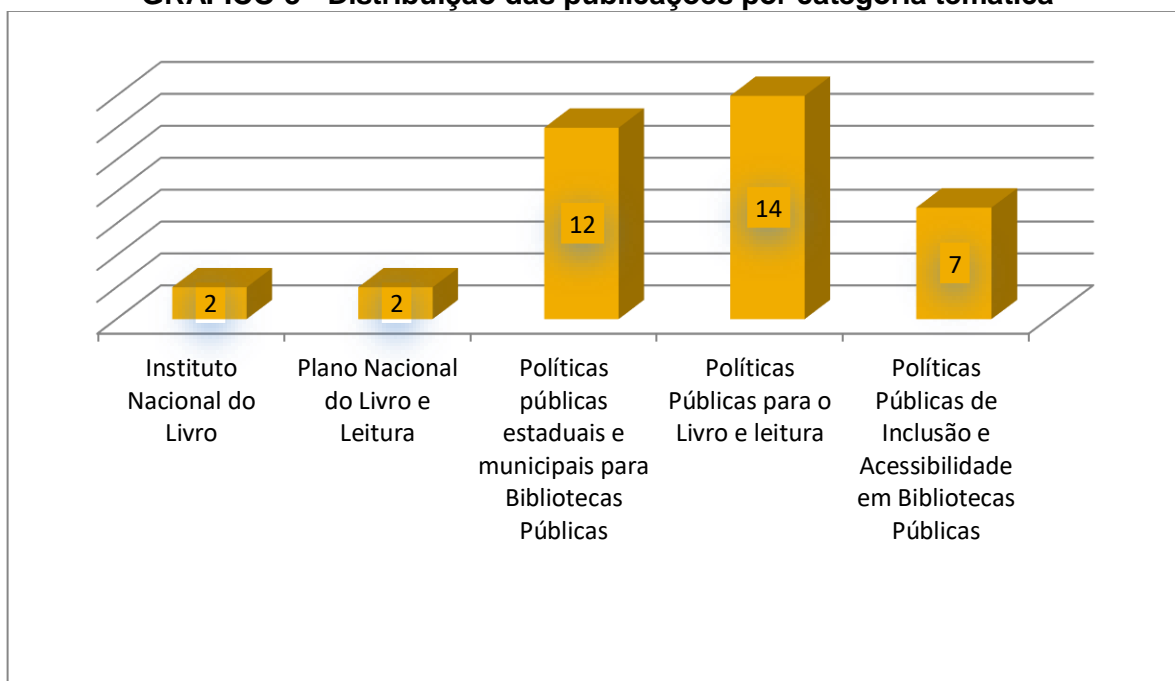
A base PERI não apresentou publicações que se adequassem ao escopo da presente pesquisa. Depreende-se que se deva ao fato de ser uma base destinada a uma comunidade restrita.

6.4 Distribuição das publicações por categoria temática

As publicações que compuseram o *corpus* da presente pesquisa foram classificadas em categorias previamente fixadas. Devido à abrangência do escopo da presente pesquisa, foram definidas as seguintes categorias: Instituto Nacional do Livro; Plano Nacional do Livro e Leitura; Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas; Políticas Públicas para o Livro e Leitura e Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

A seleção das referidas categorias deveu-se ao fato delas tratarem de temas centrais que se referem à temática do presente estudo. As categorias foram baseadas em políticas públicas que representaram importantes marcos na área das Bibliotecas Públicas, além de levar em consideração os temas inclusão e acessibilidade e as Políticas Públicas para o Livro e Leitura de maneira geral.

GRÁFICO 3 - Distribuição das publicações por categoria temática



Fonte: ROCHA, 2019.

Conforme observa-se no Gráfico 3, a categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura obteve 14 publicações. A categoria Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas obteve 12 publicações. Em seguida, a categoria Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas obteve 7 publicações, seguida pelas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura com duas publicações cada.

Apesar de serem 36 publicações a compor o *corpus* da presente pesquisa, na divisão das mesmas por categoria temática constam 37 publicações. Essa diferença deve-se ao fato de a publicação Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil se enquadrar, respectivamente, nas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura.

Ainda em conformidade com o Gráfico 9 conclui-se que 72% das publicações se situam nas temáticas Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas e Políticas Públicas para o Livro e leitura, respectivamente com 12 e 14 publicações.

Essa concentração de publicações nas categorias acima citadas pode ser entendida devido ao fato de estarem diretamente relacionadas ao tema central do presente estudo.

A baixa incidência de publicações que se enquadraram na categoria Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade, totalizando 19% das publicações extraídas das bases de dados analisadas após análise de conteúdo das mesmas, reflete como esta temática vem sendo tratada pelos pesquisadores da área, o que reforça o entendimento de que novos estudos se fazem necessários para que haja uma maior compreensão sobre o tema acessibilidade e inclusão social nas Bibliotecas Públicas.

As menores incidências na divisão das publicações por categoria temática foi verificada nas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura, totalizando 11% das publicações, com respectivamente duas incidências cada.

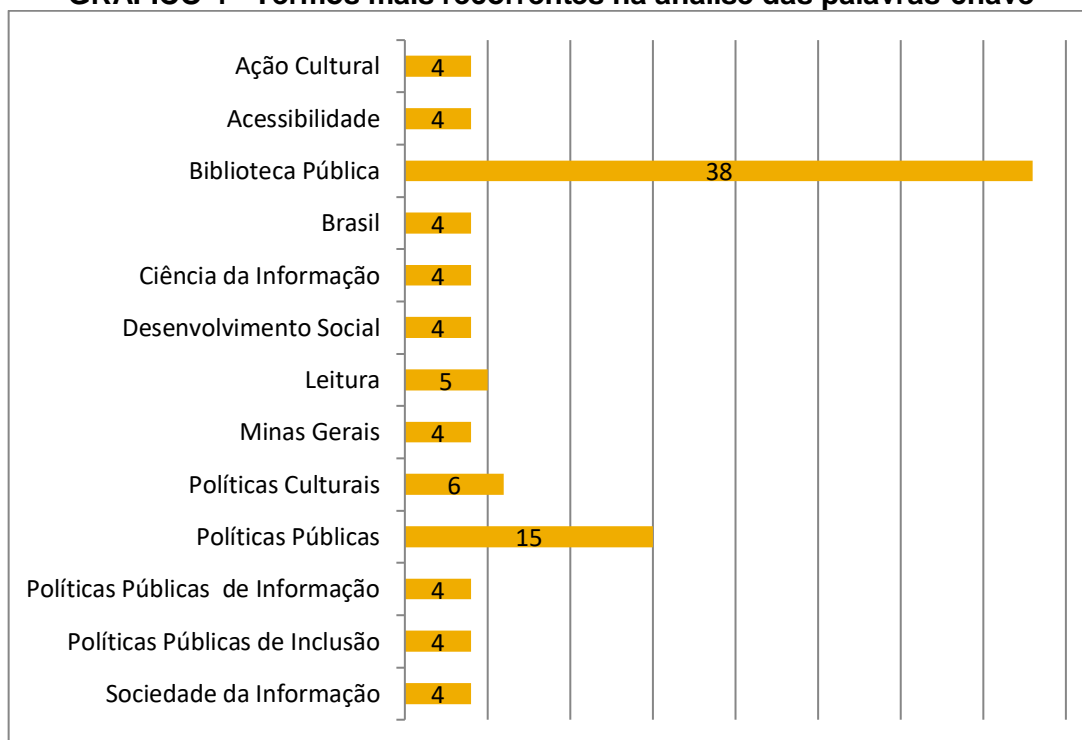
Essa baixa incidência pode ser entendida devido ao fato de, embora sejam dois marcos no que se refere às políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas no Brasil, serem temas específicos.

Dessa forma, entende-se como necessária uma maior reflexão sobre a produção científica sobre o tema políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas brasileiras. Não obstante o diminuto número de publicações sobre essa temática, compreende-se que questões como inclusão social e acessibilidade vêm sendo tratadas de maneira ainda mais reduzida, embora configurem-se como reflexões centrais a serem tratadas pela Biblioteconomia e pela CI uma vez que essas áreas do conhecimento possuem um forte caráter social, mesmo que o tecnológico ainda pareça ser o imperativo.

6.5 Termos recorrentes nas publicações

O presente estudo localizou 140 palavras-chave a partir da análise das 36 publicações que totalizaram o *corpus* da pesquisa. Devido à alta incidência de termos, optou-se para fins de demonstração por aqueles que apresentaram no mínimo duas incidências, o que totalizou 52 termos. O Gráfico 4 demonstra a incidência de palavras chave das publicações analisadas.

GRÁFICO 4 - Termos mais recorrentes na análise das palavras-chave



Fonte: ROCHA, 2019.

Conforme demonstra o Gráfico 5, o termo mais recorrente a partir da análise das publicações foi o termo Biblioteca Pública, totalizando 38% das recorrências incidências.

A alta incidência do termo Bibliotecas Públicas pode ser evidenciada por este ser o tema principal da presente pesquisa. Já o termo Políticas Públicas obteve 15% das incidências, o que pode se dar também pelas mesmas razões.

Observou-se ainda que, embora as publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa tratem em sua totalidade das políticas públicas realizadas no âmbito das

Bibliotecas Públicas brasileiras, os termos Biblioteca Pública e Políticas Públicas, na descrição das palavras-chave, somaram 15% das incidências.

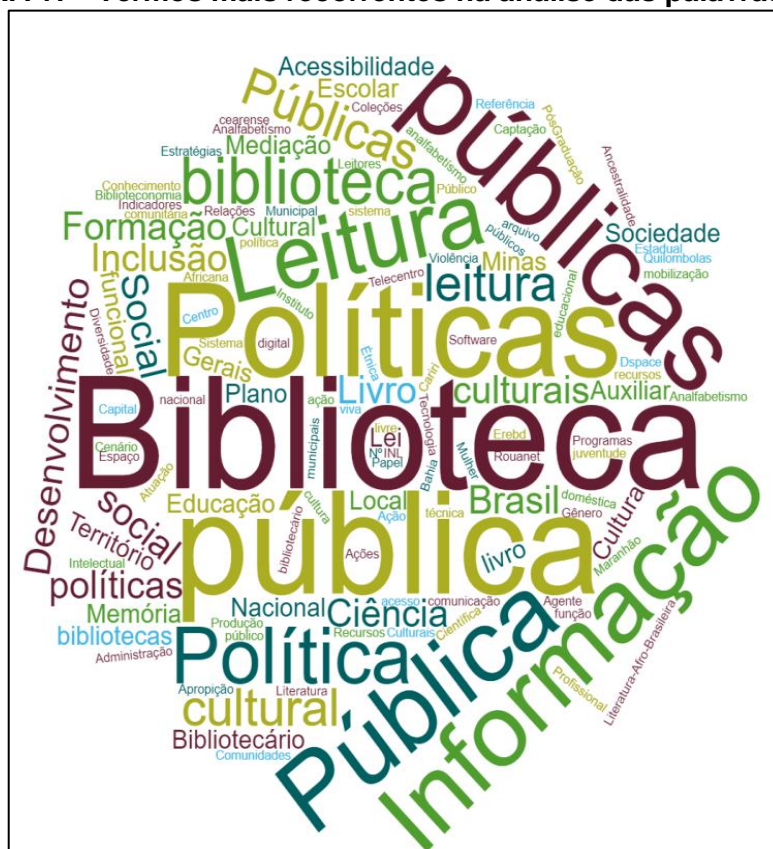
Os termos Biblioteca Pública e Políticas Culturais apresentaram 6% de incidências, seguido pelos termos Ação Cultural, Acessibilidade, Desenvolvimento Social, Políticas Públicas de Inclusão e Políticas Públicas de Informação, com 4% de incidência cada uma, o que totalizou 20% das publicações analisadas.

A partir da análise, conclui-se que, não obstante ao reduzido número de estudos sobre o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras, as temáticas políticas culturais, acessibilidade e políticas públicas de inclusão vêm sendo tratadas de maneira ainda mais parcimoniosa. Esse reduzido número de termos reflete a maneira com que estas temáticas vêm sendo tratadas nas agendas governamentais bem como a falta de políticas públicas e investimentos para estes setores.

O termo Desenvolvimento Social também apresentou baixa incidência entre aqueles identificados refletindo o reduzido número de estudos sobre as políticas públicas para as bibliotecas públicas relacionadas a ações voltadas para esse aspecto.

A seguir, será apresentada a nuvem de palavras com o objetivo de ilustrar, de forma sintética, as principais palavras e termos constatados na análise das palavras chave das publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa.

FIGURA 17 - Termos mais recorrentes na análise das palavras-chave



Fonte: ROCHA, 2019.

De acordo com Ferreira (2017, p. 102), “a nuvem de palavras traz uma contagem simples da ocorrência dos termos nos documentos e destaca por tamanho aqueles mais recorrentes”.

Em consonância com a análise da Figura 17, conclui-se que os termos Políticas Públicas e Biblioteca Pública foram predominantes. Esta predominância pode ser entendida pelo fato de se tratarem das temáticas principais da presente pesquisa. Em seguida, as expressões Desenvolvimento Social, Informação e Leitura assumiram a segunda posição de destaque nas incidências dos termos identificados como palavras chave das publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa.

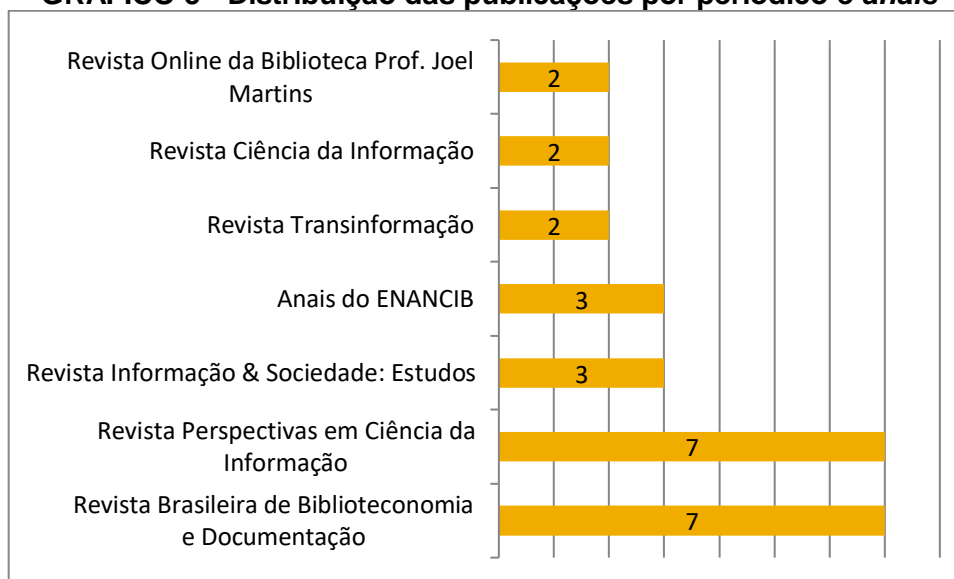
Ainda de acordo com a análise da Figura 18, as expressões Formação, Inclusão, Bibliotecário, Educação, Mediação e Ciência obtiveram uma menor incidência, figurando como pano de fundo. Essa baixa incidência pode ser entendida com base na constatação de que os temas relacionados à atividade profissional do bibliotecário vêm sendo tratados de maneira ainda mais reduzida pelos pesquisadores da área. A partir da análise dos dados também pode-se concluir que a baixa incidência do termo

Inclusão reflete a maneira reduzida com que esta temática vem sendo tratada e reforça o entendimento do caráter tecnicista das pesquisas nas áreas da Biblioteconomia e da CI.

6.6 Concentração por periódicos da produção científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas

O presente estudo identificou quatro publicações em anais de encontros científicos na área da CI e Biblioteconomia e treze publicações em periódicos científicos. Devido ao elevado número de anais de eventos e periódicos, que somados totalizam 17 publicações, optou-se por demonstrar, por meio de gráfico, somente os periódicos que obtiveram no mínimo duas incidências na análise, totalizando, dessa forma, um total de sete periódicos. Os periódicos e anais de encontros científicos em sua totalidade podem ser verificados no Apêndice C.

GRÁFICO 5 - Distribuição das publicações por periódico e *anais*



Fonte: ROCHA, 2019.

Após a análise dos dados, foi constatado que os periódicos que possuem o maior número de publicações sobre o tema políticas públicas no âmbito das Bibliotecas públicas foi a revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, publicação trimestral da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, e a *Revista Brasileira em Biblioteconomia e Documentação*, publicação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

(FEBAB), com sete incidências cada. Entende-se que essa maior incidência se deva à relevância do periódico *Perspectivas em Ciência da Informação*, por ser considerado de excelência internacional e avaliado com nota A1, mais alto nível de avaliação, pela Qualis Periódicos, ferramenta utilizada na classificação da produção científica dos programas de pós-graduação no Brasil.

Já a *Revista Brasileira em Biblioteconomia e Documentação*, periódico brasileiro especializado em divulgação da literatura acadêmica sobre biblioteconomia e documentação também apresentou maior número de publicações por se tratar de um periódico de grande visibilidade nacional e mantido pela FEBAB, instituição em atuação desde 1959. Ambos os periódicos possuem sede respectivamente em Belo Horizonte e São Paulo, regiões que apresentam maior número de PPGCI no Brasil.

O periódico *Informação & Sociedade: Estudos*, revista na área da Ciência da Informação vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, e os *anais* do ENANCIB obtiveram cada um, três publicações.

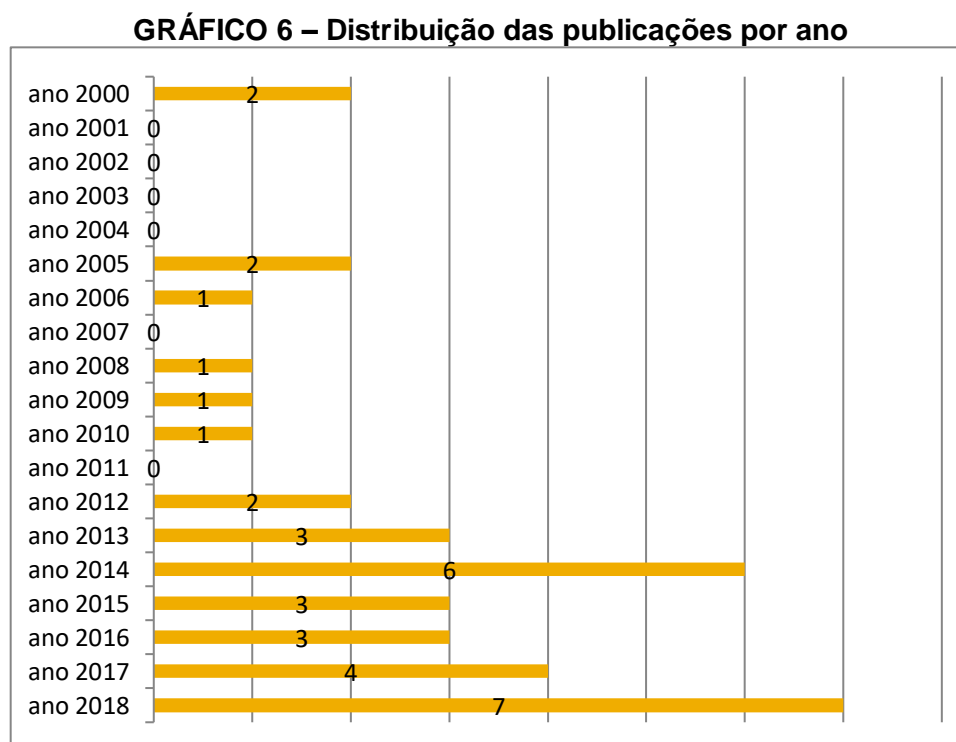
Já as revistas *Transinformação*, *Ciência da Informação* e *Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins*, obtiveram duas incidências de publicações, cada uma.

Os periódicos *Perspectivas em Ciência da Informação*, desenvolvido pela Escola de Ciência da Informação da UFMG, e a *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, desenvolvida pela FEBAB, totalizaram 50% das publicações.

Diante do exposto, entende-se que, por se localizarem na Região Sudeste do Brasil, mais especificamente no Estado de São Paulo e em Minas Gerais, e em função dessas regiões apresentarem a maior concentração de pesquisadores em decorrência do maior número de PPGCI, esses periódicos vêm apresentando maior produtividade no que se refere à publicação de pesquisas que tratam das políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras. Além disso, os referidos periódicos são considerados publicações nucleares na área da Biblioteconomia e da CI.

6.7 Concentração por período da produção científica sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas

A seguir será apresentada a concentração da produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras levando-se em consideração o ano das publicações.



Fonte: ROCHA, 2019

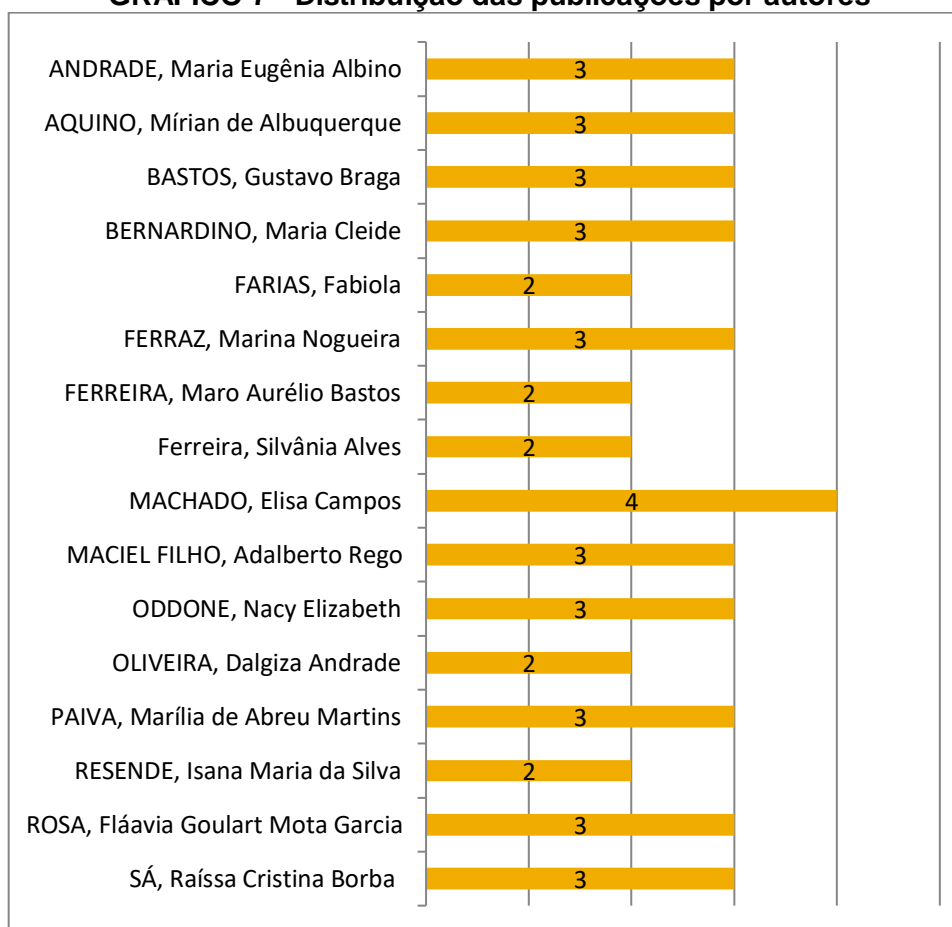
Conforme se verifica no Gráfico 6, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2018 foram verificadas 29 publicações sobre políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas no Brasil, totalizando 76% das publicações analisadas entre o ano 2000 e 2018.

Essa concentração pode ser entendida devido ao lançamento do PNL, implementado em 2011 e pela implementação da PNLE, implementada em 2018. Dessa forma, por serem importantes marcos no que se refere às políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas possam ter incentivado pesquisadores a analisarem essa temática.

6.8 Autores que mais publicaram sobre o tema políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas

A seguir será apresentada a distribuição da produção científica sobre as políticas públicas no âmbito das Bibliotecas Públicas brasileiras levando-se em consideração a autoria das publicações.

GRÁFICO 7 - Distribuição das publicações por autores



Fonte: ROCHA, 2019.

Foram verificadas 65 incidências de autorias (Apêndice III) considerando-se que existem casos em que o mesmo autor figura em mais de uma publicação e ou em mais de uma base de dados.

Para a presente análise foram analisados os autores que apresentaram a partir de duas publicações, totalizando 44 incidências de autorias, dentre as quais os autores FARIAS, Fabiola, FERREIRA, Marco Aurélio Bastos, FERREIRA, Silvânia Alves, OLIVEIRA, Dalgiza Andrade e RESENDE, Isana Maria da Silva apresentaram cada

um 5% das publicações. Os autores ANDRADE, Maria Eugênia Albino, AQUINO, Mirian de Albuquerque, BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues, BRAGA, Gustavo Bastos, FERRAZ, Marina Ferreira, MACIEL FILHO, Adalberto Rego, ODDONE, Nanci Elizabeth, PAIVA, Marília Martins de Abreu, ROSA, Flavia Goullart Mota Garcia e SÁ, Raissa Cristina Borba apresentaram cada um 7 % das publicações, enquanto a autora MACHADO, Elisa Campos apresentou 10% das publicações, conforme se verifica no Gráfico 7.

O maior número de publicações atribuídas à autora Elisa Campos Machado pode ser entendido pelo fato de a mesma autora ter atuado como Diretora do Departamento de Bibliotecas Públicas da cidade de São Paulo (2001-2003) e como Coordenadora Geral do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) no Ministério da Cultura (2011-2015). Além disso, a referida autora pretense ao Grupo de Pesquisa "Bibliotecas públicas no Brasil: reflexão e prática, o que também pode ser entendido como um diferencial no que se refere à realização do maior número de pesquisas no âmbito das políticas públicas voltadas para as Bibliotecas Públicas, quando comparada com outros autores.

Os demais autores que apresentaram três e duas publicações respectivamente também vêm oferecendo importantes contribuições para o estudo da temática em análise.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela pesquisa deveu-se ao entendimento de que as Bibliotecas Públicas são importantes recursos para a democratização da informação e da leitura, no sentido de contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

O estudo constatou que, entre os anos de 1988 e 2018, o tema políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no âmbito das bibliotecas públicas vem sendo tratado com parcimônia por pesquisadores e estudiosos que atuam nas áreas da Biblioteconomia, Ciência da Informação e disciplinas correlatas.

A pesquisa realizou uma análise quantitativa dos estudos científicos sobre as políticas públicas realizadas no âmbito das Bibliotecas Públicas no Brasil, pelo Governo Federal, e limitou-se a análise das bases de dados BRAPCI, LISA, LISTA, PERI e SciELO. Não foram constatadas publicações sobre a referida temática nos anos de 1989 e em toda a década de 1990. Também não foram identificadas publicações nos anos de 2001, 2003, 2004, 2007 e 2011. A maior incidência de publicações ocorreu no ano de 2014.

Observou-se, portanto, que a temática das políticas públicas no âmbito das Bibliotecas públicas foi negligenciada por mais de uma década pela agenda dos Programas de Pós Graduação em CI no Brasil. Esse fato leva ao entendimento de que existe uma lacuna histórica no que se refere aos estudos direcionados à referida temática, sendo, portanto, necessário um maior envolvimento por parte dos pesquisadores devido à importância de haver um maior acompanhamento sobre a atuação do Governo Federal no que concerne à criação, manutenção e desenvolvimento das Bibliotecas Públicas no Brasil.

Não obstante o número reduzidos de publicações constatadas pelo presente estudo, a leitura da produção científica sobre a referida temática em seu respectivo recorte possibilitou verificar tendência das pesquisas que versaram sobre as políticas públicas para Bibliotecas Públicas brasileiras. Foram localizadas 36 publicações distribuídas entre as seguintes categorias: Instituto Nacional do Livro, Plano Nacional do Livro e

Leitura, Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas, Políticas Públicas para o Livro e Leitura e Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

Dentre as 36 publicações extraída das bases de dados analisadas, 14 foram classificadas na categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura que obteve 14 publicações. A categoria Políticas Públicas Estaduais e Municipais para Bibliotecas Públicas obteve 12 publicações. Em seguida, a categoria Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas obteve 7 publicações, seguida pelas categorias Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura com duas publicações cada.

A maior incidência de publicações classificadas na categoria Políticas Públicas para o Livro e Leitura pode ser entendida por ser uma categoria com maior abrangência e que abarca de uma maneira mais geral a temática em análise.

Nesse sentido, entende-se como fundamental o desenvolvimento de novos estudos sobre o tema como forma de não só proporcionar o desenvolvimento das pesquisas, como também oferecer novas contribuições para futuros estudos. Esses estudos poderão auxiliar no desdobramento de novas pesquisas bem como auxiliar os gestores públicos, responsáveis pela manutenção das Bibliotecas Públicas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal, no sentido de apresentar fontes de informação que poderão auxiliá-los no processo de tomada de decisão para alocação de recursos públicos bem como para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para estas instituições que abrigam a cultura e o saber.

Há ainda que se considerar que a CI apresenta grande potencial para atuar no desenvolvimento social e não só às questões relacionadas ao seu caráter tecnológico. Nesse aspecto, as Bibliotecas Públicas vêm preenchendo essa lacuna, uma vez que esse equipamento cultural é voltado para os leitores e contribuem para a promoção da cidadania dentre estes indivíduos.

Portanto, compreende-se que, com a atuação do Poder Público, as Bibliotecas Públicas brasileiras poderão ser fomentadas, proporcionando à comunidade o acesso

a esse importante equipamento cultural, a partir do entendimento de que elas podem proporcionar imensos ganhos para a sociedade, sobretudo no que se refere à valorização das pessoas, com o compromisso de disseminar coletivamente a informação a leitura e a cultura, fatores determinantes para a formação de uma comunidade leitora e cidadã.

7.1 Sugestões para futuros estudos

A partir da análise dos estudos que compuseram o *corpus* da pesquisa, constatou-se que os temas diretamente relacionados às ações desenvolvidas pelas Bibliotecas Públicas voltadas ao atendimento das pessoas com deficiência e da inclusão social apresentaram baixa incidência entre os resultados alcançados.

Devido à importância dessas temáticas indica-se que sejam realizados mais estudos sobre o papel da Biblioteca Pública como instrumento de inclusão social, haja vista o potencial desses equipamentos culturais.

Nessa perspectiva, faz-se também necessários novos estudos que contemplem o tema acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

Sugere-se também sejam realizadas mais pesquisas sobre a atuação do bibliotecário, uma vez que esses profissionais são decisivos para a gestão das Bibliotecas Públicas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elenara Chaves Edler de. **A evolução da produção científica nacional, os artigos de revisão e o papel do Portal de Periódicos da Capes**. 2013. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/72607/000884613.pdf?sequence=1>. Acesso em 01 jul 2020.
- ALMEIDA, Jobson Louis Santos de. Formação de auxiliares de arquivo e de Bibliotecas como política pública brasileira de educação profissional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. Especial, v. 12, p. 33-39, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/1072>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- ALMEIDA, Vitória Gomes; TARGINO, Maria das Graças. Políticas culturais e Bibliotecas do Cariri cearense. **Em Questão**, n. 1, v. 24, p. 244-266, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/10702>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. **Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, v. 1, p. 285-314, 2005. Disponível em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/55554420/original_Pos-Graduacao_Brasil_2.pdf?. Acesso em 05 mai. 2020.
- BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros: Rubens Borba de Moraes**. Briquet de Lemos Livros, 2007.
- BARBOSA, Johnny Rodrigues et al. **A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais de bibliotecas públicas**. 2011. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/3904/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 29 jun 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4ªed. Lisboa: Edições, v. 70, p. 1977, 2011.
- BARILON, Adriana Azenha; FORMENTINI, Rosangela; FERRAZOLI, Giulia de Sousa. Políticas Culturais para Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo: análise dos investimentos culturais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. especial. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/106389>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- BARRETO, Angela Maria; PARADELLA, Maria Dulce; ASSIS, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. **Ciência da Informação**, v. 37, n. 1, 2008. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652008000100003>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BARROSO, Maria Alice. Instituto Nacional do Livro. **RBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1, n. 1/3, p. 45-63, 1973. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/803>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BASTOS-BRAGA, Gustavo; MARQUES-FERREIRA, Marco Aurélio. Avaliando a eficiência das Bibliotecas públicas mineiras. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, v. 36, n. 3, p. 173-182, 2013. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/22652/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir Jose. Imagem da Bibliotecas pública na Sociedade da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 2, n. 1, p. 130-142, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42338>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. Políticas de construção de território local de atuação para a Biblioteca Pública. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 1, 2017. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/1b1c6d48142e580feea9ca59e6f436cb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030753>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues. GESTÃO DO CONHECIMENTO E EMPODERAMENTO: CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ATUAÇÃO LOCAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA CEARENSE:: Brapci 2.0. **XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB); XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB)**, v. 24, n. 2, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102699>. Acesso em: 17 mai. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). Coordenadoria do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro, 2010.

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 221-246, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143012791011.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

BRASIL. Lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del093.htm. Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural e artístico. Diário Oficial da União. Brasília, 2 de julho de 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7505.htm. Acessado em 27 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 5 de novembro

de 1987. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7624-5-novembro-1987-367604-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura. Programa Fome de Livro: programa nacional de biblioteca pública e leitura, bases para sua elaboração e desenvolvimento. Diário Oficial da União, Brasília: [s.n.], 2003.

BRASIL. Decreto n. 520. Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0520.htm. Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL. Decreto no 7.559, de 1 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 5 set. 2011. Seção 1. p. 4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em 28 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.696. Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União, Brasília: DF, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm. Acesso em 29 nov. 2019.

BRITO, Luiz Percival Leme de. A Biblioteca nos tempos e espaços digitais: novos e antigos desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 7-17, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/38358>. Acesso em: 26 nov. 2018.

BUARQUE DE HOLANDA, Adriana; GUIMARÃES OLIVEIRA, Maria Cristina; DE OLIVEIRA, Simone Rosa. Incentivo à cultura: experiências brasileiras de políticas públicas-interesses da área da Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 25, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334895005.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 25, n. 3, p. 89-104, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/93078>. Acesso em: 01 jun. 2019.

CENDÓN, Beatriz Valadares; CAMPELLO, Bernadete Santos; KREMER, Jeannette **de informação para pesquisadores e profissionais**. Editora Ufmg, 2000.

CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin. Da comunicação informal à comunicação formal: identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. **Ciência da Informação**, v.8, n. 1, 1979. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/373>. Acesso em: 27 dez. 2019.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. Catecismo positivista. São Paulo: Abril cultural, 1978.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2010.

DE BRITO, Luiz Percival Leme. A Biblioteca nos tempos e espaços digitais: novos e antigos desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 7-17, 2014.

DE MORAES, Rubens Borba. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. LTC, 1979.

DE SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite. Políticas de bibliotecas públicas e o Instituto Nacional do Livro: análise exploratória à luz da História e Teoria da Educação Brasileira. **RBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 142-169, 2018. Disponível em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/1073/1087>. Acesso em 29 jun. 2020.

DE ALMEIDA, Elenara Chaves Edler; GUIMARÃES, Jorge Almeida; ALVES, Isabel Teresa Gama. Dez anos do Portal de Periódicos da Capes: histórico, evolução e utilização. **Revista brasileira de pós-graduação**, v. 7, n. 13, 2010. Disponível em [file:///C:/Users/Eduardo%20Rocha/Downloads/194-Texto%20do%20artigo-386-1-10-20110405%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Eduardo%20Rocha/Downloads/194-Texto%20do%20artigo-386-1-10-20110405%20(2).pdf). Acesso em 29 jun. 2020.

DOS SANTOS ALVES, Rosemari Pereira; DA SILVA, Rovilson José. Vlogs e o incentivo à formação de leitores. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 6, n. 1, p. 43-63, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/132613>. Acesso em: 27 dez. 2019.

ERMAKOFF, George. Bibliotecas brasileiras. Rio de Janeiro: G.Ermakoff Casa Editorial, 2015.

FARIAS, Fabíola. A Biblioteca pública e seu projeto político: Entre a conformação e o pensamento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, p. 242-253, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/18.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FERNANDEZ, Maria Aparecida Arias; MACHADO, Elisa Campos. Projeto “mais bibliotecas públicas”: uma estratégia de mobilização local. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, p. 163-180, 2015. Disponível em: <https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/viewFile/503/432>. Acesso em 29 jun. 2020.

FERRAZ, Marina Nogueira; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; COSTA, Mirian Ferreira. Bibliotecas Públicas: políticas do estado de Minas Gerais (1983-2012). **Informação & Informação**, n. 1, v. 21, p. 465-495, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/31977>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FERREIRA, Claudiomiro Machado. As Bibliotecas públicas municipais e a administração pública direta. O apoio legal para o suporte financeiro das Bibliotecas: qual é e como conseguir. **CRB8 Digital**, n. 2, v. 5, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/10046>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FERREIRA, Graciele dos Santos. **A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil**. 2016. Dissertação de Mestrado.. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102142>. Acesso em: 26 nov. 2018.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as Bibliotecas públicas para onde vão?. **Transinformação**, v. 18, n. 2, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3843/384334742003.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FERREIRA, Sylvania Alves. **Produção científica sobre Biblioteca Pública nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Escola de Ciência da Informação, UFMG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AMWGHP>. Acesso em: 27 dez. 2019.

FONSECA, Edson Nery. **Introdução à Biblioteconomia**. 2ª. Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Biblioteca pública: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro, 2000. 160 p. (Documentos técnicos, n. 6).

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. COORDENADORIA DO SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. 2a. ed., Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento de Procedimentos Técnicos, 2010. 160 p.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Anos de Incerteza (1930 - 1937). 2019. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/IntelectuaisEstado/MinisterioEducacao>. Acesso em 17 mar. 2020.

GOLDIN, Daniel. En torno a las políticas públicas del libro y la lectura. **PASAJES de la edición: hablan los profesionales**. Guadalajara: Cerlalc: Universidad de Guadalajara, p. 162-168, 2003.

HOLANDA, Adriana Buarque de; OLIVEIRA, Maria Cristina Guimarães; OLIVEIRA, Simone Rosa de. Incentivo à cultura: experiências brasileiras de políticas públicas- interesses da área da Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 25, n. 1, p. 47-53, 2013. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862013000100005&script=sci_arttext. Acesso em 29 jun. 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Acesso e oportunidade para todos: como as Bibliotecas contribuem para a agenda 2030 das Nações Unidas**. S.l.: IFLA, 2015. 18p.

JESUS, Jaqueline Rodrigues; SCHIESSL, Ingrid Torres; SANTOS, Priscila; SILVEIRA, Lucas; SHINTAKU, Milton. A Biblioteca digital de Juventude: implantação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1376-1384, 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/3647>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LARA, Marilda Lopes Ginaz. **Comunicação e produção científica: contextos, Indicadores e Avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001534075>. Acesso em 17 mai. 2020.

LEITE, Sérgio Antonio da Silva; SCHMIDT, Luciane Vaughn. A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal Prof. Ernesto Manoel Zink. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, n. 3, v. 1, 2000. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/63208>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. T. (Orgs.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. **De Bibliotecas e biblioteconomias: percursos**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2015.

LYRA, Maria Helena Costa P. de. Propostas para dinamização do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará. **Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação**. Anais. Fortaleza, FEBAB, 2002.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/42307>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MACHADO, Elisa Campos, Elias Junior, Alberto Calil; Achilles, Daniele. A Biblioteca Pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, número especial, p.115-127, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362014000500010&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 17 mai. 2020.

MACIEL FILHO, Adalberto do Rego; AQUINO, Mirian de Albuquerque; RESENDE, Isana Maria da Silva; Sá, Raissa Cristina Borba. Capital social e Bibliotecas públicas: estudos empíricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. 2, v. 15, p. 73-88, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/36068>. Acesso em: 26 nov. 2018.

MACIEL, Maria Lúcia; ABDO, Alexandre Hannud; ALBAGLI, Sarita. Ciência aberta, questões abertas. 2015. Disponível em [https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20\(5\).pdf](https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20(5).pdf). Acesso em 27 jun 2020.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=jxD9My-g1xQC&oi=fnd&pg=PA9&dq=+MILANESI,+Lu%C3%ADs.+Biblioteca&ots=1Tsn_rzq

[W3&sig=uGsT6plrNTx14WUjRkQYX7TgTI0#v=onepage&q=MILANESI%2C%20Lu%C3%ADs.%20Biblioteca&f=false](#). Acesso em 17 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas**. Disponível em <http://snbp.cultura.gov.br/sobre/historico/>. Acessado em 04 jan. 2019.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos; 2006 259p.

MORAES JUNIOR, João Vanderlei de. Políticas culturais para o livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, p. 179-199, 2010. Disponível em <http://www.cult.ufba.br/wordpress/24776.pdf>. Acesso em 29 jun. 2020.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 35, n. 2, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000200004&script=sci_arttext&tIng=pt. Acesso em 10 mai. 2020.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A Bibliotecas fora do tempo**: políticas governamentais de Bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>. Acesso em: 26 dez. 2019.

OLIVEIRA, Marlene de. A pesquisa científica na Ciência da Informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPQ. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 143 - 156, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34363>. Acesso em: 26 dez. 2019.

OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. **A influência da Ciência da Informação nos cursos de graduação em Biblioteconomia no Brasil**: formação docente, aspectos teóricos e manifestações temáticas. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-8LXK8F>. Acesso em: 26 dez. 2019.

OLIVEIRA, Antonio Deusivam; PRADOS, Rosália Maria Netto. Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e Bibliotecas no Brasil. **Inf. Cult. Soc.** n.32 Ciudad Autónoma de Buenos Aires, jun. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2630/263039285006.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-7HUKTJ>. Acesso em: 26 dez. 2019.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz; ALMEIDA, Marco Antonio. A participação social na construção do Plano Municipal do Livro, leitura, literatura e Biblioteca de São Paulo.

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/105451>. Acesso em: 26 nov.2018.

PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (BRASIL). **PNLL: Plano Nacional do Livro e Leitura: textos e história: 2006-2010**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2010.

RAMOS, Marília Cossich. **Marcos regulatórios para as Bibliotecas públicas no Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/6582>. Acesso em: 26 dez. 2019.

RASCHE, Francisca. Múltiplas dimensões para um país de leitores: resenha Multipledimensions for a country of readers: book review p.295-297. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, n. 2, v. 10, p. 295-297, 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/73688>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci Elizabeth. Políticas públicas para o livro, leitura e Bibliotecas. **Ciência da Informação**, n. 3, v. 35, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/19143>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e Bibliotecas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 183-193, set./dez. 2006. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1124>. Acesso em: 26 dez. 2019.

RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker. Vivaleitura: um chamado à ação em prol da leitura no Brasil. **Revista Desenredo**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/481>. Acesso em: 26 dez. 2019.

SANT'ANA, Giovanna Carvalho; KIRST, Marcos. O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo como política pública cultural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. Especial, v. 11, p. 582-594, 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/2003>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SANTOS, M.P.; DINIZ, C.N.; Sá, N. A. A importância da acessibilidade nas Bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. Especial, v. 10, 2014. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/4811>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SANTOS, Solange Maria dos. O desempenho das universidades brasileiras nos rankings internacionais: áreas de destaque da produção científica brasileira. 2015. 344 p. **Universidade de São Paulo, São Paulo**, 2015.

SANTOS, Jovenilda Freitas. Considerações de implantação de Bibliotecas públicas municipais no Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, n. 2, v. 12, p. 58-75, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/1138>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SANTOS, Fabiana Pimentel; DAVEL, Eduardo. Gestão de Equipamentos Culturais e Identidade Territorial: Potencialidades e Desafios. **Pensamento & Realidade**, v. 33, n. 1, p. 109-134, 2018. Disponível em https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Gest%C3%A3o+de+Equipamentos+Culturais+e+Identidade+Territorial%3A+Potencialidades+e+Desafios&btnG=. Acesso em 17 mai. 2020.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, Rovilson José. LEITURA, BIBLIOTECA E POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE LEITORES NO BRASIL. **Brazilian Journal of Information Science**, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/14258>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SILVA, Sandra Cristina da. Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos Blumenau's public library: experiences in reading incentive and fund-raising. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, n. 1, v. 18, p. 658-675, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/71800>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SILVA, Eduardo Moreira da. (org.). **Participação e democratização das políticas públicas no Brasil**: conselhos e conferências, Belo Horizonte: UFMG, 2015.

SIQUEIRA, Bianca Lopes; MACHADO, Elisa Campos; LÜCK, Esther Hermes. A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, p. 27-45, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/4955>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SOUZA, Cassandra Lúcia de Maya Viana. A problemática dos métodos quantitativos e qualitativos em biblioteconomia e documentação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, 1989. Disponível em <file:///C:/Users/Eduardo%20Rocha/Downloads/312-313-1-PB.pdf>. Acesso em 01 jul. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 26 nov. 2018.

SUAIDEN, Emir José. A Bibliotecas pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf., Brasília**, v. 29, n. 2, p. 52-60, mai/ago. 2.000. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17550/>. Acesso em: 26 nov. 2018.

TARGINO, M. G. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000, p. 37-85. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/bd39/82ab125a1917053b1d851e993f5325ea7d08.pdf>. Acesso em 28 jun. 2020.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: O Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. **AEDOS**, v. 6, n. 15, 2014. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/view/45083>. Acesso em: 26 nov. 2018.

TANUS, Gustavo; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho. As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura Afro-brasileira. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102138>. Acesso em: 26 nov. 2018.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VOLPATO, Gilson Luiz; DE FREITAS, Eliane Gonçalves. Desafios na publicação científica. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, v. 17, n. suppl. 1, p. 49-56, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pob/article/view/43054>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ZELDITCH, Morris. *Processes of legitimation: Recent developments and new directions*. **Social Psychology Quarterly**, v. 64, n. 1, p. 4-17, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3090147>. Acesso em: 26 nov. 2018.

APÊNDICE A

Distribuição das publicações por base de dados

BRAPCI

1- A Biblioteca Digital de Juventude: implantação – Jaqueline Rodrigues Jesus, Ingrid Torres Achiessi, Priscila Santos, Lucas Silveira e Milton Shintaku descrevem, por meio de artigo, a implementação da Biblioteca Digital de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, apresentando seus aspectos de seleção de *software*, customização, organização do acervo e adaptação de sua interface. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2017. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

2- A biblioteca nos tempos e espaços digitais: novos e antigos desafios – Luiz Percival Leme de Brito examinou, em seu artigo, as possibilidades de convivência entre a biblioteca e os processos de comunicação de base digital. O autor apresentou as bases de uma política pública de bibliotecas efetivamente democrática. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2014. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

3- A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sóciopolítica do bibliotecário – Elisa Campos Machado, Alberto Elias Junior e Daniele Achilles, por meio de artigo, abordam a Biblioteca Pública como instituição social no espaço público, as estratégias de mobilização e o bibliotecário como agente público protagonista nesse cenário, destacando os mecanismos e as estratégias que o bibliotecário pode utilizar para fomentar a mobilização da sociedade em prol das Bibliotecas Públicas. Artigo disponível na Revista Perspectiva em Ciência da Informação, 2014. Base de dados: BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

4- A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o Projeto Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil – Graciele D. Ferreira e Elisa Campos Machado realizaram, por meio de artigo, uma

análise das políticas culturais voltadas para a promoção da cultura de remanescentes de quilombos no âmbito das bibliotecas públicas no Brasil. As autoras apresentaram diretrizes para estimular o registro, preservação, valorização e difusão da cultura quilombola em bibliotecas públicas. Artigo disponível nos *Anais* do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB), 2018. Base de Dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

5- A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas – M. P. Santos, C. N. Diniz e N. A. Sá buscaram discutir, por meio de artigo, alguns pontos sobre a importância da acessibilidade para as Bibliotecas Públicas, a partir da ótica das bibliotecas serem centros de informações organizadas que dão mais possibilidades de seus usuários se saírem bem nos desafios que encontram, funcionando como um recurso, que, por meio das instituições públicas, é estendido a todos, independentemente de sua condição. Artigo disponível na Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins, 2000. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas. Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade.

6- A participação social na construção do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo – Ricardo Queiroz Pinheiro e Marco Antonio Almeida realizaram, por meio de artigo, a análise do histórico da construção Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca de São Paulo sob a perspectiva dos seus atores. Os autores enfatizaram o caráter popular da construção do Plano e mostraram a dimensão e a importância da participação direta na elaboração de políticas públicas. Artigo disponível nos *Anais* do ENANCIB, 2017. Base de Dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

7- A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil – Bianca Lopes Siqueira, Elisa Campos Machado e Esther Hermes Luck apresentam uma análise da trajetória da institucionalização do SNBP, a partir dos resultados de investigação aplicada. As autoras apresentam partes das origens do SNBP no INL, passando pela sua efetiva institucionalização no ano de 1992, até

os dias hoje dentro da administração direta do MinC. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

8- As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira – Gustavo Tanus e Gabrielle Francinne de Souza Carvalho Tanus ressaltam que a Biblioteca Pública tem como missão atender a todos, assegurando acesso a uma multiplicidade de informações. No entanto, segundo os autores, para que as bibliotecas consigam cumprir esse amplo acesso, é necessário que elas acompanhem a diversidade da comunidade na oferta de seus serviços e recursos informacionais. Assim, concentra-se em discutir sobre a formação e desenvolvimento de acervos das Bibliotecas Públicas a partir da literatura afro-brasileira como tema. Os autores visam destacar esta temática na agenda de pesquisas da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Artigo disponível nos *Anais do ENANCIB*, 2018. Base de Dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

9- As bibliotecas públicas municipais e a administração pública direta: o apoio legal para o suporte financeiro das Bibliotecas: qual é e como conseguir – Claudiomiro Machado Ferreira, por meio de artigo, apresentou jurídica e administrativamente como as Bibliotecas Públicas municipais devem se estruturar e agir para cobrar do município a aplicação do artigo 16 da Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que Institui a Política Nacional do Livro. Artigo disponível na Revista do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª. Região (CRB-8) Digital, 2012. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

10- Bibliotecas públicas: políticas do estado de Minas Gerais (1983-2012) – Marina Nogueira Ferraz e Adriana Bogliolo Sirihal Duarte apresentam, por meio de artigo, as políticas governamentais para Bibliotecas Públicas através de atos legais e documentos administrativos. O estudo permitiu conhecer a implementação real de tais políticas por intermédio de depoimentos e acompanhar os possíveis avanços ou retrocessos proporcionados pelas políticas implementadas para as Bibliotecas Públicas. Artigo disponível na Revista Informação & Informação, 2016, Brasília. Base

de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

11- Capital social e bibliotecas públicas: estudos empíricos – Adalberto do Rego Maciel Filho, Mirian de Albuquerque Aquino, Isana Maria da Silva Resende e Raissa Cristina Borba Sá, por meio de artigo, analisaram pesquisas empíricas que tratam as relações entre capital social e Bibliotecas Públicas. Os autores sugeriram políticas públicas, procurando mostrar a importância de incluir a Biblioteca Pública como protagonista nos projetos de desenvolvimento local e comunitário. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2010, Belo Horizonte. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

12- Considerações de implantação de bibliotecas públicas municipais no Estado da Bahia – Jovenilda Freitas Santos relatou, por meio de artigo, o processo de implantação de Bibliotecas Públicas municipais no Estado da Bahia, durante a gestão do governo Lula. A autora ressaltou a importância desse equipamento cultural e a relevância de políticas específicas para apoiá-las diretamente. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2016. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas .

13- Formação de auxiliares de arquivo e de bibliotecas como política pública brasileira de educação profissional – Jobson Louis Santos de Almeida realizou um estudo sobre processo de formação de auxiliares de arquivo e de bibliotecas na perspectiva de uma política pública de educação profissional realizada no Brasil, fundamentando-se em estudo de caso realizado no Sertão Paraibano. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2016. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

14- Incentivo à cultura: experiências brasileiras de políticas públicas – interesses da área da Ciência da Informação – Adriana Buarque de Holanda e Maria Cristina Guimarães Oliveira realizaram um estudo com o objetivo de apontar duas experiências de políticas públicas sociais voltadas à questão da informação. A

primeira trata de uma ação legislativa do Estado que enfoca o livro e a bibliotecas, e a segunda é uma iniciativa da sociedade civil organizada que objetiva minimizar o analfabetismo funcional. Artigo disponível na Revista Transinformação, 2013, Campinas. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

15- Leitura, bibliotecas e política de formação de leitores no Brasil – Rovilson José Silva aponta, por meio de artigo, como o fomento à leitura no Brasil, vem, historicamente, contornando inúmeros obstáculos. Um dos mais frequentes é a inexistência de políticas públicas contínuas e bibliotecas, tanto públicas quanto escolares, que contribuam para o aprimoramento cultural, para a inserção da população à cidadania. Artigo disponível no *Brazilian Journal of Information Science*, 2009. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

16- Múltiplas dimensões para um país de leitores: resenha – Francisca Rasche apresentou uma resenha sobre a obra: LINDOSO, Felipe. O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura política para o livro. São Paulo: Summus, 2004. Artigo disponível na Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, 2005, Santa Catarina. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

17- O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais – Marina Nogueira Ferraz abordou neste estudo a biblioteca pública, seu significado, importância social e desafios na contemporaneidade. A autora discutiu o caráter social da Biblioteca Pública no século XXI e como sua atuação tem se tornado fundamental como espaço de diálogo e exercício da cidadania, além de se configurar em um centro de promoção cultural, na medida em que acolhe e articula as diversas manifestações artísticas e culturais. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte, 2014. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

18- O Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo como política pública cultural – Giovanna Carvalho Sant'ana e Marcos Kirst realizaram um estudo do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo (SisEB), que integra as

Bibliotecas Públicas municipais e comunitárias vinculadas existentes no Estado de São Paulo. Os autores destacaram que o SisEB tem como objetivo principal estimular e apoiar as bibliotecas públicas do Estado de São Paulo na democratização do acesso à informação, ao livro e à leitura. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2015. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

19- Políticas culturais e bibliotecas do Cariri cearense – Vitória Gomes Almeida e Maria das Graças Targino discutem a cultura e sua instrumentalização, sob a forma de políticas públicas no âmbito das bibliotecas brasileiras. O estudo estabeleceu um recorte de análise nos programas e projetos desenvolvidos em três Bibliotecas do Cariri Cearense – Biblioteca Inspiração Nordestina, localizada no município de Juazeiro do Norte, Biblioteca do Centro de Artes e Esportes, Município de Barbalha e Biblioteca Pública do Crato, localizada no município de Crato, em razão da pluralidade e diversidade cultural existente nessa localidade. Artigo disponível na Revista Em Questão, UFRGS, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

20- Políticas Culturais para bibliotecas públicas no Estado de São Paulo: análise dos investimentos culturais – Adriana Azenha Barilon, Rosângela Formentini e Giulia de Sousa Ferrazoli buscaram verificar quais políticas culturais do Estado se destinavam às Bibliotecas Públicas, bem como discuti-las. O objetivo do estudo foi verificar a distribuição de políticas públicas propostas pela Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo com o intuito de entender a contribuição das políticas propostas pelo Estado de São Paulo, perante as Bibliotecas do Estado. Artigo disponível na Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

21- Políticas de bibliotecas públicas e o instituto nacional do livro: análise exploratória à luz da história e teoria da educação brasileira - Raquel Juliana do Prado Leite de Souza realiza uma análise exploratória das possíveis relações históricas entre as políticas públicas para a promoção das bibliotecas e a História e Teoria da Educação Brasileira, a fim de propor a ampliação do olhar sobre o

desenvolvimento da Biblioteconomia no Brasil. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2018. Base de dados BRAPCI. Categoria: Instituto Nacional do Livro.

22- Projeto Mais Bibliotecas Públicas: uma estratégia de mobilização local – Maria Aparecida Arias Fernandes e Elisa Campos Machado apresentam, por meio de artigo, o processo de construção do Projeto Mais Bibliotecas Públicas e a sua relação com as políticas culturais voltadas para as Bibliotecas Públicas no Brasil, seus objetivos, metodologias e os primeiros resultados. Artigo disponível na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 2015. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

23- Biblioteca municipal de Blumenau: experiências no incentivo à leitura e na captação de recursos Blumenau *public library: experiences in reading incentive and fund-raising* – Sandra Cristina da Silva analisa a Biblioteca Pública com uma instituição que apresenta o potencial de disseminar a informação na sociedade. Para a autora, é importante entender a Biblioteca Pública como importantes espaços mediadores da informação pública, garantindo à população o direito ao conhecimento. A autora afirma que este equipamento cultural é uma instituição também responsável pelo processo de educação e de formação do cidadão, especialmente aquele que já não frequenta mais a escola. Artigo disponível na Revista da Academia Brasileira de Ciências: Biblioteconomia em Santa Catarina, Santa Catarina, 2013. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

24- A política de leitura em Campinas: o caso da Biblioteca Municipal Prof. Ernesto Manoel Zink – Sérgio Antônio da Silva Leite e Luciane Vaughn Schmidt descrevem, por meio de artigo, como a dinâmica de funcionamento da Biblioteca Municipal Professor Ernesto Manoel Zink relaciona-se com uma problemática maior: investigar se esse espaço público tem representado, para os moradores de Campinas, uma possibilidade de inserção no mundo da escrita, um ambiente de letramento, tendo em vista um projeto político de investimento em leitura. Artigo disponível na Revista *Online* da Biblioteca Prof. Joel Martins, 2000. Base de dados BRAPCI. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

LISA

1- Violência contra as mulheres e a mediação do/a bibliotecário/a – Centro Estadual de Referência da Mulher – Maria Cristiana Felix Luciano e Gisele Rocha Côrtes estudaram como a violência doméstica constitui um problema social e uma violação dos direitos humanos. A ausência de informações oficiais a respeito da dinâmica das violências e o perfil das mulheres recebidas em órgãos de atendimento configuram-se como um desafio no planejamento de políticas públicas condizentes com as necessidades das mulheres. Artigo disponível na Revista *Biblionline*, João Pessoa, 2017. Base de dados LISA. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

2- Políticas de construção de território local de atuação para a Biblioteca Pública – Maria Cleide Rodrigues Bernardino realizou um estudo cujo objetivo foi refletir sobre a atuação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas para a construção social de um território local de desenvolvimento para a informação e o conhecimento a partir das Bibliotecas Públicas. Artigo disponível na Revista *Informação e Sociedade*, João Pessoa, 2018. Base de dados LISA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

3- A biblioteca pública como tema de estudo nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil – Silvania Alves Ferreira e Dalgiza Andrade Oliveira apresentam em forma de artigo parte dos resultados de pesquisa de dissertação, que teve como ponto central a Biblioteca Pública como temática dos estudos realizados no âmbito de mestrado e doutorado em Ciência da Informação. Artigo disponível na Revista *Informação e Sociedade*, 2017. Base de dados: LISA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

LISTA

1- A inclusão de bibliotecários nas políticas nacionais e bibliotecas públicas – Johnny Rodrigues Barbosa realizou uma análise das políticas públicas desenvolvidas no âmbito das Bibliotecas Públicas, apontando suas falhas. O autor também analisou o Plano Nacional do Livro e da Leitura, lançado no final do ano 2006, apresentando-o

como um discurso inovador. Artigo disponível na Revista Informação & Sociedade: Estudos, 2012. Base de dados LISTA. Categoria: Plano Nacional do Livro e Leitura.

2- A biblioteca pública e seu projeto político: entre a conformação e o pensamento – Fabíola Farias analisou a função da Biblioteca Pública, tendo como eixo as crenças que sustentam suas proposições e serviços. Para a autora, a Biblioteca Pública representa para a maioria da população brasileira e no âmbito das políticas públicas para a democratização do acesso à leitura no país, a maior possibilidade de educação permanente por meio do conhecimento registrado pela letra. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014. Base de dados LISTA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

3- Avaliando a eficiência das bibliotecas públicas mineiras – Gustavo Bastos Braga e Marco Aurélio Marques Ferreira avaliaram as bibliotecas públicas municipais no estado de Minas Gerais. Para tanto, os autores realizaram uma aproximação quantitativa que foi implementada pelos dados adquiridos na pesquisa. Os resultados mostraram que as Bibliotecas Públicas municipais de Minas Gerais têm baixa eficiência comum e as políticas públicas adotadas podem ter contribuído para este enredo. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. Base de dados LISTA. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

4- Biblioteca pública no Brasil: políticas federais de 1990-2006 – Marília Abreu Martins Paiva e Maria Eugênia Albino Andrade abordam, por meio de artigo, como as Bibliotecas Públicas têm sido objeto de discussões e políticas governamentais em todo o mundo, principalmente na chamada era da informação. Artigo disponível na Revista Perspectivas em Ciência da Informação, 2014, Belo Horizonte. Base de dados LISTA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

5- Bibliotecas públicas: *aparcerías y políticas públicas em America Latina y Caribe: el caso de Brasil* – Clarice Muhlethaler de Souza traçou um Panorama sobre as principais políticas públicas desenvolvidas no Brasil de apoio à leitura e às Bibliotecas Públicas. A autora descreve, ainda, planos e programas nacionais desenvolvidos em países da América Latina e Caribe. Artigo disponível nos *Anais da IFLA Conference*

Proceedings, 2005, Oslo. Base de Dados LISTA. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

SciELO

1- Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social – Angela Maria Barreto e Sônia Assis realizaram um estudo sobre como o acesso e o uso da informação são questões relacionadas ao desenvolvimento humano em seus múltiplos aspectos. Nesse sentido, as autoras enfatizam que as Bibliotecas Públicas, os telecentros ou, ainda, a articulação entre os dois organismos de informação é proposta com o objetivo de democratizar o acesso e o uso da informação junto às comunidades e segmentos sociais alijados da participação em sociedade. Artigo disponível na Revista Ciência da Informação, 2008, Brasília. Base de dados Scielo. Categoria: Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade em Bibliotecas Públicas.

2- Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão? – Maria Mary Ferreira realizou um estudo com o objetivo fazer uma análise da crise das Bibliotecas Públicas, refletindo sobre o papel do Estado e chamando a atenção para o esvaziamento de suas funções. Tais análises são focadas no Estado do Maranhão, cujas políticas são descontínuas, causando o desaparecimento da maioria das bibliotecas públicas criadas na década de oitenta e desativadas no Governo Collor e de Fernando Henrique Cardoso, sob a cumplicidade dos bibliotecários e omissão da sociedade que desconhece sua função social. Artigo disponível na Revista Transinformação, Campinas, 2013. Base de dados Scielo. Categoria: Políticas públicas estaduais e municipais para Bibliotecas Públicas.

3- Políticas públicas para o livro, leitura e bibliotecas – Flávia Goullart Mota Garcia Rosa e Nanci Elizabeth Oddone apresentaram, por meio de artigo, as políticas públicas nacionais para o livro, a leitura e as bibliotecas, discutindo seus antecedentes históricos, situação atual e perspectivas. O estudo descreveu os programas governamentais mais recentes, apontando as contradições e desigualdades que os caracterizam. Artigo disponível na Revista Ciência da Informação, Brasília, 2006. Base de dados Scielo. Categoria: Políticas Públicas para o Livro e leitura.

4- Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil – Antonio Deusivam de Oliveira e Rosália Maria Netto Prados tratam de uma descrição das políticas públicas para o livro, leitura, literatura e bibliotecas no Brasil, a partir da criação do Instituto Nacional do Livro em 1937, até a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura em 2006. Artigo disponível na *Revista Información, cultura y sociedad*, Mogi das Cruzes, 2015. Base de dados Scielo. Categorias: Instituto Nacional do Livro e Plano Nacional do Livro e Leitura.

APÊNDICE B

Distribuição das publicações por periódico

Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	7
Revista Perspectivas em Ciência da Informação	7
Revista Informação & Sociedade: Estudos	3
<i>Anais do ENANCIB</i>	3
Revista Transinformação	2
Revista Ciência da Informação	2
Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins	2
Brazilian Journal of Information Science	1
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1
Revista Em Questão	1
Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	1
Revista Información, cultura y sociedad	1
Revista Biblionline	1
Revista da Academia Brasileira de Ciências: Biblioteconomia em Santa Catarina	1
Revista Informação & Informação	1
Revista do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª. Região (CRB-8) Digital	1
Anais da IFLA Conference Proceedings	1

APÊNDICE C

Apresentação da incidência de autoria das publicações que compuseram o *corpus* da pesquisa em sua totalidade

- 1- ACHILLES, Daniele
- 2- ALMEIDA, Jobson Louis Santos de
- 3- ALMEIDA, Marco Antônio
- 4- ALMEIDA, Vitória Gomes
- 5- ANDRADE, Maria Eugênia Albino
- 6- ANDRADE, Niedja Maria de
- 7- AQUINO, Mirian de Albuquerque
- 8- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de
- 9- ASSIS, Sônia
- 10-BARBOSA, Johnny Rodrigues
- 11-BARILON, Adriana Azenha
- 12-BARRETO, Angela Maria
- 13-BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues (2 publicações)
- 14-BRAGA, Gustavo Bastos
- 15-BREATTAS, Aline Pinheiro
- 16-BRITO, Luiz Percival Leme de
- 17-CORTÊS, Gisele Rocha
- 18-DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal
- 19-ELIAS JUNIOR, Alberto
- 20-FARIAS, Fabílola
- 21-FERNANDES, Maria Aparecida Arias
- 22-FERRAZ, Marina Nogueira (2 publicações)
- 23-FERRAZOLI, Giulia de Sousa
- 24-FERREIRA, Claudiomiro Machado
- 25-FERREIRA, Graciele D.
- 26-FERREIRA, Marco Aurélio Marques
- 27-FERREIRA, Maria Mary (2 publicações)
- 28-FERREIRA, Silvania Alves
- 29-FORMENTINI, Rosangela

- 30-HOLANDA, Adriana Buarque de
- 31-JESUS, Jaqueline Rodrigues
- 32-KIRST, Marcos
- 33-LEITE, Sérgio Antonio da Silva
- 34-LUCIANO, Maria Cristiana Felix
- 35-LUCK, Esther Hermes
- 36-MACHADO, Elisa Campos (4 publicações)

- 37-MACIEL FILHO, Adalberto do Rego
- 38-ODDONE, Nanci Elizabeth
- 39-OLIVEIRA, Antonio Deusivam de
- 40-OLIVEIRA, Cristina Guimarães
- 41-OLIVEIRA, Dalgiza Andrade
- 42-P. Maria Helena Costa
- 43-PAIVA, Marília Abreu Martins
- 44-PINHEIRO, Ricardo Queiroz
- 45-PRADOS, Rosália Maria Netto
- 46-Priscila Santos
- 47-RESENDE, Isana Maria da Silva
- 48-RASHE, Francisca
- 49-ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia
- 50-SÀ, Cristina Borba
- 51-SANT'ANA, Giovanna Carvalho
- 52-SANTOS, Jovenilda Freitas
- 53-SCHIESSL, Ingrid Torres
- 54-SCHMIDT, Luciane Vaughn
- 55-SHINTAKU, Milton
- 56-SILVA, Rovilson José
- 57-SILVA, Sandra Cristina da
- 58-SILVA, Terezinha Elizabeth da
- 59-SILVEIRA, Lucas
- 60-SIQUEIRA, Bianca Lopes
- 61-SOUZA, Clarice Muhlethaler de
- 62-SOUZA, Raquel Juliana do Prado Leite de

63-TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho

64-TANUS, Gustavo

65-TARGINO, Maria das Graças